

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO POPULAR:
A CIDADANIA NO DISCURSO DO *EXTRA* (RJ)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carine Felkl Prevedello

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO POPULAR:
A CIDADANIA NO DISCURSO DO *EXTRA* (RJ)**

por

Carine Felkl Prevedello

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Área de Concentração em Comunicação Midiática,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Comunicação

Orientadora: Prof^a Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Departamento de Ciências da Informação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO POPULAR:
A CIDADANIA NO DISCURSO DO *EXTRA* (RJ)**

elaborada por
Carine Felkl Prevedello

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Márcia Franz Amaral, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Márcia Benetti Machado, Dr^a. (UFRGS)

Ângela Trevisan Fellippi, Dr^a. (UNISC)

Veneza Mayora Ronsini, Dr^a. (UFSM)
(suplente)

Santa Maria, 03 de março de 2008

DEDICATÓRIA

Ao amado Ivo,
responsável pela infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do Mestrado.

À Ana Clara e à Bibiana,
responsáveis pela desestruturação,
mas também pela inspiração permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora orientadora, Marcia Amaral, pela compreensão, paciência, confiança e acompanhamento constante, assim como a todos os professores responsáveis pelo processo de ingresso no Mestrado, especialmente às professoras Eugênia Mariano da Rocha Barichello e Veneza Mayora Ronsini, por terem mantido a expectativa de sucesso nesta aluna que apresentava tantos desafios desde as primeiras etapas da seleção.

Aos meus pais, Onélio e Mara, por conservarem o esteio imprescindível ao desenvolvimento dos meus estudos, junto à tranquilidade dos cuidados com minhas filhas.

Aos amigos do *Extra*, Bruno Thys e Rita, pela agilidade, seriedade e gentileza com que sempre trataram as exigências desta pesquisa.

Ao querido e inesquecível Sergio de Assis Brasil, meu melhor amigo, meu mentor, minha força e minha luz durante os momentos mais difíceis e mais bonitos. Obrigada!

*“A tarefa dos jornais
é confortar os aflitos
e afligir
os que estão
acomodados.”*

(Robert M. Stelle)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria

REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO POPULAR: A CIDADANIA NO DISCURSO DO *EXTRA* (RJ)

AUTORA: CARINE FELKL PREVEDELLO

ORIENTADOR: DR^a MÁRCIA FRANZ AMARAL

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de março de 2008.

O final do século XX é marcado por sucessivos lançamentos de novos modelos de jornais populares no Brasil. Direcionados prioritariamente à classe C, que amplia seu potencial de consumo com as mudanças econômicas ocorridas no mesmo período, os jornais populares buscam estreitar o vínculo com o leitor através de um jornalismo focado na prestação de serviços, no entretenimento e nos temas ligados ao cotidiano das pessoas comuns. Por ocupar um lugar central na esfera pública contemporânea, que o define como legitimado a oferecer um discurso de credibilidade e a propor uma interpretação partilhada dos acontecimentos, o jornalismo é, simultaneamente, um lugar que abriga representações sociais. O discurso jornalístico, dotado de um poder de repercussão social inevitável, ainda que seja tensionado pelo contra-agendamento, produz essas representações com base em pré-construções ideológicas, definidoras de posições de sujeito. Por trabalhar a informação de interesse público e ser um veículo de comunicação ofertado à população como um discurso caracterizado pela vontade de verdade, o discurso jornalístico tem um compromisso histórico com a construção da cidadania. Os direitos civis, políticos e sociais que constituem a dimensão cidadã são objeto do discurso jornalístico e são representados de diferentes maneiras, de acordo com a imagem que o jornal e os próprios jornalistas atribuem ao seu leitor. O jornal *Extra*, lançado pela Infoglobo no Rio de Janeiro em 1998, consolidou-se como o jornal popular mais importante do país ao alcançar, no final de 2006, o primeiro lugar em circulação entre os jornais brasileiros. Desde então, alterna as primeiras posições com jornais de referência, reconhecidos historicamente como fonte de informação credível e ligados a um público de classes formadoras de opinião. Nesse contexto, o estudo das representações da cidadania no discurso de um jornal popular - que passa a disputar com os jornais mais importantes do país - é relevante para identificar os sentidos que estão circulando a partir da atuação do jornalismo. Este trabalho avaliou duas semanas de seqüências discursivas relacionadas aos temas do acesso à educação, saúde, trabalho, segurança, direito do consumidor e política, como categorias básicas definidoras do conceito de cidadania, para identificar os sentidos recorrentes no discurso do *Extra*. Através de dispositivos da Análise do Discurso, utilizando a paráfrase como definidora do sentido através das reiteraões, chegamos a famílias parafrásticas que delimitaram a representação feita pelo *Extra* sobre os direitos, a respeito do próprio jornal e sobre o leitor na perspectiva da cidadania. As Formações Discursivas nomeadas na pesquisa como Cidadania Atribuída e Fragilizada, predominante no discurso do *Extra*, e Cidadania Assumida e Ativa, minoritária, permitiram compreender que o jornal prioriza a reprodução de um contexto de marginalidade das classes baixas no acesso aos direitos, mantendo, paralelamente, uma espécie de fresta para a atuação cidadã através dos protestos e da busca por orientação para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Jornalismo Popular; Discurso jornalístico; Representações sociais; Cidadania.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação
 Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

REPRESENTATION IN POPULAR JOURNALISM: THE CITIZENSHIP IN *EXTRA'S* (RJ) DISCOURSE

AUTHOR: CARINE FELKL PREVEDELLO

ADVISOR: DR^a. MÁRCIA FRANZ AMARAL

Audition Date and Place: March, 3rd, 2008. Santa Maria.

The end of 1990's is marked by successive appearing of new models of popular newspapers in Brazil. Directed to C social class, which widespread their potential of consume in accordance with economical changes occurred in the same period, the popular newspapers have been searching for shortening the bond with the reader throughout a journalism centered in the realization of services, entertainment and themes related to people's daily life. As the journalism occupies a central place in the contemporary public sphere, what defines it as a legitimate instance that offers a discourse of credibility; the journalism is simultaneously a space which shelters social representations. The journalism discourse, which is constructed by an inevitable social repercussion power and tensioned by opposite views, produces representations based on ideological pre-constructions that define determined subject positions. In this way, by working with the information that is interesting to its public and as a communicative vehicle offered to the population and characterized as a directed-truth discourse, the journalism discourse has a compromise with the citizenship construction. The civil, political and social rights that constitute the citizenship dimension are the journalistic discourse object, and are represented by different ways according to the image that the newspaper and the journalists attribute to their readers. *Extra* newspaper, established by Infoglobo in Rio de Janeiro in 1998, is consolidated as the most popular newspaper in Brazil and reached in 2006 the first place in circulation among Brazilian readers. Since 2006, it is alternating the first positions with the reference newspapers that are recognized historically as information source and linked to the opinion former social class. In this perspective, the study of the discourse functioning in a popular newspaper which begins to dispute with the most important newspapers in Brazil becomes important to identify the meanings that are circulating and producing representations through popular journalism. This present work analyzed discourse sequences published in *Extra* in two weeks that were related to Education, Public Health, Work, Security, Customer's Rights and Politics as basic categories to define the concept of citizenship and to identify the recurrent meanings in *Extra's* discourse. Through methodological aspects of Discourse Analysis and by using the paraphrase to define the meanings from the reiterations we identified paraphrase families that delimited the representation constructed by *Extra* concerning the rights about the newspaper and about the reader in the perspective of citizenship. The Discourse Formations named in the research as Attributed and Fragile Citizenship one that are predominant in *Extra's* discourse, and Assumed and Active Formations, minor ones, allowed to comprehend that the newspaper gives importance to the reproduction of a low marginalized class context in terms of access to the rights by maintaining, paralelly a sort of slit to the citizenship action through the protests and the search of orientation to exercise citizenship.

Key-words: Popular Journalism; Journalistic discourse; Social representations; Citizenship.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Pesquisa Ibope Opinião – Relação da leitura de jornais com nível de consciência política.....	20
TABELA 2 – Editorias, seções fixas e variáveis do jornal <i>Extra</i>	37
TABELA 3 – Os sentidos do direito à segurança no <i>Extra</i>	84
TABELA 4 – Os sentidos da política no <i>Extra</i>	87
TABELA 5 – Os sentidos do direito ao trabalho no <i>Extra</i>	89
TABELA 6 – Os sentidos do direito à educação no <i>Extra</i>	91
TABELA 7 – Os sentidos do direito à saúde no <i>Extra</i>	93
TABELA 8 – Os sentidos do direito do consumidor no <i>Extra</i>	95
TABELA 9 – A auto-representação do <i>Extra</i> em seu discurso.....	102
TABELA 10 – A representação do leitor no discurso do <i>Extra</i>	112
TABELA 11 – A localização das Sequências Discursivas.....	113
TABELA 12 – FD1 – Cidadania Atribuída e Fragilizada.....	115
TABELA 13 – FD2 – Cidadania Assumida e Ativa.....	117

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – IVC Novembro 2006.....	139
ANEXO B – IVC Média de Nov.2006 a Out. 2007.....	140
ANEXO C – IVC Novembro 2007.....	141
ANEXO D – IVC Comparativo tiragens <i>Extra</i> e <i>O Dia</i> – 2004.....	142
ANEXO E – Perfil Comparativo do Leitor do <i>Extra</i> – Instituto Marplan – Categorias Sexo e Classe Social.....	143
ANEXO F - Perfil Comparativo do Leitor do <i>Extra</i> – Instituto Marplan – Categorias Faixa etária e Escolaridade.....	144
ANEXO G - Matéria 07/06/07 Polícia mata oito em operação.....	145
ANEXO H – Capa jornal <i>Extra</i> 08/06/07.....	146
ANEXO I - Editorial 08/06/07.....	147
ANEXO J – Matéria 08/06/07 Mais uma vítima inocente.....	148
ANEXO K - Matéria 09/06/07 - PMs acusados de matar jovem.....	149
ANEXO L - Matéria 09/06/07 – Lições que ajudam no tratamento.....	150
ANEXO M – Matéria 10/06/07 Receitas para o sucesso.....	151
ANEXO N - Matéria 10/06/07 Prato feito: barato e com o preço congelado.....	152
ANEXO O - Matéria 12/08/07 O caminho das pedras para evitar receber um não do INSS.....	153
ANEXO P – Capa jornal <i>Extra</i> 14/08/07.....	154
ANEXO Q – Matéria 14/08/07 Cirurgias de (mais) risco no Brasil.....	155
ANEXO R - Matéria 14/08/07 Em vez da repressão, a ajuda.....	156
ANEXO S - Matéria 15/08/07 Alunos da rede municipal não terão conceito.....	157
ANEXO T - Matéria 15/08/07 Não é brinquedo, não.....	158
ANEXO U – Matéria 18/08/07 Enquanto o milagre não vem.....	159
ANEXO V – Matéria 18/08/07 Em duas cidades, protesto contra a TAM e o governo.....	160

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract.....	viii
Lista de tabelas.....	ix
Lista de anexos.....	x
INTRODUÇÃO.....	13
1. A EXPANSÃO DOS NOVOS JORNAIS POPULARES E O FENÔMENO <i>EXTRA</i>	
1.1 Jornalismo Popular – entre o sensacionalismo e o jornalismo de referência.....	27
1.2 Final do século XX – o <i>boom</i> dos novos jornais populares no Brasil.....	31
1.3 <i>Café, pão e Extra</i> - As condições de produção em um dos maiores jornais populares do país.....	34
2. DISCURSO JORNALÍSTICO E CIDADANIA	
2.1 Origens, concepções clássicas e modernas da cidadania.....	45
2.2 A construção da cidadania pelo discurso jornalístico.....	50
2.3 Um conceito operacional de cidadania.....	56
3. JORNALISMO, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO	
3.1 Jornalismo, discurso e a matriz do sentido.....	62
3.2 O poder no discurso jornalístico.....	69
3.3 A representação como atribuição de sentido.....	75
4. OS SENTIDOS DA CIDADANIA NO <i>EXTRA</i>	
4.1 A representação da cidadania no discurso do <i>Extra</i>	81
4.1.1 As especificidades por temática	
4.1.1.1 Segurança.....	82
4.1.1.2 Política.....	84
4.1.1.3 Trabalho.....	88
4.1.1.4 Educação.....	89
4.1.1.5 Saúde.....	91
4.1.1.6 Consumo.....	93
4.1.2 Como o jornal se representa nas temáticas relacionadas à cidadania	
4.1.2.1 Vigilante das instituições e denunciante de irregularidades.....	95
4.1.2.2 Instrumento de esclarecimento e orientação especializada.....	99
4.1.2.3 Formador de opinião.....	100
4.1.2.4 Porta-voz da opinião pública.....	101
4.1.3 Como o jornal representa o leitor	

4.1.3.1 Em situação de subalternidade ou marginalidade social.....	102
4.1.3.2 Vítima da ineficiência do Estado.....	105
4.1.3.3 Em busca de conhecimento sobre seus direitos, necessita de amparo institucional ou de orientação especializada.....	108
4.1.3.4 Disposto a empreender mobilizações públicas para pressionar instituições.....	110
4.2 A localização das seqüências discursivas.....	112
4.3 As Formações Discursivas: Cidadania Atribuída e Cidadania Assumida	
4.3.1 FD1 - Cidadania Atribuída e Fragilizada.....	114
4.3.2 FD2 - Cidadania Assumida e Ativa.....	117
4.3.3 A intersecção entre Cidadania Fragilizada e Cidadania Ativa.....	119
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 122
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 129

INTRODUÇÃO

Ao abordar a discussão sobre a defasagem entre teoria e prática do Jornalismo, Genro Filho (1987) refere-se a um debate antigo e atual. Existe algo de desafiador na tentativa de transpor os vícios da vivência de redação – marcada pela simplificação e pela velocidade – para desenvolver uma reflexão que complexifica e questiona os propósitos e as implicações da prática jornalística. É vital, para a compreensão da dimensão social do jornalismo, que o desafio seja superado, buscando uma conjugação possível entre as diferentes esferas. Este trabalho objetiva acrescentar nesse sentido, e é resultado de um esforço particular na superação dessas resistências.

Ao nos posicionarmos na perspectiva do estudo sobre o Jornalismo, visamos a uma pesquisa que apresente contribuições à prática deste ofício: que investigue fenômenos e aponte conflitos; um percurso dissociado da excessiva erudição e – provavelmente por isso – do hermetismo característico da linguagem acadêmica. Foi esse ideal de maior proximidade com a prática do Jornalismo, junto ao debate sobre as finalidades e os rumos dessa atividade, que nos fizeram chegar ao trabalho que passamos a apresentar.

Inserido no espaço midiático, lugar privilegiado de circulação das idéias e de fomento do debate social, instituição constituinte do contexto e das relações sociais, o Jornalismo tornou-se instância central na organização da esfera pública.¹ Trata-se do fenômeno atualmente conceituado como midiatização - um processo no qual a comunicação regida por

¹ O conceito de esfera pública tem como embasamento obrigatório a reflexão de Habermas (1984), todavia, é um entendimento que já foi alvo de inúmeras críticas. Vários autores (KEANE, 1996; JOSÉ, 1995; SIGNATES, 1997) observam a ênfase do alemão nas movimentações burguesas, em detrimento da classe plebéia, o que vai de encontro à compreensão contemporânea, que não atribui à esfera pública o caráter de espaço unificado, associado a um interesse público e a uma opinião pública universais, e capaz de orientar o Estado. Compartilhamos aqui especialmente da visão de Keane (1996), que desmistifica a versão de Habermas (idem), considerando a possibilidade de existência de uma diversidade de esferas públicas na contemporaneidade, caracterizadas pela pluralidade de formas de comunicação, onde a mídia exerce papel decisivo (por proporcionar novas e diferentes formas de interação e mobilização), mas onde deve ser também rejeitada a idéia de monopólio nas disputas pelo poder. Também adotamos como válido o conceito elaborado por Silva (2006b), segundo o qual esfera pública é, simultaneamente, espaço de mediação (produção de sentido) e de midiação (enquadramento dos temas por parte dos meios de comunicação de massa), e envolve, além da mídia, todos os demais espaços sociais.

modalidade técnica (meios de transmissão) possui, ao mesmo tempo em que se autoproclama portadora, poder e capacidade de interpretar e de construir sentidos sobre a realidade. Contudo, ainda que percebamos a interferência da mídia como influente e relevante em nosso cotidiano, compreendemos esse fenômeno como uma relação complexa entre o pólo produtor de informação e o pólo receptor, permeada por uma série de fatores.

Além disso, é inegável, em consonância com o que postula Fausto Neto (2006a), que reconheçamos o campo midiático como um campo social² dotado de autonomia para atuar como superintendente e intermediário entre os demais campos sociais, posicionando-o como estrutura determinante na configuração de uma sociedade marcada pelas operações de sentido midiáticas. Portanto, ainda que entendamos que “o sentido se faz por meio de um feixe de relações” (FAUSTO NETO, 2006b, p.144), é preciso reconhecer que hoje esse fenômeno está necessariamente atrelado à midiatização. E para abordar o sentido é importante tratar da representação, posto que, segundo Hall (1997), é através da representação que se produzem os significados, sendo esse um conceito fundamental à análise do sentido.

Os significados dos objetos, das pessoas e dos eventos só podem ser partilhados pelo acesso comum à linguagem, que funciona como sistema de representação. A representação atribui significado de acordo com o uso ou sentido sócio-cultural, é uma “marca, um traço visível” (SILVA, 2000, p.91) que classifica o mundo e nos transforma em sujeitos culturais. A representação não aloja o real: é uma forma de atribuição de sentidos. Silva (2000) e Woodward (2000) reconhecem a representação como uma relação visceral à formação da identidade, pois entendem a produção de significados, conjugação das práticas de significação e dos sistemas simbólicos, como determinantes para a definição das posições de sujeito que, por conseqüência, demarcam a identidade. “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p.17). Para Pêcheux (1988), esses lugares são constituídos por um movimento marcado pela ação decisiva da ideologia, das referências propostas pelos autores e reconhecidas pelos leitores.

² De acordo com o conceito de Bourdieu (2005), campo social é uma organização social dotada da pretensão de regular um determinado domínio da experiência, que busca autonomia a partir “do que o distingue e o define de modo exclusivo, para além dos sinais socialmente conhecidos e reconhecidos” (BOURDIEU, 2005, p.70). Os diferentes campos sociais estão permanentemente tensionados entre si, e internamente, na disputa por poder simbólico e pela configuração dos sentidos.

Entretanto, há uma ressalva imprescindível a qualquer análise que – a exemplo da que apresentaremos a seguir - se debruce sobre os sentidos: não há resposta única e, mais do que isso, não há respostas corretas para o significado, mas sim uma interpretação plausível, ainda que não isenta de transformação. “O significado não é direto nem transparente, e não permanece intacto na passagem pela representação. (...) Está sempre sendo negociado e infectado, para ressoar as novas situações” (HALL, 1997, p.9). O autor afirma que não há, em função disso, uma maneira de apropriar-se da linguagem como pertencente ao remetente ou ao receptor: os códigos só funcionam se são partilhados, pelo menos na medida em que tornem possível a tradução entre os falantes. “Devemos aprender a considerar o significado menos em termos de exatidão e verdade e mais em termos de efetivo intercâmbio” (HALL, 1997, p.11).

Orlandi (1996), ao situar a produção do sentido para a Análise do Discurso, vincula esse fenômeno à relação entre produção e recepção, ou seja, efetivada no momento da circulação. Um processo marcado pela paráfrase – considerada como “a reprodução do que o autor quis dizer, o reconhecimento do sentido dado pelo autor – e a polissemia – caracterizada como a atribuição pelo leitor de outros sentidos ao texto” (ORLANDI, 1996, p.189-190). Ao aplicar-se essa reflexão ao Jornalismo, é possível entender que o que é produzido por um jornal necessita de uma compreensão que comungue do mesmo universo cultural da instância de recepção: é preciso que as representações feitas pelo jornal sejam inteligíveis ao seu público. Ainda assim, haverá diferentes interpretações a respeito de mesmos objetos, pessoas ou eventos tratados pelo jornal.

Portanto, entender os modos como a imprensa constrói seu discurso é uma maneira de compreender como se relaciona com a sociedade, por consequência, como produz e abriga as representações que interferem na formação de uma identidade social dos diferentes públicos a quem a mídia se dirige. No Brasil, durante a reafirmação do regime democrático e atualmente, na reorganização de um sistema político em consolidação, a imprensa ocupa um lugar destacado de poder e de autoridade para representar pessoas, grupos, instituições e processos sociais das mais diversas ordens.

Contudo, apesar da percepção da relevância do papel da mídia na cultura contemporânea, de acordo com Motta (2005), estamos modificando a forma de investigar as transformações pontuais que a mídia tem ocasionado. Ao invés de reproduzirmos um

paradigma midiacêntrico, que considera a mídia detentora de um poder praticamente inabalável, responsável por moldar consciências e impedir o surgimento de visões discordantes do padrão dominante (paradigma hegemônico na pesquisa sobre Jornalismo no Brasil desde os anos 1960), enquadrados nossa visão junto a um paradigma sociocêntrico, que vem ganhando espaço no cenário acadêmico mais recente da pesquisa em Comunicação.

No novo paradigma, o jornalismo não é mais tomado como uma “indústria da consciência” toda poderosa, monolítica e avassaladora. O jornalismo passa a ser parte de um espaço em disputa onde prevalecem os interesses dos grupos hegemônicos (como não poderia deixar de ser), mas é um espaço passível de conquistas, que cede e negocia continuamente. O jornalismo não é visto como uma atividade fechada e insensível às lutas sociais, mas como um espaço de contradições cujos conteúdos tendem a favorecer os interesses dominantes, mas podem ceder às pressões temporárias ou duradouras, dependendo de cada conjuntura. (MOTTA, 2005, p.7)

Desde os anos 1990, o mercado jornalístico brasileiro é perpassado por uma expansão ascendente de um nicho de jornais considerados os novos populares, com uma proposta diversa da oferecida pelos jornais tradicionais ou de referência³, mas com uma roupagem que os difere do antigo sensacionalismo característico de jornais como *Notícias Populares*.⁴ Influenciadas pelas mudanças trazidas com as novas tecnologias e com as visões inovadoras sobre o fazer jornalístico, pelo espaço ocupado pela televisão no imaginário coletivo e pela busca de um novo mercado consumidor, no final do século XX as empresas de comunicação passaram a lançar modelos de jornais impressos diferenciados dos jornais de referência em forma e em conteúdo. Construídos sob uma linha editorial e gráfica adaptada ao perfil de um leitor pertencente às classes B, C e D, e oferecidos por um preço mais baixo, os exemplares da nova imprensa popular foram criados por grandes empresas de comunicação nas principais capitais brasileiras. Exemplos desse novo modelo são o *Diário Gaúcho* (RBS), em Porto Alegre, *A Hora de Santa Catarina* (RBS), em Florianópolis, *Agora São Paulo* (Folha da Manhã), *Expresso Popular* (A Tribuna) e *Diário de São Paulo* (Infoglobo), em São Paulo, o *Extra* (Infoglobo), *Q!* (Pedra da Gávea) e *Meia-Hora* (O Dia), no Rio de Janeiro, *Super*

³ Usando conceitos definidos por Amaral (2006), são jornais de referência os grandes jornais consagrados ao longo da história, conhecidos também como *quality papers*, que possuem relevância política e econômica, prestígio e reconhecimento, sendo dirigidos prioritariamente às classes A e B. Os jornais populares, surgidos nos anos 1980, buscam uma ampliação do público, trabalhando para isso conceitos como a utilidade social da mídia, através do jornalismo de serviço. Vendidos somente em banca, os populares priorizam o lucro em detrimento dos princípios tradicionais do jornalismo.

⁴ O jornal *Notícias Populares*, lançado no Rio de Janeiro em 1962, embora usado inicialmente com objetivos políticos, contrários ao populismo de Getúlio Vargas, tornou-se um ícone do jornalismo sensacionalista no Brasil e do ingresso das empresas jornalísticas na lógica da indústria cultural. Elementos marcantes dessa vertente jornalística são a sedução do leitor pela exposição de imagens chocantes, violentas, cenas de mortes e crimes, nudez feminina, a sobreposição da imagem ao texto e o uso do grotesco como forma de atrair leitores.

Notícia (Editora Sempre), em Belo Horizonte, e o *Aqui* (Associados Centro-Oeste, mesma empresa do *Correio Braziliense*), em Brasília.

Segundo estimativas do Instituto de Verificação da Circulação (IVC) divulgadas no início de 2007, o aumento da tiragem de jornais no Brasil chegou a 6,5% em 2006. Vários pesquisadores e diretores de empresas de comunicação atribuem esse crescimento principalmente aos constantes lançamentos dos novos periódicos populares, que têm alavancado a venda de jornais em várias capitais brasileiras. Dos três jornais que mais ampliaram a circulação em 2006, pelo menos dois são populares: *Extra* (Infoglobo – RJ), em segundo lugar, e *Diário Gaúcho* (RBS – Porto Alegre), em terceiro. O primeiro colocado foi o jornal *Lance* (RJ), segmentado em esportes. Em novembro de 2006, o *Extra* chegou ao primeiro lugar entre os jornais de maior circulação no Brasil pelo IVC (ANEXO A).⁵

De acordo com Flizikowsky (2007), essa é uma tendência que se concentra em duas ações principais: preço baixo e pautas focadas nos interesses específicos desse público, que representa uma nova faixa de mercado consumidor para o jornalismo impresso. Presume-se que o público-leitor, em expansão principalmente na classe C, possua interesses específicos que passam pela estruturação de uma pauta na qual o jornalismo de serviço, de ênfase ao entretenimento e de aproximação do cotidiano das comunidades sejam prioridade.

É recente a investigação acadêmica sobre a consolidação desse novo formato de jornal popular no país. Estudos reconhecidos como os de Goldenstein (1987) e Angrimani (1995) dedicaram-se ao modelo antigo, em que o sensacionalismo definia-se como um conjunto de características transparentes (comprometimento político, apelo ao erotismo e à violência, por exemplo). Alguns trabalhos, como o proposto por Machado (1994) estudaram esse modelo de imprensa na perspectiva do discurso. Por outro lado, mais recentemente, Amaral (2006) consegue elaborar um retrato do fenômeno contemporâneo, complexificando e investigando a proposta dos jornais populares. No Rio Grande do Sul, Amaral (2004) e Bernardes (2004) desenvolveram análises sobre o *Diário Gaúcho*, pesquisando, respectivamente, a instituição como lugar de fala destinado ao leitor na publicação e as condições de produção do periódico que rapidamente conquistou uma consistente parcela de público na classe C na capital do

⁵ Na última estatística, de novembro de 2007, o IVC já registra uma nova mudança no cenário de jornais de maior circulação do Brasil, com o *Super Notícia* (MG) em primeiro lugar, seguido de *Folha de São Paulo* e *O Globo*, com o *Extra* ocupando a quinta posição entre os jornais, excluindo-se o suplemento *Top of Mind*, encartado na *Folha* (ANEXO C).

estado, Porto Alegre. Em São Paulo, Batista (2004) buscou uma contextualização do que denomina “A Nova Imprensa Popular Brasileira”, abdicando do tradicional determinismo em torno do sensacionalismo presente em dezenas de artigos que abordam a análise dos novos jornais populares e apresentando características comuns a essas publicações. Na tentativa de explicar o modelo, são inúmeros os estudos, a exemplo de Meneses (2005), que reduzem a observação dos jornais recentes à verificação de estigmas do sensacionalismo, numa alusão recorrente ao perfil de *Notícias Populares*, marcando o preconceito e o prejulgamento em torno das escolhas editoriais feitas pelos novos populares.

Sob essa perspectiva, merece destaque não apenas a profusão de artigos acadêmicos e de discussões propostas por profissionais do mercado de jornalismo impresso, que têm refletido sobre a série de lançamentos de periódicos populares (OLIVEIRA, 2006; PRAZERES, 2005), mas também, e principalmente, trabalhos que debatem a influência desses jornais no aumento da circulação na mídia impressa (CARVALHO, 2005; FLIZIKOWSKY, 2006) e a ameaça que o crescimento desse segmento apresenta ao número de leitores e anunciantes dos jornais de referência (CARVALHO, 2005a; CHAPARRO, 2004).

Ao identificar seu leitor-alvo, o jornal está rerepresentando-o, segundo seus valores, por meio de suas notícias. Charaudeau (2006) estabelece uma diferença entre os contratos de comunicação adotados pela mídia, identificando dois objetivos opostos: fazer crer e fazer sentir. Para o primeiro caso, o autor apresenta o conceito de visada de informação, quando há a busca de credibilidade através de uma construção discursiva voltada à legitimação como verdade, entendendo o ato de informar como um dever do veículo. Para provocar o fazer sentir, a mídia aproxima-se do contrato publicitário de comunicação, chamado por Charaudeau (2006) de visada de captação, quando o veículo procura mobilizar seu público-leitor pela emoção e pela afetividade, buscando ampliar a inserção entre públicos não tradicionais (no caso dos jornais populares, a ofensiva é sobre as classes C e D).

Na tensão entre os pólos de credibilidade e captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão. (CHARAUDEAU, 2006, p.93)

Historicamente, os jornais têm a pretensão de atuar pelo esclarecimento, e são

reconhecidos socialmente por esse perfil, ao manter a função de cobertura dos assuntos públicos, de geração de conhecimento e de estímulo à reflexão, o que vincula à imprensa escrita um poder inquestionável de agendamento do debate social. “O jornalismo não pode construir outra imagem a respeito de si mesmo que não aquela de ser uma instituição capaz de um relato fiel dos fatos e dos pensamentos. É por meio do jornalismo que o leitor espera ler o mundo” (BENETTI & JACKS, 2001). A imprensa configura-se, portanto, como um dos instrumentos pelos quais os leitores exercitam o próprio reconhecimento de serem constituintes da sociedade na qual se inserem.

Por acreditarmos que uma das funções do Jornalismo é a de prover seu público da informação necessária ao exercício e à construção permanentes dos direitos e deveres dos cidadãos (GENTILLI, 2005), entendemos que o compromisso do Jornalismo direcionado às classes populares assume uma dimensão de maior responsabilidade com a cidadania. A decadência dos jornais sensacionalistas e a atual redução da leitura dos jornais tradicionais, acompanhados da profusão de lançamentos e do crescimento da circulação dos novos jornais populares, provocam os investigadores dos fenômenos midiáticos a questionar o que de fato está pautando hoje a inter-relação entre jornais e seus leitores.

O modelo apresentado pelos novos jornais populares lança à prática do Jornalismo um desafio ainda maior de conciliar interesse público com o interesse do público. Segundo Silva (2006b), o interesse público como matéria-prima do jornalismo refere-se à divulgação dos valores-notícia associados à vida pública, como o tratamento do dinheiro público, ações relacionadas ao interesse coletivo, pautado pelas noções de direito e de necessidade da informação e, portanto, atrelados à construção da cidadania. O mesmo autor define, em contraposição, o interesse do público atrelado a fatores como a curiosidade, o entretenimento e o *voyeurismo* exacerbados, em detrimento dos temas de interesse coletivo.

Está imbricado neste cenário o conflito diante da finalidade do Jornalismo como instituição pública de um lado, que passa pelo compromisso com o tratamento e agendamento dos temas de interesse coletivo, e da perseguição e conquista de novos mercados consumidores de leitores por uma instituição que também é de economia privada, de outro. “(...) se trata de repensar em que pode consistir a ação cidadã quando a esfera pública é redesenhada como mercado e espetáculo” (GARCÍA CANCLÍNI, 1997, p.135).

É preciso reconhecer, então, que mesmo diante de todas as ressalvas, o jornal impresso permanece como fonte de informação credível, portador de uma função de responsabilidade social, que passa pela formação de consciência política e pela construção do exercício da cidadania. A pesquisa "A diferença do Jornal na vida dos brasileiros"⁶, realizada pelo Instituto Ibope Opinião em 2005, aponta o aumento do grau de consciência política como uma das mais importantes conseqüências da leitura habitual de jornais impressos.⁷ Segundo a diretora de Atendimento do Ibope, Sílvia Cervellini, a pesquisa revelou que “os benefícios com a leitura de jornal vão desde o aumento da consciência política e social à liderança de opinião e identificação de uma melhor situação profissional, e também da percepção positiva quanto ao futuro no mercado de trabalho”. Os dados mostram que, quanto mais regular a leitura de jornal, maior o grau de consciência política.

Tabela 1 – Pesquisa Ibope Opinião – Relação da leitura de jornais com nível de consciência política

CONSCIÊNCIA POLÍTICA		
Menor consciência		Maior consciência
28%	População (amostra: 2.002 pessoas)	18%
30%	Leitor esporádico de jornal	18%
27%	Leitor diário de jornal	25%

AGOSTO/2005

Fonte: Instituto Ibope Opinião

Outro aspecto interessante identificado pela pesquisa é que 72% dos entrevistados concordam que, por lerem jornal, são pessoas com maior consciência social e política. Desse dado pode-se apreender que o público entende a veiculação de fatos relacionados ao interesse público como uma obrigatoriedade dos jornais impressos, e credita o seu grau de informação e/ou esclarecimento a respeito dos acontecimentos do país àquilo que é informado pelos jornais. A mesma pesquisa ainda aponta para um índice que revela que quase a metade dos entrevistados lê jornais impressos, e que houve aumento da circulação de jornais no país. Ao

⁶ Encomendada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), a pesquisa entrevistou 2.002 brasileiros na faixa de 16 anos ou mais, de diferentes classes sociais, durante o mês de agosto de 2005.

⁷ Por consciência política, o Ibope considerou o exercício do voto como uma forma deliberada e consciente de influenciar o futuro do país, a iniciativa em votar, ainda que não fosse obrigatório o voto, e a opinião de que a melhoria da classe política depende da mobilização e do esforço da sociedade.

constatar que a consciência política dos brasileiros é considerada mais consistente de acordo com o hábito de leitura de jornais, a pesquisa Ibope Opinião induz à conclusão de que essa instrução é sugestionada pela cobertura da mídia impressa, portanto, pode ser entendida como um reflexo daquilo que os jornais selecionam como sendo de interesse público.

Se o Jornalismo, portanto, como instituição central nas instâncias de mediação (como seleção no acesso à informação) e mediação (como condição instrumental do processo midiático de produção de sentido) características da esfera pública (SILVA, 2006b), possui como responsabilidade e finalidade pautar o debate em torno dos temas de interesse coletivo, conseqüentemente está atrelado à consolidação da democracia a partir da construção da cidadania.

(...) O acesso à informação é uma porta de acesso a outros direitos: numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo. (GENTILLI, 2005, p.128)

O conceito de cidadania, entendido tradicionalmente como um conjunto de direitos civis (à liberdade individual), políticos (à participação nas decisões políticas) e sociais (acesso à dignidade através de serviços de saúde, educação, segurança)⁸, é um conjunto de dimensões traduzidas, simplificadas, fortalecidas ou desacreditadas, conforme a representação que adquire na mídia. Inevitavelmente, os temas associados ao interesse público passam pela temática definidora do conceito de cidadania. Ao reestruturar (reorganizando as editorias e redefinindo as prioridades entre os valores-notícia⁹) o espaço para discussão desses temas e o tratamento oferecido, os jornais populares propõem uma representação particular da noção de cidadania, baseada naquilo que entendem que faz sentido nesse tema para seus leitores.

Por outro lado, as relações do jornalismo com a construção da cidadania, no intuito da constituição de um modelo que favoreça a participação do cidadão e a defesa dos temas relacionados ao interesse público, parecem ganhar força em estudos atuais que buscam inspiração na vertente do *civic journalism* norte-americano, interpretado e traduzido no Brasil

⁸ Considerando o conceito clássico de Marshall (1967) e o estudo do desenvolvimento histórico da cidadania, feito por Pinsky (2003).

⁹ Noção que remete ao conteúdo informativo considerado relevante pelos produtores da notícia para que seja publicado nos jornais, baseada em conceito de Wolf (2001), que o define em torno da seguinte questão: “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2001, p.195).

como Jornalismo Público ou Jornalismo Cidadão (FERNANDES, 2002; ABREU, 2003; SILVA, 2006b), mas ainda não relacionados com este nicho popular de mercado.

Amparada por pesquisas que identificam o público das classes C e D como potencial de um novo espaço para o crescimento da mídia impressa, a Infoglobo, editora dos jornais impressos das Organizações Globo, lançou em 1998, no Rio de Janeiro, o jornal *Extra*, nosso objeto de estudo. Numa clara estratégia mercadológica de concorrência com o jornal *O Dia*, tradicional no mercado carioca, *Extra* conquistou uma parcela de leitores não identificada com *O Globo*, *standard* do segmento de referência da Infoglobo. *Extra* estruturou um estilo que mescla elementos do jornalismo de referência com alguns traços do sensacionalismo, estabelecendo-se pela cumplicidade com o leitor através de seções de perguntas e respostas, de esclarecimentos, de prestação de serviços, de dúvidas sobre direitos; e de editorias com reportagens curtas, recheadas de infográficos explicativos, delimitadas entre temas policiais, comunitários e ligados à saúde, educação e infra-estrutura urbana.

No projeto editorial do *Extra*, há um evidente desapego pelo formato consagrado nos *quality papers* para as editorias de Política e Economia. Além de não possuir editoria de Política, o jornal da Infoglobo prioriza a temática relacionada ao consumo na editoria de Economia, e trata as pautas dessas áreas em colunas de comentários, ou de uma forma traduzida, que apresente um apelo direto ao que o *Extra* entende como interesse do leitor: a influência direta no cotidiano. Essa é, visivelmente, a principal preocupação de editores e de repórteres do jornal, como pudemos observar durante a visita realizada à redação do jornal, em janeiro de 2007.

Além de entrevistar pessoalmente o diretor de redação e editores para este trabalho, à visita agregou-se a observação de um elemento relevante às condições de produção: o ambiente em que o jornal é elaborado. À busca constante pela cumplicidade com o leitor, soma-se uma rotina de produção marcada pela informalidade, ausência de hierarquia rígida entre os profissionais, estímulo à participação coletiva nas decisões, autonomia para a definição das pautas e incentivo à participação direta dos jornalistas, por meio da estrutura da empresa, na vida do leitor. Em outras palavras, o jornal não apenas coloca-se como mediador para soluções de problemas do leitor, mas, muitas vezes, supera essa condição desenvolvendo na prática a relação de auxílio e concessão de recompensas.

Com a fórmula de carregar no apelo visual através da cor e de manchetes de impacto junto a imagens mais fortes do que as usadas pelo jornalismo de referência, mas não grotescas a ponto de serem consideradas caracteristicamente sensacionalistas, o jornal cativou um significativo grupo de leitores. Segundo os dados do IVC, em novembro de 2006, o *Extra* chegou à tiragem mensal de 10.199.590 milhões de exemplares vendidos ao mês, alcançando o primeiro lugar no Brasil em circulação, à frente da *Folha de São Paulo* (9.324.981) e de *O Globo* (8.500.554). Apesar de ocupar hoje a quinta posição no ranking do IVC, a estatística referente à média de circulação do último ano (outubro de 2006 a novembro de 2007), situa o *Extra* como o segundo jornal de maior circulação no país, inferior somente à tiragem da *Folha de São Paulo* no mesmo período (ANEXO B). A partir disso, o *Extra* passa a ser considerado o principal jornal representante do segmento popular na mídia impressa brasileira, motivo que já seria consistente o suficiente para justificar um estudo sobre o jornal.

Há uma complexa rede de sentidos que preside a relação dos jornais com os leitores populares. Ao conquistar uma parcela considerável do público que está crescendo entre os consumidores de jornalismo impresso, o jornal assume também a responsabilidade de estabelecer um contrato de comunicação em que representa o interesse jornalístico do leitor e reconstrói sentidos sobre cidadania para esse leitor diariamente. A noção de cidadania atribui ao indivíduo a possibilidade da emancipação, mas em conflito permanente com o pertencimento – a exemplo do que refere Bauman (2005) sobre a construção da identidade. Ao mesmo tempo em que, para ser cidadão, é preciso ter acesso à dignidade relacionada aos direitos sociais, e que envolve a dimensão do interesse coletivo, o indivíduo precisa ter autonomia para participar do processo político e para exercer liberdades civis.

A partir da análise do discurso produzido pelo jornal popular que figura entre as maiores circulações do país, avaliamos a hipótese de que os sentidos que o jornal atribui à cidadania pressupõem um contexto de esclarecimento e possibilidade de emancipação para um público destituído dos direitos básicos, junto ao alinhamento da cidadania ao esvaziamento da política e à prioridade pelo consumidor, amparado em um veículo capaz de mediar sua relação com as instituições.

Nesse debate, interessa-nos estudar de que forma a cidadania está sendo representada pelo jornal *Extra*. Que sentidos o jornal associa a questões relacionadas ao acesso à saúde, à

educação, à segurança, ao trabalho, ao consumo (como direito do consumidor) e à política (como participação popular e atuação da classe política)? Como o próprio jornal representa-se na relação do seu leitor com a temática da cidadania? De que forma o leitor é visto, na perspectiva das premissas relacionadas ao conceito de cidadania? É um cidadão, tem acesso aos seus direitos fundamentais, conhece-os, sabe como exigí-los? Que formas de exercer a cidadania são propostas aos leitores do *Extra*? Em função desse percurso, circunscrevemos um conceito de cidadania para o jornal *Extra*, relacionando-o com a concepção de cidadania adotada pelo trabalho.

Tratando-se do jornal que, em menos de dez anos, conquista um grande mercado de leitores, concorrendo com representantes consagrados da imprensa escrita na preferência dos leitores, o estudo é relevante para a percepção da forma como o interesse jornalístico das classes populares vem sendo representado nas matérias sobre direitos dos cidadãos.

O posicionamento feito pelo jornal de seu leitor preferencial, situado nas classes B, C e D, segundo as pesquisas mercadológicas, confere a esse leitor, ou busca estimular, a noção de cidadania, reconhecendo-o como portador de direitos, em igualdade perante os demais, habilitado à participação nas decisões políticas e, por consequência, à emancipação? Ou simplesmente esse mecanismo faz parte de um propósito destinado a demarcar um mercado em expansão, potencialmente lucrativo? O leitor estaria sendo construído como sujeito marginalizado da possibilidade de emancipação e usado como um produto associado diretamente ao aumento da circulação de jornais? Ou o *Extra* considera o seu leitor na perspectiva da cidadania e busca retratá-lo como tal, apresentando pautas, reivindicações e casos que levam esclarecimento a respeito da situação social e política, portanto, a respeito da realidade em que vive esse leitor, pela qual é afetado e de que maneira poderá atuar a seu favor ou de sua comunidade? O jornal estaria, nesse caso, contribuindo para o reconhecimento do leitor enquanto cidadão e para a própria consolidação da cidadania, entre os sujeitos do grupo social ao qual se dirige.

Examinaremos, portanto, os sentidos da cidadania representados no discurso do jornal *Extra*, considerando a afirmação da cidadania como consequência da finalidade do Jornalismo, que é construir um discurso informativo sobre as temáticas públicas. De outra forma, se observarmos o que assinala Bauman (2005) sobre a identidade construída pelas posições que assumimos ou que nos são atribuídas, a delimitação das posições de sujeito

definida para esse leitor pode ser entendida como a identidade atribuída pelo jornal ao seu leitor na perspectiva da cidadania.

Sob esse panorama, nosso **problema** de pesquisa pode ser resumido da seguinte maneira: **de que forma o jornal *Extra* representa a cidadania em seu discurso?** Nosso **objetivo** geral é mapear a produção de sentidos construída pelo *Extra* para temas delimitados e relacionados ao conceito de cidadania (saúde, educação, segurança, trabalho, direito do consumidor e política). Os objetivos específicos passam por circunscrever a representação feita pelo próprio jornal a respeito de si mesmo nesse processo e a representação do jornal sobre o seu leitor frente a essa temática. Em adição, é nosso objetivo definir um conceito de cidadania presente no discurso do jornal, comparado a um conceito operacional de cidadania adotado nesta pesquisa.

Para essa análise, trataremos das seqüências discursivas relacionadas a temas que circunscrevem a cidadania no jornal, observando os recursos que o jornal usa para falar ao leitor e construir, dessa forma, sentidos para o que entende por cidadania. Inicialmente, foram avaliadas de forma exploratória oito edições do período entre os meses de dezembro de 2006 e fevereiro de 2007. Os resultados obtidos foram balizadores do desenvolvimento de uma metodologia que contemplasse a multidimensionalidade da cidadania no discurso do *Extra*: a representação dos direitos, do leitor e do próprio jornal, como referimos anteriormente. O estudo foi aplicado a 552 seqüências discursivas selecionadas em 14 edições publicadas entre os dias 04 a 10 de junho de 2007, e 12 a 18 de agosto de 2007. Como metodologia auxiliar, para contextualizar as condições de produção do discurso do jornal, optamos por visitas à redação, nas dependências da Infoglobo no Rio de Janeiro. Permanecemos na redação por dois dias, em 22 e 23 de janeiro de 2007, realizando entrevistas com o diretor de redação, Bruno Thys, com editores, repórteres e acompanhando as reuniões de pauta do jornal.

Entendemos ser importante ressaltar, finalmente, que é preciso considerar o processo da comunicação como integrado entre os momentos da produção, da circulação e do consumo, tomando como base o modelo de circuito cultural proposto por Johnson (1999). As três instâncias são interdependentes, e para compreender a produção de sentido precisamos compreender a permanente exposição ao intercâmbio de fatores e de influências do contexto cultural e social que envolve o processo, considerando-o constituído e atravessado por uma

multiplicidade de vozes e discursos. Nesse sentido, associamos nosso estudo à Linha de Pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas, na medida em que nos dedicamos a uma das perspectivas dos Estudos Culturais: “uma proposta alinhada a uma teoria social crítica, que toma como foco central o texto midiático e seu contexto” (ESCOSTEGUY, 2006, p.02).

Nossa opção por uma visão mais sociocêntrica da mídia e a escolha de um objeto ligado ao universo popular nos situa numa abordagem que compreende que o sentido só se completa na recepção. Está claro, portanto, que o estudo do discurso de um jornal é apenas um recorte metodológico viabilizador desta dissertação de mestrado, pois o sentido final só terá seu efeito desvendado na confluência do feixe de relações que engloba as instâncias da produção, da circulação e do consumo.

Para a investigação da construção dos sentidos da cidadania no discurso do *Extra*, percorremos um caminho que começa, no primeiro capítulo, com a apresentação das relações entre o jornal carioca e a expansão do jornalismo popular no Brasil nos anos 1990. Este capítulo é finalizado com a contextualização do surgimento do *Extra* no Rio de Janeiro e o desenvolvimento da rápida consolidação do jornal como um dos mais vendidos do Brasil. No segundo capítulo, narramos o desenvolvimento histórico do conceito de cidadania, seu tratamento e a construção dessa temática pelo discurso jornalístico, para culminar com a elaboração da noção de cidadania que adotamos como eixo norteador da análise prática. As premissas fundamentais da Análise do Discurso, definidoras da metodologia, e a centralidade da representação para a construção dos efeitos de sentido, referenciais teóricos fundamentais aos objetivos deste trabalho, constituem o capítulo seguinte.

No quarto capítulo, apresentamos o resultado da análise das 552 seqüências discursivas selecionadas em duas semanas de edições do *Extra*, em junho e agosto de 2007. É nesse momento que aplicamos a metodologia que considera a representação da cidadania nas três diferentes dimensões (representação das temáticas, do jornal e do leitor) para dar conta de nosso problema de pesquisa. Ao final, discorremos sobre a representação da cidadania no *Extra*, destacando os resultados mais significativos para a compreensão da relevância de um estudo que se propôs a investigar como o discurso jornalístico produz sentidos, entendidos como fontes de poder, por consequência, como espaços de conflito.

CAPÍTULO 1

A EXPANSÃO DOS NOVOS JORNAIS POPULARES E O FENÔMENO *EXTRA*

1.1 Jornalismo Popular - entre o sensacionalismo e o jornalismo de referência

Ao elaborar uma releitura, principalmente visual-gráfica, de elementos do sensacionalismo que alcançaram seu auge na mídia escrita brasileira entre os anos 1960 e 1980 com *Última Hora* (Rio de Janeiro) e *Notícias Populares* (São Paulo), mas, além disso, apropriando-se das técnicas que conferiram legitimidade e credibilidade ao jornalismo de referência, as indústrias da imprensa promovem, desde os anos 1990 no Brasil, sucessivos lançamentos de jornais populares.¹⁰ Destinados prioritariamente ao público das classes B, C e D, conforme os exemplos enumerados anteriormente, os novos jornais apresentam maior voltagem de cor na diagramação, textos sintéticos, várias seções de prestação de serviços e uma mescla entre temáticas de entretenimento, casos policiais e a redução, quando não exclusão, das tradicionais editoriais de Política e Economia. Lançam à prática do jornalismo o desafio de conciliar interesse público com o interesse do público a que se dirigem. Buscam uma relação de cumplicidade e de visibilidade do leitor, que é priorizado e exposto nas páginas, principalmente através da personificação das notícias em nome da carga de

¹⁰ A noção de *popular* rende um amplo debate entre consagrados estudiosos das ciências sociais e da cultura. Escosteguy (2001) sistematiza um entendimento das três dimensões predominantes nessa discussão: a folclórica (romântica), a massiva (industrial) e a populista (política). Na dimensão folclórica, o popular é a manifestação cultural das classes populares, na massiva, está relacionado à abrangência, no sentido de amplitude de acesso ou audiência, e na dimensão populista, o popular está relacionado ao conceito de “povo” com objetivos políticos e eleitorais. Hall (2003, p.248-249), no entanto, vai alertar para a insuficiência das categorizações, ao propor um debate em torno do conceito de “povo”, que pode ser entendido como grupo a ser moralizado e reeducado, ou intacto e autêntico, e de cultura popular, apreendida pelo autor como “o terreno sobre o qual as transformações são operadas”. “O termo popular – e até mesmo o sujeito coletivo ao qual ele deve se referir – o povo – é altamente problemático (...) assim como não há um conteúdo fixo para a categoria da cultura popular, não há um sujeito determinado ao qual se pode atrelá-la – o povo.” (HALL, 2003, p.262). No nosso trabalho, o termo popular fica circunscrito à caracterização de um grupo de novos jornais que se auto-denomina “popular”, que é dirigido prioritariamente à classe C e amplamente consumido por ela. São jornais editados por empresas jornalísticas consolidadas e que não possuem equivalência com os jornais sindicais, comunitários ou alternativos. O conceito de popular difere essas publicações dos jornais conhecidos como “de referência”, conforme reflexão já descrita (AMARAL, 2006). Ainda nos referimos às classes populares e aos populares como integrantes dessa classe, entendendo o popular como caracterização de um grupo em situação de desigualdade social – e principalmente – de inferioridade nas relações de poder (HALL, 2003, p.263).

humanidade. Está imbricado neste cenário o conflito diante da finalidade do jornalismo como instituição pública mediadora de um lado, e da perseguição e conquista de novos mercados consumidores de leitores por uma instituição que, simultaneamente, é de economia privada, de outro.

Por terem de aproximar-se de uma camada de público com baixo poder aquisitivo e pouco hábito de leitura, os jornais, muitas vezes, transformam-se em mercadoria em todos os sentidos. Com frequência deixam o bom jornalismo de lado para simplesmente agradarem ao leitor, em vez de buscarem novos padrões de jornalismo que reforcem os compromissos sociais com a população de renda mais baixa. (AMARAL, 2006, p.30)

Recursos clássicos do sensacionalismo, como a prevalência de fotos aos textos, de letras em fonte maior e de diagramação carregada em cor e com elementos para facilitar a leitura, permanecem válidos no novo jornalismo popular. No entanto, outros recursos são atenuados, como a preferência por temas de impacto, quando imagens chocantes de crimes e degradação humana são substituídas pelas sensações provocadas pelas temáticas do entretenimento e do esporte, com ênfase para a hegemonia cultural da televisão aberta. É preciso destacar, contudo, que há uma diferença fundamental dos jornais populares contemporâneos no Brasil em relação à *Última Hora* e principalmente a *Notícias Populares* (NP), considerado o ícone sensacionalista no país. Enquanto os jornais atuais perseguem a identificação com o leitor para assegurar, acima de tudo, seu sucesso mercadológico, muitas vezes, optando por um contexto de alienação política ao invés de informação sobre os acontecimentos desse setor, os jornais anteriores surgiram com objetivos políticos definidos.

Última Hora foi criado no Rio de Janeiro em 1951 para amparar o governo de Getúlio Vargas, que encontrava resistência em jornais como *Diário da Noite*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. O jornal fundado por Samuel Wainer construiria uma estrutura disseminada nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco. *Notícias Populares*, lançado no Rio de Janeiro em 1963 por Herbert Levy, deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), surgiu para fazer concorrência com o UH, por intermédio de uma abordagem despolitizada, esvaziando a leitura desse jornal. Dessa forma, eram jornais populares com objetivos políticos divergentes, ainda que por meio da despolitização ou da alienação, como seria, entre outros, o objetivo do NP. Sobre essa questão, Goldenstein (1987) explica que

Última Hora e *Notícias Populares* expressam concepções diferentes em termos de jornal popular (...). Em ambas, as classes populares são vistas de cima. Mas uma

tenta incorporá-las sob controle e outra tenta tirá-las do caminho. Tanto *Notícias Populares* quanto *Última Hora* tinham objetivos políticos que passavam pelo êxito comercial. (...) O exagero das manchetes e o conteúdo policialesco cada vez mais explícito de *Notícias Populares* tornam-no muito próximo de um ramo específico da indústria cultural, que se desenvolveu mais quando esta ainda engatinhava nos países centrais: a imprensa amarela. *Notícias Populares* está mais calcada nos jornais de Hearst que *Última Hora*. Ambas tomaram-no como inspiração. (GOLDENSTEIN, 1987, p.93-94)

O sensacionalismo como vertente de inspiração para o jornalismo possui raízes históricas nos séculos passados. De acordo com Angrimani (1995), os jornais populares franceses do século XIX já exploravam a violência, as catástrofes e os fenômenos inexplicáveis de natureza ficcional ou de crença religiosa. Antes disso, por volta de 1690, o primeiro jornal lançado nos Estados Unidos, *Publick Occurrences*, já possuía características sensacionalistas (AMARAL, 2006).

Mas seria no final do século XIX que o fenômeno conhecido como *Yellow Press* (Imprensa Amarela), sinônimo de jornalismo de escândalos no Brasil, lançaria as bases para um movimento sensacionalista que serviria de modelo para jornais de todo o mundo. Os jornais de Joseph Pulitzer e de William Hearst, *New York World* e *Morning Journal*, nos Estados Unidos, eram dirigidos às classes populares e vendidos a preços baixos. Priorizavam dramas, histórias falsas e manchetes de impacto.

Anterior a esse período, por volta de 1830, surge o folhetim na França. Martín-Barbero (1987) situa-o como o primeiro texto escrito no formato popular de massa, caracterizado pela linguagem simples, direta, sintética e com temática flutuante entre a informação e a ficção. Os folhetins franceses, misturando realidade e fantasia, transformaram-se em uma espécie de narrativa cultural e de costumes, sendo apreendidos pelo público como discurso a respeito de suas próprias vidas. Atingem uma repercussão social impressionante na época, transformando-se em espécies de jornais proletários, espaço onde os populares poderiam dar vazão às discussões de interesse do povo, um contraponto ao discurso oficial. É um momento no qual a imprensa começa a adquirir condições de produção industriais, mas, ao mesmo tempo, as tradições populares passam a ser incorporadas aos assuntos de interesse do jornalismo.

No Brasil, é igualmente no final do século XIX, de acordo com o que recupera Melo (1971), que publicações de artigos de Brito Broca e Afonso Lima Barreto provocam a

ascensão do tema do sensacionalismo como faceta inerente ao jornalismo. Há autores que defendem a hipótese de que o sensacionalismo é uma característica permanentemente presente na prática jornalística; todavia, há a compreensão, da qual compartilhamos, de que o caráter sensacionalista seja um teto alargado para a exploração dos dramas humanos e da manipulação da informação com o propósito de provocar sensações e alavancar as vendas de jornais.

São muitas as formas de popularização da mídia costumeiramente tratadas sob o rótulo sensacionalista. O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como a superposição do interesse público; a exploração do sofrimento humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo, a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos públicos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os prejulgamentos e a invasão de privacidade tanto de pessoas pobres como de celebridades, entre tantas outras. (AMARAL, 2006, p.21)

A decadência de *Notícias Populares* a partir dos anos 1980 e a passagem do jornal por reformulações significativas nos anos 1990 denunciavam a rejeição do público ao estilo da publicação. O fechamento do jornal, acontecido em 2001, representou o encerramento de um ciclo desse modelo de imprensa no Brasil. A partir daí, as reestruturações que resultaram no segmento de jornais populares que conhecemos atualmente remontam a uma colagem entre a influência do sensacionalismo e à atenção permanente às premissas básicas do jornalismo de referência, especialmente no que se refere à credibilidade. Para os novos jornais populares, não basta cativar o leitor trilhando o caminho de suas preferências, é preciso consolidar esse vínculo oferecendo um produto de qualidade, ancorado essencialmente em consistentes seções de serviços e de esclarecimentos, além de boas coberturas sobre assuntos de entretenimento.

O tema da cidadania está disseminado nesse modelo de jornalismo através das colunas que exploram direitos trabalhistas, direitos do consumidor, e na ênfase ao acesso a direitos sociais, como educação, saúde e segurança. Ao colocarem-se como porta-vozes das demandas de seu público nessa área, os jornais identificam um leitor desprovido de direitos fundamentais à cidadania, que busca formas de reivindicar e de pressionar as instituições para atingi-los. Observa-se, contudo, que sob essa perspectiva os jornais podem aproveitar-se da situação de fragilidade desse público.

É nesse conflito que se situa a problemática da abordagem da cidadania nos jornais populares: em que medida estes jornais, cumprindo com o papel institucional da imprensa de

estimular a prática e a afirmação da cidadania, entendem seu público como portador de cidadania? Ou estes jornais apenas se utilizam estrategicamente de um público apresentado como desprovido de cidadania para, através de suas próprias mazelas, buscar a identificação necessária à venda de jornal?

1.2 Final do século XX - O boom dos novos jornais populares no Brasil

A década de 1990 apresenta um cenário propício à renovação da mídia impressa brasileira. As mudanças econômicas possibilitaram a consolidação de um público consumidor potencial de informação na classe C¹¹, que até então não estava entre os habituais leitores de jornais impressos. O desafio lançado pela expansão da Internet, que traz mudanças na linguagem de apelo ao espectador e o momento internacional, em que grandes empresas na Europa e na América Latina lançam periódicos condensados, com linguagem mais direta, sucinta e apelo visual mais forte, tornam-se elementos que, conjuntamente, proporcionam o surgimento de uma nova proposta no jornalismo impresso. Uma proposta que não se enquadra nem no antigo sensacionalismo, calcado em objetivos políticos e marcado pela simplificação acompanhada da degradação e/ou ridicularização humana, nem no tradicional jornalismo de referência, caracterizado pela maior proximidade com a noção clássica de interesse público e pela proposta mais convencional de estruturação das notícias. Os novos jornais populares situam-se numa faixa intermediária, buscam a sedução do leitor pelo apelo visual e pela velocidade dos textos mais sintéticos, priorizam a temática do cotidiano e da proximidade com o mundo de interesse do público, mas mantêm certa distância dos exageros e das fórmulas consagradas.

Em várias capitais brasileiras, a reestruturação de jornais como *O Dia* (Rio de Janeiro), *Jornal da Tarde* (São Paulo), e o lançamento de periódicos como *Diário Gaúcho*

¹¹ Segundo o Critério Brasil, metodologia da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) para a definição das classes sociais, a classe C é dividida entre C1, com renda média familiar mensal até R\$ 1.194,53, e C2, com renda média familiar mensal até R\$ 726,26. A pesquisa é feita nas dez principais regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte, Distrito Federal, Salvador, Recife e Fortaleza. O estudo levanta as características físicas de cada domicílio pesquisado, os dados demográficos de todos os moradores, a posse de diversos bens, a utilização de serviços e a renda familiar. A divisão da classe C em dois extratos é recente, e atende ao fenômeno de expansão desse grupo social, que incorporou desde 1994, segundo estimativa da própria Abep, parte significativa da classe D, devido ao aumento do poder aquisitivo da população.

(Porto Alegre), *Notícia Agora* (ES), *Folha de Pernambuco* (Recife), *Primeira Hora* (Campo Grande), *Extra*, *Q!*, *Meia-Hora* e *Expresso da Informação* (Rio de Janeiro), *Agora São Paulo*, *Expresso Popular* e *Diário de São Paulo* (São Paulo), *Aqui!* e *Super Notícia* (Belo Horizonte), *Aqui* (Brasília) e *A Hora de Santa Catarina* (Florianópolis), confirmam essa tendência. No contexto internacional, segundo pesquisa de Bernardes (2004), somente o grupo *Innovation* é responsável pela criação ou reestruturação de jornais como *El Comercio*, do Peru, *Super Express*, da Polônia, *Correio da Manhã*, de Portugal, *Al Dia* e *Nuestro Diario*, da Guatemala, e no Brasil do próprio *Extra*, da Infoglobo, e do *Diário Gaúcho*, da RBS.

As empresas apostam não somente em novas estratégias de marketing ou gestão de negócios, mas também numa fórmula renovada de produtos jornalísticos. (...) Um gênero renovado estrategicamente para alcançar um público massivo e atrair investimentos publicitários também massivos. Um gênero que não é puramente comercial, ou massivo, ou sensacionalista, ou popular, mas uma conjugação de diferentes fórmulas com o intuito de ser bem recebido por classes tradicionalmente excluídas do hábito de compra e leitura de jornais. (BERNARDES, 2004, p.17)

No Brasil, vários desses novos jornais são lançados por empresas que já mantêm outro jornal no segmento de referência, como é o caso do próprio *Extra* e *Expresso da Informação*, da Infoglobo, que tem *O Globo*, e do *Meia-Hora*, da empresa jornalística *O Dia*, ou mesmo o *Diário Gaúcho* e *A Hora de Santa Catarina*, lançados pelo Grupo RBS, que edita *Zero Hora* e *Diário Catarinense*. Um diferencial importante a ser considerado na destinação a diferentes públicos é a estratégia de distribuição: enquanto os *quality papers* são vendidos conjuntamente por assinatura, os populares só podem ser comprados nas bancas de jornal.

Ao avaliar o crescimento do segmento dos jornais populares no Brasil, Oliveira (2006) estabelece uma conceituação que diferencia o “popular com conteúdo”, simbolizado por iniciativas como a do *Extra*, e “popular com pouco valor agregado”, representado por jornais considerados mais marginais, como *A Notícia*, do Rio de Janeiro. Já Prazeres (2005) entende que os populares não podem ser comparados aos jornais de referência, por possuírem propósitos diferentes, assim como uma relação diferenciada com seu leitor:

Os veículos devem encontrar os estímulos de venda de anúncios apropriados aos seus novos jornais populares, partindo da relação do público-leitor com os produtos. Um público bastante específico, com muitas semelhanças em estilo de vida e classe social, que se contenta com informações correntes, cotidianas, voltadas para os acontecimentos da cidade, de crimes, artistas, televisão e futebol, mas que, mesmo assim, busca informação, satisfaz-se com ela, encontra entretenimento e, certamente, a sensação de estar em maior sintonia com o que acontece em seu mundo. São milhares de pontos de contato estabelecidos diariamente, que têm seu potencial, que podem ser bem aproveitados, mas em sua dimensão própria, que não pode ser comparada à dos jornais tradicionais, que já

tiveram até a pretensão, ou a possibilidade, em outras épocas, de mudar os rumos do país. (PRAZERES, 2005, *on-line*)

Os números do Instituto de Verificação da Circulação (IVC) apontam a importância crucial do segmento dos populares para a indústria nacional de mídia. Foram os novos jornais populares os responsáveis pelo crescimento na circulação de jornais no Brasil em 2006: enquanto no grupo de *quality papers*, a circulação cresceu 3,61% (abaixo da média), entre os quatro títulos que apresentaram maior crescimento estão um segmentado (*Lance!*, com 25,58%) e dois populares (*Extra*, com 11,19% e *Diário Gaúcho*, com 9,54%).¹² O jornal *Extra* do Rio de Janeiro, que era o mais vendido do país nos finais de semana (com uma média de 400 mil exemplares), fechou 2006 como o mais vendido também durante a semana: um feito inédito, pois há alguns anos a *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo* alternavam essa posição. Ao analisar esses números, Flizikowsky (2007) busca desvendar o aparente dilema entre o crescimento de circulação e de investimento publicitário no mercado do jornalismo impresso no Brasil, ao mesmo tempo em que jornais tradicionais, como *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Zero Hora* e *Gazeta Mercantil* perdem leitores.

A crise não é do jornalismo diário impresso como um todo; aliás, para o setor não existe crise, mas crescimento. A crise é do jornalismo impresso diário tradicional, que vê a cada dia sua circulação diminuir, enquanto novos títulos, mais populares, vão conquistando mercado. Assim, o setor de jornalismo diário impresso não está em crise, mas em mudança. (FLIZIKOWSKY, 2007, *on-line*)

O crescimento dos jornais populares, ao mesmo tempo em que sinaliza para a faceta da segmentação característica dos produtos midiáticos, que buscam diferenciar-se por meio do direcionamento a públicos específicos, alerta para o reconhecimento de maior visibilidade aos modos de vida das classes consideradas populares, denunciando a identificação da apropriação simbólica desse público com o consumo de informação. A partir do estabelecimento desse elo, cabe estudar de que forma esses jornais estruturam-se para interpelar o leitor e que posições estão oferecendo a esse público, considerando-se a responsabilidade do jornalismo como prática social.

Apesar de constituir-se como mercado promissor, apresentando releituras da prática jornalística, são incipientes no Brasil os estudos sobre o segmento de novos jornais populares e suas implicações no campo do jornalismo. Trata-se de um tema que necessita de

¹² Percentuais divulgados pelo IVC no final de 2006, apresentados em artigo de Flizikowsky (2007). Os últimos números do IVC (ANEXO C) apontam a chegada de outro jornal popular, o *Super Notícia* (MG), ao primeiro lugar em circulação, enquanto *Extra*, *Meia Hora* e *Diário Gaúcho* ocupam, respectivamente, o quinto, sexto e nono lugar entre os dez jornais de maior tiragem.

investigação para que compreendamos como o jornalismo popular relaciona-se com o seu leitor e com os princípios do sensacionalismo, que foi o molde dessa imprensa, mas hoje não é suficiente para defini-la.

1.3 “Café, pão e Extra”: as condições de produção em um dos maiores jornais populares do país

Entendemos das condições de produção como o contexto que condiciona o discurso (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2003). As condições de produção integram a exterioridade lingüística, podendo ser estritas (circunstâncias operacionais em que esse discurso é elaborado), e amplas (circunstâncias sócio-históricas, definidoras da ideologia). Neste subitem, demonstramos alguns aspectos das condições estritas, já que outros elementos das condições amplas serão examinados no desenvolvimento do trabalho, considerando a noção de que a exterioridade não está fora do discurso, mas o constitui

Nossa abordagem busca, neste primeiro momento, descrever o surgimento e a história recente do jornal *Extra*, detalhando sua organização estrutural e complementando essas informações com depoimentos do diretor de redação, Bruno Thys, e do chefe de reportagem, Giampaolo Braga¹³, de forma que seja possível compreender algumas das premissas ideológicas que regem a constituição do discurso do *Extra*.

Para explicar o discurso é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólicas que se estabelecem no grupo em questão (...) mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas por seus porta-vozes). Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo. (BOURDIEU, 1994, p.163)

Um contexto econômico marcado, nos anos 1990, pela criação e pelo fortalecimento do Real (1994), nova moeda brasileira, e o fim da inflação - entre o governo de Itamar Franco e o início do governo Fernando Henrique Cardoso - favoreceu o crescimento do poder aquisitivo das classes C e D no Brasil. Esse grupo gerou uma expansão de consumidores

¹³ Em entrevistas concedidas presencialmente à autora da dissertação, na redação do jornal *Extra*, em 22 e 23 de janeiro de 2007.

potencialmente interessantes para o mercado de jornais impressos. No Rio de Janeiro, o tradicional jornal *O Dia*, em circulação desde 1951, detinha o predomínio da leitura nessa faixa, sendo direcionado inicialmente para as classes de baixa renda, marcado pelo posicionamento político declarado e pelo caráter flagrantemente sensacionalista. A partir dos anos 1980, com novos diretores, o jornal passa a se reposicionar, dirigindo-se prioritariamente à classe C, e se colocando como um “popular de qualidade”: ênfase nas notícias policiais, de serviços públicos, minimização do noticiário político e econômico, ancorados por um apelo visual com mais força nas cores e na diagramação, mas sem exposição de imagens chocantes, sanguinárias ou de conteúdo erótico. *O Globo* e *Jornal do Brasil* (JB) dividiam a fatia de leitores das classes A e B, mas na iminência da crise que caracterizava a derrocada do *Jornal do Brasil*.

Por estarmos abordando as condições de produção do jornal, torna-se fundamental contextualizá-lo como um produto da Infoglobo, empresa responsável pelo setor de jornais impressos das Organizações Globo. Fundada em 1925, com o lançamento do jornal *O Globo*, a Infoglobo possui hoje o maior parque gráfico da América Latina. A empresa reúne o setor de editoração e gráfica dos jornais impressos das Organizações Globo e da Agência O Globo, responsável pela captação, produção e distribuição de notícias para jornais brasileiros e internacionais. Além de *O Globo*, *Extra* e da Agência O Globo, são produtos da empresa os jornais *Diário de São Paulo*, *Expresso* (RJ) e o site Globo Online.

O diretor de redação do *Extra*, Bruno Thys, que trabalhava no *JB* e está no *Extra* desde a sua fundação, em 5 de abril de 1998, afirma que a Infoglobo desenvolvia pesquisas de mercado desde o início da década de 1990 para estruturar o lançamento de um jornal com foco principal na classe C. O objetivo era criar um produto com perfil diferente de *O Globo*, que buscasse parte do mercado em que predominava *O Dia*.

Na época em que a gente fez a projeção, esse mundo C era de 20 milhões de pessoas. Depois do Fernando Henrique, pula pra 120 milhões, depois para 200, então houve uma expansão, esse mundo passou de fato a consumir: vimos uma oportunidade de negócio aí. *Business*. A gente queria exatamente esse leitor C, dois a quatro salários mínimos, dois mil reais de renda, no máximo. O jornal era 25 centavos, muito barato, mas com informação. (BRUNO THYS, 2007)¹⁴

Desde o planejamento inicial, a proposta do *Extra* tem buscado uma cumplicidade com o leitor. Além de contratar o próprio Bruno Thys do *JB* para pensar o jornal, a Infoglobo

¹⁴ Diretor de redação do *Extra* em entrevista à autora em 22 de janeiro de 2007.

buscou Eucimar Oliveira, responsável pela transformação de *O Dia* em sucesso nas classes C e D, e Roberto Prado, que havia transformado o segmento de jornais de bairros da Infoglobo em sucesso espantoso de vendas. O projeto gráfico ficou a cargo da empresa espanhola Noise, considerada atualmente uma das melhores do mundo na área. Na redação da Infoglobo, na Rua Irineu Marinho, o grupo começou a trabalhar nas seções que definiriam o perfil do jornal. Foi realizada uma campanha entre o público a fim de que fosse escolhido o nome do periódico, e entre cinco opções apresentadas, *Extra* foi o nome vencedor, embasando o primeiro slogan de lançamento no mercado: “*Extra*, o jornal que você escolheu”.

Em função dos dados das pesquisas, e, segundo o que define Thys, com base na intuição e na criatividade, foi definida a espinha dorsal do *Extra*: economia popular (casa própria, impostos, dívidas e aplicações para fazer render o dinheiro do leitor), programas de televisão aberta, polícia, cidade e esporte, tendo ainda como “menina dos olhos” a revista *Canal Extra*, de cultura, publicada aos domingos. A estrutura de profissionais foi montada com uma redação formada por 90 jornalistas: um terço vindo de *O Globo*, um terço selecionado no mercado de trabalho e os outros 30 em seleção pública aberta aos recém-formados. O treinamento da equipe foi conjunto, tendo como elementos norteadores os seguintes princípios:

O jornalista do *Extra*, quando vai escrever, tem em mente o leitor. A maneira de escrever, o vocabulário, a abordagem, o enfoque, são o didatismo e a tradução específicos para um leitor que pressupomos que não conhece tudo, mas também não é ignorante. A responsabilidade e a ética são os mesmos seguidos pelo padrão d’O Globo. (BRUNO THYS, 2007)¹⁵

No site da Infoglobo, o jornal *Extra* é assim definido:

Um jornal popular voltado para as classes B e C. A interatividade com o leitor é uma marca do jornal, que desde o seu lançamento envolveu a cidade do Rio de Janeiro em uma ação para a escolha do seu nome. Reforçando o objetivo de estar próximo de seus leitores e ser um prestador de serviços, o *Extra* tem uma linguagem mais simples, um noticiário focado em fatos da região do leitor e cadernos temáticos que tratam de assuntos do dia-a-dia. O *Extra* é um sucesso desde o seu lançamento, por ser um jornal totalmente adequado às necessidades do leitor, não é a toa que ele se tornou líder de venda em banca do país, possuindo mais de 3 milhões de leitores. (INFOGLOBO, 2008)¹⁶

Agregado ao estilo avesso aos apelos explícitos do sensacionalismo que estampa sangue junto ao humor e ao sexo, o leitor encontrou no *Extra* uma linguagem em que os fatos

¹⁵ Em entrevista realizada em 22 de janeiro de 2007.

¹⁶ www.infoglobo.com. Acesso em 06 de janeiro de 2008.

policiais, o erotismo, a fofoca (nas notícias sobre a vida das celebridades) estão contemplados de uma forma menos agressiva. Hoje o jornal subdivide-se nas editorias de Geral/Cidade, Economia, O País, Viva Mais e Internacional, com as seções fixas Retratos da Vida (celebridades) e Carta Branca (direitos trabalhistas, direitos do consumidor e reivindicações de infra-estrutura urbana), Extra! Extra! (coluna com comentários sobre política e comunidade), e uma página 2 caracterizada pela mobilidade, na qual são alternadas editorias intituladas Estado, Hoje (serviço), Tudo de Graça (eventos, promoções, cursos gratuitos), e Melhor Idade. Os cadernos fixos são: Jogo Extra (esportes/ diariamente), Sessão Extra (cultura e diversão/ segunda a quinta e aos sábados), Diversão Extra (substitui Sessão Extra às sextas), Vida Ganha (empregos/ terça e domingo), Motor Extra (carros/ quarta e sábado), Info Extra (informática/ às quintas), e Canal Extra (revista de cultura, aos domingos).

Tabela 2 – Editorias, seções fixas e variáveis do jornal *Extra*

	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
Editorias	Geral Economia O País Viva Mais Internacional Carta Branca						
Colunas Fixas	Retratos da Vida Extra!Extra!						
Página 2 Seções Variáveis	Hoje Estado Tudo de Graça Melhor Idade						
Cadernos Fixos	Jogo Extra Sessão Extra				Jogo Extra	Jogo Extra Sessão Extra	Jogo Extra
Cadernos Temáticos		Vida Ganha	Motor Extra	Info Extra	Diversão Extra	Motor Extra	Vida Ganha
Revista							Canal Extra

A opção pela cobertura da televisão aberta (preferencialmente TV Globo, que, assim como a Infoglobo, é parte das Organizações Globo) é feita de uma forma inusitada: além da página “Retratos da Vida”, que apresenta informações sobre celebridades, quase que exclusivamente globais, os desfechos e as situações clímax das novelas da TV Globo ganham capa como se fizessem parte da vida real. O diretor de redação explica que final de novela é comparável à Copa do Mundo, e que o *Extra* tem um repórter para cada novela, minissérie e séries especiais da Globo, como o programa Big Brother Brasil. O chefe de reportagem define assim o foco do jornal:

É um jornal menos *jornalão*, com um viés menos analítico, menos *quality-paper*, que normalmente não vai dar muita ênfase a editoriais como Política, Internacional. Polícia é um foco muito grande, junto a Cidade, Educação, Transporte e Administração Pública, não entrando muito em terreno de política partidária, troca-troca na Câmara, que são mais o foco do O Globo. A gente entende que o nosso leitor não está muito com a cabeça nisso, ele não está interessado em política partidária, e sim em política pública: se vai ter vaga em hospital, se vai ter vaga pro filho na escola. (GIAMPAOLO BRAGA, 2007)¹⁷

Além de priorizar a interatividade com o leitor, a partir da persuasão pelos temas individualizados e pela diagramação que explora a cor e o apelo visual, o jornal possui no preço um de seus diferenciais, como é característico dos jornais populares: custa a metade do valor de venda nas bancas de *O Globo*. Essa estratégia é acompanhada, desde o lançamento do *Extra*, por outro instrumento de atração comercial considerado uma tendência no mercado de jornais, e que tem colaborado decisivamente para a ampliação da circulação: a oferta de brindes e de produtos com preços mais acessíveis em troca de selos impressos no jornal, ou do simples fato da compra do exemplar. No lançamento, o *Extra* ofertou um conjunto de panelas em troca de 60 selos, a exemplo do sistema adotado inicialmente por *O Dia*, que combinou o sorteio de grandes prêmios, como apartamentos, promoção copiada pelo *Diário Gaúcho*, em Porto Alegre, com entrega de brindes de menor valor. Segundo o diretor de redação, a idéia reproduzida no jornal do Rio Grande do Sul foi revisitada em função do sucesso alcançado pelo *Extra*, com o aval das Organizações Globo, da qual a Rede Brasil Sul (RBS), empresa que edita o *Diário Gaúcho*, é afiliada. A seguir, o *Extra* ofereceu uma coqueteleira e outros itens domésticos, para então aderir ao sistema dos colecionáveis: Atlas, Dicionários, Bíblias, Livros e DVDs.

No início de 2007, o jornal carioca estampava selos que davam direito a uma edição colecionável do Dicionário Aurélio, com CD-ROM. Em 2006, o jornal tornou-se o maior vendedor de DVDs do país, mais do que qualquer loja ou gravadora do ramo, em função das promoções a R\$ 19,90. Este processo é denominado pelos editores e diretores comerciais de “fidelização” do leitor: ao expandir a circulação, agregando uma parcela adicional considerável de compradores de jornal (no caso do *Extra*, há uma projeção de cerca de 100 a 150 mil leitores a mais em função das promoções), conquista-se um grupo residual, em torno de 2% do total, como leitores habituais.

São produtos de qualidade, muito focados na vida do leitor. A gente não poria uma gravata de grife: é um celular pré-pago, é um produto que tem valor para o dia-a-

¹⁷ Chefe de Reportagem do *Extra*, em entrevista à autora, realizada em 22 de janeiro de 2007.

dia. Os colecionáveis são 90% voltados para cultura: Guia do Bebê, Atlas de Informática, Atlas de História do Brasil, História do Mundo. Acabamos de dar a Bíblia, que mandamos fazer na Espanha, uma encadernação luxuosíssima. Isso é marketing: claro que aumentando a circulação, diminuí um pouco o custo do produto. Cada promoção dessas é cara, tem televisão, tem mídia, a gente paga a TV Globo, não tem vantagem. Mas o leitor hoje já enxerga o colecionável como parte do jornal. Tem Caderno de Esportes, tem caderno disso, tem o colecionável. Não diferencia mais. A gente poderia viver sem promoção, mas já faz parte do jornal. (BRUNO THYS, 2007)¹⁸

Com enfoque direcionado à cobertura dos fatos policiais, característicos do cotidiano carioca, à estrutura de serviços públicos, e páginas de serviço constantemente em busca de oportunidades para o leitor, como eventos gratuitos, mapas de localização, tira-dúvidas, lembranças de datas importantes e defesas de direitos, o jornal estruturou um perfil de sintonia com o leitor. Entre as frases constantemente repetidas por Thys, estão “a gente tenta ajudar o leitor o tempo todo”, “O *Extra* faz bom jornalismo, que inclui, entre outras coisas, assumir a bandeira do leitor”, e “se eu pudesse resumir o *Extra* em uma palavra, seria essencial (para a vida do leitor)”.

O resultado da combinação entre a proposta do “popular de qualidade”, com foco voltado a atender às expectativas do leitor, somada à estrutura de marketing da Infoglobo e às promoções de produtos casados, o *Extra* transformou-se em fenômeno de circulação desde o seu lançamento. Um dos resultados que apresentou maior desvio entre as primeiras pesquisas encomendadas foi o que sinalizou o impacto que o jornal teria no mercado carioca.

Havia uma projeção inicial de circulação semanal para o *Extra* de 60 mil exemplares e de 100 mil aos fins de semana. No dia de lançamento, o jornal vendeu 100 mil exemplares, crescendo de 50 em 50 mil ao dia e chegando a mais de 250 mil exemplares/dia durante a semana. O que obrigou a empresa a reestruturar tabela publicitária, salários da redação e a programação do parque gráfico. Com uma média de circulação consolidada em 270 mil exemplares nos dias úteis, o jornal chegou a atingir 428 mil exemplares aos domingos¹⁹, passando, com esta marca, a se configurar como jornal mais vendido do país em alguns finais de semana. A tabela do Instituto Verificador de Circulação (IVC) relativa a novembro de 2006 apontou o *Extra* como o jornal de maior tiragem no Brasil, ultrapassando a *Folha de São*

¹⁸ Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2007.

¹⁹ Dados fornecidos pela Infoglobo ao Instituto de Verificação da Circulação (IVC).

Paulo e O Globo, que passaram, no período, a ocupar o segundo e terceiro lugares, seguidos do *Estado de São Paulo* (ANEXO A).²⁰

A estrutura de rádio e de televisão da Infoglobo é apontada por alguns estudiosos como o sustentáculo para o sucesso de circulação do jornal, que desbancou no Rio de Janeiro o tradicional *O Dia*. Em artigo publicado na Internet, Carvalho (2005b) investiga exatamente as causas para a supremacia do *Extra* nesse mercado. Ao listar as mudanças editoriais ocorridas nos anos 1990, que transformaram as características principais de *O Dia*, antes marcadamente sensacionalista, e coincidiram com o lançamento do *Extra*, a autora relaciona principalmente a estrutura de divulgação e de publicidade da TV Globo como fator preponderante para o sucesso do *Extra*. E avalia ainda a recontração pelo *O Dia*, no início de 2005, do diretor Eucimar de Oliveira, chamado para recuperar o prestígio do jornal. Responsável pelo lançamento do *Extra*, Eucimar foi um dos fundadores de *O Dia*.

Um especialista em mercado midiático carioca avalia: Eucimar sabe fazer jornal popular, mas a tarefa é mais do que árdua. O *Extra*, que ele próprio construiu, está consolidado. E consolidou-se roubando público do *Dia*, que há cinco ou seis anos, quando decidiu partir para cima do *Globo*, vendia entre 250 mil e 300 mil exemplares diários. Segundo este especialista, a grande desvantagem do *Dia* em relação ao *Extra* é realmente a TV Globo. Para se promover na TV, o *Extra* não paga (eles juram que os anúncios do *Globo* e do *Extra* na TV Globo são pagos, mas na prática é uma operação contábil). E o *Dia*, se quiser sair na Globo, terá que pagar muito. (CARVALHO, 2005b, *on-line*)

Apesar de assumirem a disputa pela fatia de mercado na qual predominava a leitura de *O Dia*, os diretores do *Extra* não reforçam a rivalidade, e reafirmam nunca ter sido objetivo da Infoglobo monopolizar esse setor. Tanto o diretor de redação, quanto o de circulação, Sergio Rosas, insistem na idéia de que o *Extra* consolidou-se por méritos próprios, por ser um jornal de qualidade extremamente alinhado com o público a que se dirige, ao contrário de *O Dia*, que tentou realinhar-se, como observa Carvalho (2005b), acabando por entrar em uma crise de identidade.

A gente não tem nenhum complexo em ser popular: nossa essência é o nosso leitor. *O Dia* tentou reposicionar há nove anos, dar vôos mais altos, achando que a verba publicitária e a concorrência, estavam mais acima, tentando pegar uma fatia do *O Globo*. Mais recentemente tentaram baixar, depois tentaram reposicionar de novo. Isso confunde o leitor e vai perdendo gente, então eles tiveram uma crise de identidade que eu não sei se já passou. No início do ano eles tentaram novamente reposicionar o jornal, mais pra cima, longe do *Extra*, mas não basta você querer, ou fazer uma reforma gráfica. O *Jornal da Tarde* fez isso e não aconteceu nada. Vários

²⁰ De acordo com o IVC, desde 2006 os jornais de referência que alternavam as três primeiras posições (*Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*) têm perdido em circulação para o crescimento de jornais populares. Na última amostra (ANEXO C), o *Super Notícia* (MG) lidera o ranking do IVC.

jornais fizeram reformas gráficas: o *Estado de SP* fez reforma gráfica importante, mas não é só reforma cosmética. Tem de fazer uma abordagem maior. (BRUNO THYS, 2007)²¹

Mas as pesquisas sobre o mercado de leitores no Rio de Janeiro não só confirmam a disputa, como ratificam a perda expressiva de leitores de *O Dia*, após o lançamento do *Extra*. Os números comparativos entre a circulação semanal do *Extra* e *O Dia*, apresentados por Carvalho (2005b), foram fornecidos pelo IVC e apontam uma clara superioridade do jornal da Infoglobo em vendas (ANEXO D).

Os dois jornais circulam na mesma faixa sócio-cultural. Segundo a pesquisa encomendada pela Infoglobo ao Instituto Marplan (ANEXOS E e F)²² sobre o mercado de jornais no Rio de Janeiro, ambos têm maior penetração na classe C, com ligeira vantagem para o *Extra* (44% do total), e a mesma incidência na classe D: 14%. A escolaridade do leitor dos dois jornais é semelhante: 49% do total, nos dois casos, tem apenas o Ensino Fundamental, e *O Dia* tem uma fatia um pouco maior de leitores com Ensino Superior (19%, contra 16% do *Extra*). A maioria dos leitores do *Extra* (58%) e *O Dia* (59%) lê o jornal no hábito da “carona”, ou seja, não por compra pessoal, nem por assinatura, que não é feita pelo *Extra*. Na faixa de idade, ambos têm maioria entre 30 e 39 anos, estando o *Extra* com percentuais equilibrados entre todas as faixas e *O Dia* com uma concentração um pouco maior entre os mais jovens, até 29 anos. Pela área de abrangência da leitura no Rio de Janeiro, ambos concorrem com muita proximidade, predominando na Baixada Fluminense e na zona Oeste do Rio de Janeiro.

Há uma pequena diferença, no entanto, com relação ao sexo dos leitores: no *Extra* predominam as mulheres (55%), e no *O Dia*, os homens (53%). Contudo, a pesquisa aponta um dado importante a ser considerado: tanto *Extra* quanto *O Dia* estão perdendo leitores, consecutivamente, para os modelos mais populares de ambas as empresas. Em resposta ao crescimento do *Extra*, a empresa jornalística *O Dia* lançou no Rio de Janeiro o *Meia Hora*, radicalizando ainda mais o vínculo comunitário, através da colocação, por exemplo, entre os repórteres, de estudantes da Universidade Popular de Comunicação, do projeto ONG Observatório de Favelas, para redigir matérias supervisionadas retratando cotidiano das comunidades carentes.

²¹ Em entrevista à autora, realizada em 23 de janeiro de 2007.

²² O relatório detalhado dos resultados da pesquisa, que faz um comparativo entre o terceiro trimestre de 2005 e o terceiro trimestre de 2006, foi repassado à autora da dissertação pela direção do jornal *Extra*.

Projeções recentes indicam que o *Meia Hora* já teria alcançado 11% dos leitores do *Extra*, principalmente na classe D. Já a Infoglobo, buscando também inserção nesse mercado de leitores de classes abaixo das atingidas pelo *Extra*, lançou em 2006 o *Expresso da Informação*, que começa a disputar mercado com o *Meia-Hora*. Notícias de uma guerra que parece estar num dos momentos mais disputados, e onde o novo público consumidor de jornais é o alvo. Somente com o lançamento do *Meia Hora*, da editora de *O Dia*, ambos haviam perdido cerca de 750 mil leitores exclusivos por dia, segundo os dados da pesquisa Marplan. Os números revelam que 52% dos leitores do *Meia Hora* também lêem o *Extra*, e que o popular de *O Dia* angariou 819 mil leitores diários na classe C, significando uma superposição de leitura em que o *Extra* está perdendo.

Segundo a pesquisa do Instituto Marplan, além dos 44% na classe C, o *Extra* tem 33% na classe B, 17% na D/E e 6% na classe A. A pesquisa aponta que o *Extra* ganhou leitores na classe A e na Zona Sul, o que significa que, embora dirigido prioritariamente às classes de menor poder aquisitivo, apresenta-se como um jornal que está ganhando leitores que fazem parte do perfil habitual dos “*quality papers*”. Entretanto, na disputa, declarada ou não, com *O Dia*, o jornal *Extra* despontou com sólida vantagem, estando atualmente na faixa dos 3,1 milhões de leitores diários, enquanto *O Dia* totaliza cerca de 1,8 milhão, mas em um movimento decrescente não só desde o lançamento do *Extra*, mas também com a chegada do *Expresso da Informação*, da Infoglobo, e do *Meia Hora*, da empresa Folha da Manhã (*O Dia*).

Com base nos resultados de pesquisas periódicas como a do Instituto Marplan e a partir de pesquisas diárias sobre a preferência dos leitores entre as notícias oferecidas pelo jornal, o *Extra* construiu um estilo que se identifica com os supostos interesses dos seus leitores. Toda a informação é produzida considerando-se as “limitações” do universo de compreensão desse leitor, mas numa relação permanente com aquilo que o jornal nomeia como poder de intermediação entre as instituições públicas. Por seu papel de denunciar a precariedade dos serviços públicos de saúde, educação e transporte e pela perseguição a resultados e a esclarecimentos de processos judiciais em que o leitor está envolvido, o jornal afirma assumir um lugar de reivindicação e de vigilância permanentes, ao mesmo tempo em que diz exercer pressão sobre as instâncias de decisão. Uma definição interessante e esclarecedora é usada pelo chefe de reportagem, que considera o *Extra* o “amigo influente daqueles que não têm amigos influentes”.

Tem uma cultura no Brasil do apadrinhamento, de ter alguém pra falar por você, pra olhar por você, algum amigo influente que vai te resolver o problema: o seu processo só vai andar se você conhecer alguém é aquela história do “*sabe com quem está falando?*”, do carteiraço. Você, agente público, seja de saúde, de segurança ou de educação, olha, eu sou amigo de fulano, e me trate bem, se não vai dar problema pra você. A pessoa que não tem nada, que não tem ninguém que olhe por ela, não tem um padrinho, se socorre na gente. (GIAMPAOLO BRAGA, 2007)²³

É nessa relação truncada de prestação de serviços que se articula à dependência do leitor em relação ao jornal, que podemos iniciar a discussão sobre a representação da cidadania no *Extra*. Há um consenso entre os profissionais da redação de que o jornalista é um profissional que trabalha como agente da cidadania, ao transformar, construir, publicar e repercutir diariamente fatos que incidirão sobre a formação da cidadania do seu público-leitor.

Os jornalistas do *Extra* reconhecem que o seu leitor-padrão, por pertencer a classes com menor poder aquisitivo e menor escolaridade, ainda está trilhando o caminho para se tornar cidadão na maioria dos aspectos relativos ao acesso à saúde, à educação e à segurança, por exemplo, porque, no caso específico desses leitores, essas são estruturas que dependem fundamentalmente de um poder público ineficiente. Mas, ao mesmo tempo, são pessoas que estão cotidianamente ampliando seu conhecimento sobre os próprios direitos e sobre os meios que podem usar para conquistá-los, encontrando para isso, no jornal, um importante aliado.

Como se qualificar profissionalmente, como conseguir emprego, as dez melhores escolas públicas do Rio: estamos mostrando um caminho, dentro da exigüidade de recursos, que ele pode escolher pra melhorar a vida dele. Da cidadania plena, ele está longe, como o Brasil de maneira geral, nosso leitor não é exceção. Mas é uma batalha diuturna. A pessoa humilde sabe direitinho seus direitos. Eventualmente não sabe como chegar e fazer valer: a justiça gratuita é uma dificuldade, a gente mostra como funciona, o atendimento médico no hospital. O *Extra* é parceiro, uma das nossas frases era “*Café, pão e Extra*”, para que o leitor usasse como instrumento pra melhoria da qualidade de vida dele. Estamos inaugurando uma seção que chama “*Lição de Mestre*”, mostrando boas iniciativas fora do poder público. Então a gente não transfere tudo para o poder público, fazemos um esforço grande para que ele possa se sentir cidadão e exercer de fato sua cidadania. (BRUNO THYS, 2007)²⁴

Sem abandonar a perspectiva crítica, especialmente no que diz respeito à função do jornalista em defender o interesse público, evitando que o interesse do público se sobreponha,

²³ Em entrevista à autora, realizada em 22 de janeiro de 2007.

²⁴ Em entrevista à autora, realizada em 23 de janeiro de 2007.

transformando o noticiário em um festival de apelos às sensações, torna-se impossível negar que o *Extra* alcançou um lugar de destaque no jornalismo brasileiro, consolidando-se como uma das principais referências do setor popular de qualidade. Em 2005, com a reportagem sobre a Dona Vitória²⁵, a senhora que filmou os traficantes, o jornal arrematou os principais prêmios do jornalismo brasileiro: Esso de Reportagem, Embratel, Direitos Humanos, Associação de Magistrados, Tim Lopes e Vladimir Herzog. No Esso, o *Extra* foi campeão novamente em 2006, acumulando os Prêmios de Reportagem, por uma matéria sobre os motivos do alto índice de evasão escolar no Rio de Janeiro, e de Primeira Página, pela capa da cobertura da invasão do Movimento pela Libertação dos Sem-terra (MLST) no Congresso Nacional (“*Eles são sem-terra, sem respeito, sem educação e sem vergonha*”²⁶).

Entretanto, investigar a representação da cidadania no discurso do *Extra* requer mais do que um conhecimento apurado sobre a estrutura de funcionamento do jornal, sua origem, sua história ou suas opções editoriais. O estudo do discurso necessita de uma compreensão prévia dos sentidos historicamente relacionados à temática pesquisada. Para tanto, buscamos um entendimento mais amplo da evolução histórica do conceito de cidadania e das relações dessa concepção com o discurso jornalístico. São esses os objetivos principais do próximo capítulo, junto ao desenvolvimento de um conceito operacional de cidadania que será balizador das conclusões às quais chegamos.

²⁵ Dona Vitória foi assim identificada ficcionalmente pelo jornal (por ser testemunha protegida pelo Estado) pelo jornal nas reportagens que descreveram as filmagens feitas por ela: uma senhora de 80 anos, que a partir da sacada de seu prédio, revelou detalhes da ação dos traficantes de drogas na Ladeira dos Tabajaras, Rio de Janeiro. A reportagem foi feita originalmente pelo *Extra* e ganhou repercussão nacional.

²⁶ De acordo com o diretor de redação do *Extra*, Bruno Thys, as expressões usadas na capa desta edição traduziam o que todos os brasileiros pensaram e sentiram, mas não tinham como expressar. Segundo Thys (2007), “o jornal tem de funcionar como porta-voz da opinião pública”.

CAPÍTULO 2

DISCURSO JORNALÍSTICO E CIDADANIA

Compreender a centralidade da mídia no mundo contemporâneo é admitir que a circulação dos sentidos é atravessada e influenciada pelos dispositivos midiáticos. O discurso jornalístico, situado em um espaço de reconhecimento público, por sua autoridade para falar e produzir conhecimento, está em um lugar decisivo para o processo de produção de sentidos. Mas quando optamos por falar em discurso, após contextualizar o objeto empírico da pesquisa, estamos iniciando uma jornada pelo feixe de fatores históricos. Relacionar cidadania – como conceito evolutiva e historicamente construído – com o discurso jornalístico requer, adicionalmente, o resgate da forma como essas instâncias arquitetaram uma inter-relação, e dos resultados que podem ser atribuídos à apropriação desse tema pelo Jornalismo.

2.1 Origens, concepções clássicas e modernas da cidadania

Ao entender-se o conceito de cidadania como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, capazes de garantir ao indivíduo o exercício da liberdade, desde que com responsabilidades, deveres e respeito aos direitos alheios, podemos considerar como eixo central desse conceito a idéia de emancipação e de plena convivência entre as diversas individualidades (DALLARI, 1994). A origem mais remota da concepção de cidadão numa sociedade democrática foi reconhecida na Grécia Antiga. A origem da palavra cidadão origina-se do latim *civitas*, que possui o sentido de cidade, com o respectivo referencial grego para a palavra *politikos*, que significa aquele que habita na cidade.²⁷ Na capital da Grécia, Atenas, os cidadãos reuniam-se na *Ekklesia* (assim denominada a assembléia popular), tendo o dever de participar da elaboração das leis que regiam a vida e os destinos da cidade.

Trata-se de uma das origens formalmente constituídas para a noção de que a participação nas decisões políticas é um dos pilares básicos da cidadania. No entanto, a

²⁷ Alguns autores, como Pinsky (2003) apontam hipóteses históricas mais remotas, que relacionam o sentido da concepção de cidadania à origem das religiões ocidentais, por volta do Século X a.C.

mesma democracia grega que instituía um regramento que privilegiava a discussão e a participação legislativa, recusava o reconhecimento de cidadania às mulheres, aos escravos e aos estrangeiros, que constituíam a maioria da população de Atenas na época. Havia, portanto, naquele momento, uma divisão cultural, reproduzida no período histórico seguinte – o da Roma antiga -, que reduzia o conceito de cidadania a um grupo econômica ou socialmente privilegiado e, por isso, autorizado a exercer o poder.

A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. A sociedade romana fazia discriminações e separava as pessoas por classes sociais. Havia, em primeiro lugar, os romanos e os estrangeiros, mas os romanos não eram considerados todos iguais, existindo várias categorias. (DALLARI, 2004, *on-line*)

O período entre a decadência do Império Romano (séculos III e IV) e o início do Renascimento, que estabeleceria o fim da Idade Média (Século XV), é marcado por uma ausência não somente da discussão filosófica sobre o conceito de cidadania, mas principalmente das bases sociais e culturais para que se considerassem os princípios da cidadania. Havia uma negação da condição de cidadão, qualquer que fosse a situação social, ainda que o poder estivesse atribuído aos economicamente favorecidos, aos monarcas e ao clero. O desenvolvimento do comércio nas cidades italianas reforça o ambiente cultural favorável a uma guinada entre a noção medieval e a construção do que será a noção moderna do homem e, portanto, da cidadania. Considerada como o momento que inaugura uma nova era histórica (BOBBIO, 2002) na concepção dos direitos do homem, a Revolução Francesa é apontada por vários estudiosos (BOBBIO, 2002; COVRE, 1991; DALLARI, 2004; MARSHALL, 1967) como de importância fundamental à caracterização de cidadania que a civilização ocidental contemporânea conhece.

O contexto representativo da formação dos direitos exposto detalhadamente com base na teoria de Marshall (1967), inicia-se ainda no século XVII com a superação de leis absolutistas da monarquia inglesa. Após movimentos ocorridos na França e nos Estados Unidos, considerados decisivos para a formação do conceito de cidadania, será a Revolução Industrial que dará passos importantes na luta pelos direitos civis das classes baixas. As chamadas Revoluções Inglesa e Americana serão apontadas como a base para a eclosão da Revolução Francesa, que dará como fruto principal a elaboração de uma Declaração a ser inspiradora para a fixação de direitos civis em toda a sociedade ocidental. A primeira Declaração dos Direitos do Cidadão, reconhecida na *Bill of Rights*, da Revolução Inglesa de

1689, apresentava a liberdade como valor central e a desconstituição do poder real sobre a população, conferindo direitos civis e poder político à burguesia ascendente com o crescimento do comércio.

As motivações para o levante da classe marginalizada, mesmo com acesso ao poder, junto às classes mais humildes, que sofriam com a miséria na capital da França, em 1789, não diferem dos anseios que moveram as classes populares ao longo de séculos de opressão. Em 26 de agosto é proclamada a Declaração dos Direitos do Homem²⁸, tendo como característica principal a pretensão da universalidade, a garantia de direitos civis, políticos (especialmente no que diz respeito ao controle das finanças públicas e ao acesso a cargos públicos) e início da incursão pela formação dos direitos sociais, especialmente no que tange ao direito à propriedade.

O ponto de vista no qual se situa a Declaração para dar uma solução ao eterno problema das relações entre governantes e governados é o do indivíduo singular, considerado como o titular do poder soberano, na medida em que, no hipotético estado de natureza pré-social, ainda não existe nenhum poder acima dele. O poder político, ou o poder dos indivíduos associados, vem depois. (...) esse ponto de vista representa a inversão radical do ponto de vista tradicional do pensamento político, seja do pensamento clássico, no qual as duas metáforas predominantes para representar o poder são a do pastor (e o povo é o rebanho) e a do timoneiro (e o povo é a chusma), seja do pensamento medieval. (BOBBIO, 1998, p.101)

Ao explicar o desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais na Europa, Marshall (1967) aponta uma linha de evolução histórica para o surgimento e para a afirmação dos direitos que resultaram na concepção de cidadania ocidental. Salientando para a conjunção e para a evolução encadeada dos direitos civis, políticos e sociais como o cerne do conceito de cidadania, Marshall (idem) delimita a compreensão de cada uma dessas esferas:

- Civis - direitos necessários à liberdade individual (liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à Justiça). Instituições associadas: Tribunais de Justiça.
- Políticos - direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. Instituições correspondentes: Parlamento e Conselhos do governo local.

²⁸ O artigo primeiro, declarando que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos” (ANISTIA INTERNACIONAL, 1997, p.25), é a síntese do espírito de igualdade, complementado pelo de liberdade, e posteriormente, pelo de fraternidade (quando a Declaração determina, no Artigo 4º, que “a liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique a outrem”) simbolizados no ideal da Revolução Francesa.

-Sociais – referem-se a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Instituições: sistema educacional e os serviços sociais.

De acordo com o raciocínio desenvolvido por Marshall (1967), Carvalho (1997) traça um quadro de evolução histórica e interdependente entre a formação dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Para o autor brasileiro, a tese de Marshall “parece convincente do ponto de vista histórico, e é lógica” (CARVALHO, 1997, p.95). A Constituição Imperial de 1824, no Brasil, já incluía direitos civis e políticos como apareciam nas constituições liberais européias da época, pois possuía direta inspiração na Constituição Francesa de 1792 (originada da Revolução Francesa) e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Contudo, uma das diferenças apontadas como fundamentais por Carvalho (1997) é o fato da transição política do regime colonial para a Independência no Brasil ter sido pacífica, diferentemente da luta dos ingleses e dos franceses, que o fizeram através de movimentos populares. Portanto, no Brasil, os direitos civis e políticos foram diretamente incorporados à legislação nacional, sem que tivessem sido gestados ou mesmo assimilados a uma conquista pela população. No século XIX, ainda havia escravidão no Brasil e quase toda a população chamada de livre vivia sob o estrito controle dos senhores de terra.

A existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento de direitos civis, da convicção cívica da liberdade individual e dos limites do poder do Estado, redundam num exercício falho da cidadania política. O voto, como ainda acontece hoje em largas parcelas da população, passa a ser tudo, menos a afirmação da vontade cívica de participação no governo do país, através da representação. (CARVALHO, 1997, p.99)

Outro aspecto bastante peculiar do processo de desenvolvimento dos direitos no Brasil diz respeito às demandas sociais, as últimas na seqüência clássica, mas que se expandiram antes dos direitos políticos. Ao invés de luta social ou política, os direitos sociais foram introduzidos durante um período de ditadura.

Apesar do movimento operário e das reivindicações por regulamentação do trabalho e da política de assistência social anteriores à Revolução de 30, foi somente após esse momento político que a legislação social foi introduzida maciçamente: num momento em que não estavam em operação os mecanismos representativos, favorecendo o controle estatal sobre as

organizações operárias. Carvalho (idem) considera que esses acontecimentos determinaram a formação do mito do Presidente Getúlio Vargas como “pai dos pobres”.

Sem a possibilidade de exercício dos direitos políticos e a desvinculação da estrutura democrática de governo com os interesses mais prementes da população, de possibilitarem a solução dos problemas mais dramáticos do povo, gera-se o desencanto com as próprias instituições democráticas, ascendendo ao que as pesquisas de opinião pública revelam: a baixa estima popular pelas instituições representativas dos poderes, pelos partidos políticos, e pelos responsáveis por sua operação, os políticos.

Moisés (2006) aponta uma das principais dificuldades observada no debate atual sobre o conceito de cidadania. Com a predominância de uma visão liberal, que defende a proteção aos direitos individuais e à concepção particular de bem, surge uma vertente comunitarista, que advoga a recuperação da luta coletiva pelo interesse público como âmbito da cidadania: o bem comum e a ação política para alcançar esse fim estariam acima da necessidade de assegurar direitos individuais. Apesar de louvar a tese como provocadora do modelo liberal e fundada no intuito necessário de forçar uma participação política mais ativa, Moisés (idem) alerta para a limitação desse entendimento, devido à incompatibilidade com a natureza da sociedade moderna. O autor lembra que o regime democrático, caracterizado pela conquista de liberdades individuais, pelo reconhecimento do pluralismo e pela noção de sociedade civil como expressão da diversidade de interesses, obrigatoriamente origina objetivos políticos divergentes que não comungam da mesma idéia de bem comum.

É necessária, dessa forma, segundo o autor, a formulação de um novo conceito de cidadania, que incorpore as conquistas da revolução democrática dos três últimos séculos, que pressupõem a idéia de conflito no debate político, com aspectos da tradição cívico-republicana, interessada na busca do bem comum e alicerçada na força da participação política.

Essa nova concepção tem de incorporar simultaneamente, em um mesmo movimento constitutivo, a prioridade dos direitos individuais sobre a noção de um bem comum substantivo e a importância da idéia de inserção dos indivíduos na comunidade política em decorrência de seu interesse de associar-se para agir e participar do processo de tomada de decisões públicas. (MOISÉS, 2006, p.80)

É uma discussão que aponta para a relativização de alguns pilares clássicos da construção do conceito de cidadania, problematizando e reforçando a necessidade de revisão

da concepção de cidadania na sociedade atual. Parece-nos, entretanto, que na tentativa de preservar o interesse pelo bem comum e pela defesa das causas coletivas, a função de participação política, não necessariamente partidária, conforme apontam as tendências atuais, deverá permanecer central no debate pela busca do novo cidadão.

2.2 A construção da cidadania pelo discurso jornalístico

A relação com a cidadania é uma marca inerente à discussão do exercício do Jornalismo no Brasil, a exemplo da histórica relação construída entre o surgimento dos jornais e o debate político. Apesar das controvérsias sobre a origem dos primeiros jornais, os mais distantes registros estão na Europa, no início do século XVII, direcionados aos fatos internacionais e aos intercâmbios comerciais. Contudo, como explica Seabra (2001), o Jornalismo, na forma como o conhecemos atualmente, consolidou-se no século XIX, especialmente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, para em seguida estabelecer-se nos mais diversos países como prática profissional que se confunde cada vez mais com a prática social da comunicação.

No Brasil, os primeiros jornais impressos vêm com a família real portuguesa, para rapidamente disseminarem-se em iniciativas que unem desde a literatura até o uso como instrumento de luta política. A publicação do *Correio Braziliense*, editado em Londres em 1808, é sucedida pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial do governo. Nesse mesmo período, começam a surgir pequenos veículos, dedicados às discussões ideológicas acerca do contexto político, marca dos jornais que se sucederam, na sua maioria sob propriedade de deputados, senadores, ministros ou líderes de movimentos políticos (monarquistas ou republicanos).

A característica opinativa, resultante da inter-relação entre o registro do fato político e do caráter literário dos textos, irá influenciar decisivamente o Jornalismo brasileiro, desde o seu surgimento (SEABRA, 2001). As influências seguintes continuariam vindo da Europa, adicionando maior rigor na narração dos textos e na sofisticação à apresentação das publicações. O desenvolvimento, desde o século XIX, da lógica do entretenimento na mídia norte-americana e europeia, acabou por exercer influência ao surgimento dos jornais

sensacionalistas no Brasil. O fenômeno do *penny press*, jornais vendidos a preços bem mais baixos, com notícias sintetizadas e com temas que relatavam recorrentemente os dramas humanos, as tragédias e os casos policiais, apresentou-se como um marco na história do Jornalismo. A circulação diária de jornais nos Estados Unidos cresceu vertiginosamente, adaptada a uma revolução gráfica e visual, representada pela chegada da fotografia.

Esse foi um fenômeno iniciado ainda em torno de 1835 nos Estados Unidos, mas que exerceria influência a seguir em todo o mundo. Apesar do auge representado pelos modelos de James Bennet e Joseph Pulitzer, que retratavam as emoções, os relatos literários e as descrições romanceadas para despertar os sentimentos de paixões humanas, simbolizando a supremacia do entretenimento sobre a informação, no início do século XX esse estilo começaria a enfrentar reações negativas da sociedade norte-americana, sendo substituído a seguir pela proposta sensacionalista dos tablóides. Junto ao advento da televisão, a opção pela ótica do entretenimento passa a caracterizar um grupo de tablóides (*Daily News, Mirror, USA Today*) que iria definir mudanças profundas na prática jornalística.

Cinquenta anos depois da chegada dos tablóides, as barreiras que porventura ainda separavam a imprensa tradicional da sensacionalista pareciam ter vindo abaixo, tornando-se ponto pacífico, embora nem sempre abertamente ventilado, que os veículos noticiosos tinham virado um ramo do entretenimento e os leitores uma platéia a ser entretida a qualquer custo. (GABLER, 2000, p.79-80)

É a aproximação com o modelo de jornalismo norte-americano, a partir do século XX, que agrega aos jornais brasileiros a busca pela clareza, pela concisão e pela objetividade, através da técnica do *lead*. Todavia, é importante lembrar que, a prática jornalística, tanto na Europa quanto na América, são caracterizadas a partir de um conceito de jornalismo ocidental, resultado de uma multiplicidade de valores e hábitos herdados do Iluminismo, enquanto pensamento defensor da supremacia da razão e do Positivismo²⁹; da concepção de Liberdade de Imprensa, originada na doutrina liberal como oposição à censura; e da tese de Responsabilidade Social, conceito da sociedade contemporânea, que defende a finalidade da imprensa como serviço público. Conjugados, esses fatores agregam ao reconhecimento histórico do jornalismo ocidental como uma prática relacionada à liberdade de expressão, à consolidação da democracia e da emancipação social, ao poder de vigilância sobre as

²⁹ O Iluminismo surge na Europa do século XVIII como reação aos regimes políticos monarquistas e centralizadores e ao domínio exercido pelo poder religioso. É também conhecido como Movimento do “Esclarecimento”, e atribuiu à época a denominação de “século das luzes”, por defender a razão e a ciência como formas de explicar o universo, em oposição à crença religiosa. Influenciou movimentos como a Revolução Francesa e a Independência Americana.

instituições e à criação de uma agenda para o exercício da cidadania.

Nos anos 1920, uma série de acontecimentos políticos e mobilizações sociais no Brasil (Semana de Arte Moderna, Coluna Prestes, fundação do Partido Comunista) coincide com o surgimento do rádio (1923) e da primeira revista (O Cruzeiro - 1928). A chegada da televisão, em 1950, simboliza uma época de concorrência com novas mídias, que causaram uma adaptação do jornalismo impresso brasileiro.

Mas a alternância de estilos no fazer jornalístico brasileiro, embora significativamente influenciada pelo modelo norte-americano desde os tablóides do século XIX até os sensacionalistas do século XX, enfrentou um revés durante o período de ditadura militar: os jornais obrigaram-se a usar de artifícios da linguagem, quando não necessitavam sumariamente abster-se de registrar aquilo que a censura do regime político não permitia à imprensa. O contexto político do país significou, portanto, um ciclo de afirmação, superação e consolidação do jornalismo, que emergiu com maior força e autoridade após as limitações impostas pelo sistema de exceção. A reabertura à democracia, com o fim da série de governos militares, foi acompanhada de uma progressiva participação da imprensa no registro dos movimentos sociais e políticos que ocasionaram a retomada das eleições diretas no país.

Um estudo realizado por Perez (1988) sobre a cobertura da Revista Veja nos anos 1980 concluiu que o veículo manifestou-se claramente a favor da redemocratização do país e pela eleição de Tancredo Neves, que concorreu pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que no Congresso Nacional era opositor à Arena, sigla que reunia os apoiadores do regime militar.

Para Abreu (2003), a liberdade de imprensa deve ser considerada um dos componentes fundamentais da ampliação do processo democrático que, por sua vez, é responsável pela redefinição do conceito de cidadania. Sinalizadora desse fenômeno, no Brasil, é a realização, posterior à eleição de Tancredo Neves (substituído por José Sarney), de uma nova Assembléia Constituinte, em 1988, responsável pela reelaboração da Constituição Federal. A conquista, portanto, da democracia, ocasionou diretamente a reorganização política do Congresso Nacional para a revisão da declaração de direitos da nação.

Uma das mais importantes peculiaridades do processo de democratização do Brasil, após o fim do regime militar, foi a ampliação do papel da

mídia, que se tornou uma das mais importantes instituições co-participantes na construção da nossa cidadania. (ABREU, 2003, p.25)

Com a regulamentação de uma série de novos direitos, a Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que representou um avanço no entendimento e na afirmação da cidadania para os brasileiros, instituiu um dilema para as instituições, desde o Judiciário até o Executivo, que não estavam suficientemente estruturadas para atender a esse novo contexto. Trata-se, segundo o que aponta Carvalho (1996), da cidadania “de cima para baixo”, processo no qual os direitos precisam ser positivados (registrados, reconhecidos oficialmente através das leis) para passarem a existir. O que não significa, contudo, que a realidade social e cultural permita que os indivíduos sejam portadores desses direitos, ou seja, que sejam cidadãos de fato. Não havendo afirmação desses direitos, encontra-se ainda em gestação a condição de cidadania de uma sociedade. Carvalho (idem), em oposição ao conceito apresentado, acrescenta a noção de cidadania “de baixo para cima”, que é justamente quando os direitos são reivindicados, exigidos pelo povo, gerando por consequência a necessidade de adaptação do Estado a essas demandas. Exemplos dessa situação são os movimentos que eclodiram nas Revoluções Francesa e Americana.

A falta de um resultado para a equação que apresenta os novos direitos civis, políticos e sociais, reconhecidos pela Constituição de 1988, mas não garantidos pelo Estado e pela sociedade, é o terreno fértil para a estruturação da imprensa brasileira como um referencial para o excesso de demandas. Carentes de respostas por parte dos poderes constituídos e reféns da lentidão burocrática do Judiciário, as pessoas passam a enxergar nos meios de comunicação a possibilidade de pressão sobre as instituições e as soluções para os casos não resolvidos pelas vias oficiais, referentes aos mais diversos tipos de preocupação, desde o direito à saúde, à educação, à segurança, ao emprego, à habitação ou ao direito do consumidor.

Unindo a característica de vigilância à identificação de um mercado promissor, no qual dar voz ao leitor e criar um elo com a comunidade passa a ser uma estratégia para buscar a fidelidade e a identificação do público, é atribuída à mídia a denominação de Quarto Poder. Em função da participação ativa nas mudanças do contexto político, da conquista de autoridade em informar ou dar conhecimento, conferida publicamente, e por seu lugar social privilegiado, o Jornalismo credencia-se como porta-voz da sociedade.

Por Quarto Poder entende-se o compromisso da imprensa com a objetividade no tratamento das notícias; com a representação do cidadão comum frente ao Estado; e com o funcionamento eficiente do sistema de divisão de poderes. (FERNANDES, 2004, p.103)

Amparada pelo novo momento político, em que a Constituição afirmava o Estado democrático e viabilizava, depois de 20 anos de censura, a liberdade de opinião e expressão, a imprensa pôde enfim dar vazão a um jornalismo investigativo, interpretativo e denunciante, que se manteve cerceado durante a ditadura militar.

Nos Estados Unidos, a década de 1990 foi marcada pelo surgimento de um movimento conceituado como *civic journalism* (jornalismo cívico), que trouxe influências importantes para remodelações editoriais nos jornais em diversos países, resultando na ampliação das seções de serviços e de participação do leitor. Editor-chefe do *Wichita Eagle*, do Kansas, David Merrit liderou a proposta, que buscava uma maior aproximação com os interesses dos leitores, com os conflitos comunitários e com as aspirações do público, na tentativa de superar a queda dos índices de tiragem dos jornais impressos. O *civic journalism* cresceu quando a fundação Pew Charitable Trust, da Filadélfia, encampou o novo modelo, investindo financeiramente na disseminação de jornais que seguissem os princípios reforçados por valores como a democracia e o comunitarismo, caros ao proprietário da fundação. “O ideal, em termos do modelo norte-americano, é que houvesse uma parceria entre Estado (ou iniciativa privada) e imprensa, a despeito das discordâncias sobre a condução das políticas públicas” (SILVA, 2006b, p.11). É a esse movimento, identificado também como *public journalism* (jornalismo público), que este e outros autores (ABREU, 2003; FERNANDES, 2002; TRAQUINA, 2001) atribuem o desenvolvimento recente de um estilo voltado ao interesse público e comunitário, que encontra algumas iniciativas ainda não amadurecidas no Brasil.

O jornalismo público ainda não encontrou no Brasil nem uma tradução definitiva nem uma compreensão do que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional. Há indicadores, no entanto, de que algumas práticas jornalísticas da chamada grande imprensa brasileira começam a assentar as bases para o que, entre nós, poderia vir a se chamar de jornalismo público. (SILVA, 2006b, p.06).

Essas práticas a que se refere autor estão relacionadas a quatro frentes específicas e verificáveis objetivamente. A criação de agências de notícias especializadas em causas sociais (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, por exemplo), os suplementos de

prestações de contas acerca da responsabilidade social de grandes veículos da imprensa, as iniciativas de empresas privadas em estimular através de prêmios as pautas vinculadas a direitos sociais e civis, e o contra-agendamento possibilitado pelos factóides produzidos por instituições ligadas ao Terceiro Setor. São instrumentos que têm obtido resultados concretos, colaborando para a maior visibilidade de temas ligados ao interesse público e à ampliação do direito à informação como ferramenta para construção da cidadania.

Como uma das principais referências da colocação dos jornais a serviço do leitor está a proliferação de seções direcionadas aos direitos do consumidor. Seja na forma de perguntas e respostas ou de conferir visibilidade a casos de prevalência da versão do consumidor, esses espaços são usados como lugar de afirmação de um grupo social, que estaria exercendo, através da imprensa, seu direito de cidadão de ser respeitado segundo seus interesses na ocasião da compra de algum bem. Nesse caso específico, a atribuição de um sentido cidadão na cobrança dos direitos do consumidor pode ser questionada, se entendermos que esta é apenas uma faceta da cidadania, e considerá-la prioritariamente relevante, como freqüentemente acontece nos jornais populares, pode significar uma compreensão limitada da condição de cidadão.

O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz um indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo, aquela individualidade verdadeira, dotada de uma nova sensibilidade, rompida com a sensibilidade mutilada - o consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos - a casa própria, o automóvel os objetos, as coisas que dão status. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, que não conduz ao entendimento do mundo. (SANTOS, 1987, p.41-42)

O questionamento da noção de cidadania atribuído às pautas registradas sob as seções de direito do consumidor pode ser estendido ao tratamento em geral dispensado pelo jornal aos seus leitores. A exposição do leitor, a promoção de suas manifestações ou a veiculação de matérias baseadas no cotidiano do público não significam necessariamente que o leitor é considerado cidadão de fato, de acordo com os preceitos estabelecidos pela concepção clássica de cidadania e pelo que está demarcado na Constituição Brasileira. Essa pode ser uma estratégia de captação do leitor, sem que o jornal lhe atribua essa condição de fato.

Ao final desse debate, dadas, portanto, suas características históricas e sua afirmação como instituição pública da mediação na contemporaneidade, defendemos que cabe ao

Jornalismo, como finalidades intrínsecas, a defesa do interesse público e a preservação do direito à informação.

Nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas, todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto. (GENTILLI, 2005, p.129)

Ainda que a discussão sobre o monopólio na mídia seja corrente, especialmente no Brasil, isso não subverte a idéia de que o processo de circulação permanente das informações entre as esferas pública e privada determine as bases para o desenvolvimento e para a afirmação do sistema democrático. Por conseqüência, há um circuito formado em torno do espaço da mídia como campo referencial para o reconhecimento da cidadania enquanto condição inerente aos indivíduos autônomos, e como elemento a ser forjado sistematicamente através dos meios de comunicação.

2.3. Um conceito operacional de cidadania

O reconhecimento da pertinência do debate e, por conseqüência, das limitações do conceito vigente de cidadania, não impede que estabeleçamos, para fins de estudo, seus pilares básicos, de acordo com os conceitos tradicionais e modernos definidores do indivíduo como cidadão, considerando como documento principal a Constituição Brasileira de 1998. No inciso II do Artigo 1º, a cidadania é declarada como fundamento do Estado Democrático de Direito do Brasil (1988, p.03). Em seu Título II, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e Capítulo II – Dos Direitos Sociais, do Artigo 5º ao 11º, a Constituição lista uma série de princípios e garantias que normatizam a concepção de cidadania.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, p.05)

São premissas básicas para o conceito de cidadania, segundo a Constituição Brasileira:

- Direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados;

- ausência de discriminação entre brasileiros e estrangeiros residentes no país;
- direito à liberdade;
- direito à propriedade, desde que atendida a função social;
- igualdade entre homens e mulheres para direitos e obrigações;
- ausência de discriminação por opção religiosa;
- inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem;
- ilegalidade do tratamento desumano ou degradante;
- liberdade de manifestação do pensamento;
- garantia de direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- liberdade de associação ou reunião em locais públicos para fins lícitos;
- direito à defesa do consumidor;
- direito dos apenados à integridade física e moral;
- direito à assistência jurídica gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- proibição de qualquer discriminação ao que diz respeito a salário e a critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
- prática de racismo é considerada crime;
- direito à saúde como dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O desdobramento positivado construído pela Constituição Brasileira tem como herança principal o legado da Revolução Francesa, calcado nos direitos civis, sociais e políticos. No entanto, essa realidade legislativa não se confunde com a teorização a respeito do conceito de cidadania, acerca do que apresentamos as contribuições de Marshall (1967), Carvalho (1996), Pinsky (2003), Dallari (2004) e Gentili (2005), entre outros. Para além de um conjunto de direitos e a contrapartida de deveres, a compreensão particular deste trabalho acerca da cidadania é sua representação consoante ao exercício consciente da liberdade individual necessária à emancipação, condicionada ao conhecimento dos próprios direitos e deveres, mas inter-relacionada ao reconhecimento da necessidade de abrangência desse estado aos demais indivíduos.

Se a participação política como sinônimo de mobilização está esvaziada, no curso de um desencanto da noção de interesse público, ao menos o esclarecimento com o objetivo de

promover o bem comum, ainda que em esferas públicas segmentadas, faz parte da cidadania. A mobilização social, mesmo que direcionada à conquista de um grupo mínimo de direitos que garantam dignidade de sobrevivência, e a estrutura de defesa contra abusos de qualquer ordem, complementam essa reflexão.

Com o desenrolar da era moderna, o ser humano é cada vez mais reconhecido como um potencial cidadão, como um ser com possibilidades de emancipar-se plenamente, de viver com liberdade, com dignidade, sem opressão, sem tutela, sem alienação, sem exploração. De fruir os seus direitos sem qualquer tipo de constrangimento externo. Esta visão de cidadania, tomada de uma maneira isolada, é característica da perspectiva liberal: insuficiente porque individualista. (...) Limitada ao registro das possibilidades, a cidadania, para ser assegurada, precisa contingentemente assumir uma dimensão de inclusão e conferir a todo membro da sociedade o igual direito de ser plenamente representado, de ter acesso aos mercados e participar da vida em comum e das decisões coletivas de forma plena. (GENTILLI, 2005, p.93)

Já o conceito de cidadão propriamente dito, como sujeito da cidadania, é definido por Santos (1987) como multidimensional: “cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida” (1987, p.41-42), conforme referimos anteriormente. O autor tem uma visão bastante crítica da condição dos cidadãos, especialmente no Brasil.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. É certo que no Brasil tal oposição é menos sentida, porque em nosso país jamais houve a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. (SANTOS, 2002, p.48)

Gentili (2005), ao considerar que o cidadão está condicionado à busca dos direitos da cidadania, identifica o jornalismo como um instrumento capaz de ampliar o acesso à democracia e à abrangência dos direitos, uma vez que entende o direito à informação como condição para a efetivação da cidadania. É, todavia, uma compreensão idealizada da cidadania. Bauman (2005) relaciona o esvaziamento do conceito tradicional de cidadania à predominância atual dos valores individuais em detrimento dos valores coletivos. Na medida em que a tríade de direitos econômicos, políticos e sociais (MARSHALL, 1967), foi substituída por uma economia fora do controle do Estado, pela política alinhada e limitada à predominância do neoliberalismo e pelo dever individual como sobreposto ao direito social, a compreensão e o exercício da cidadania tornaram-se marginalizados. O Estado, que poderia garantir os direitos fundamentais, não possui mais essa capacidade, e os próprios indivíduos não os reivindicam, porque não há mais a preocupação com o interesse coletivo. Há outras

causas mais urgentes, sugere Bauman (2005), como a busca pela satisfação instantânea e a proteção (não a preocupação com) do outro como ameaça.

O significado de cidadania tem sido esvaziado de grande parte de seus antigos conteúdos, fossem genuínos ou postulados, enquanto as instituições dirigidas ou endossadas pelo Estado que sustentavam a credibilidade desse significado têm sido progressivamente desmanteladas. O Estado-nação (..) não é mais o depositário natural da confiança pública. A confiança (...) está flutuando à deriva em busca de abrigos alternativos – mas nenhuma das alternativas oferecidas conseguiu até agora equiparar-se, como porto de escala, à solidez e aparente naturalidade do Estado-nação. (BAUMAN, 2005, p.51)

Sob esse panorama e para fins metodológicos, serão priorizadas na pesquisa matérias que façam referência aos princípios considerados essenciais para a concepção clássica de cidadania:

- Política, como participação através de protestos e atuação através dos representantes eleitos;
- Liberdade individual, garantida através da atenção a direitos fundamentais como:
 - direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho e à segurança;
- Direito à defesa do consumidor.

Todavia, a necessidade de reinterpretação desses princípios segundo a própria lógica de tratamento dos temas pelo jornalismo popular impôs a adaptação de situações que serão relacionadas a cada item. Circunscrevemos, portanto, o conceito de cidadania ao acesso à saúde, à educação e à segurança, considerando as políticas públicas de cada setor e o atendimento prestado pelas instituições públicas; o acesso ao trabalho, através da visibilidade de decisões envolvendo direitos trabalhistas, decisões coletivas, sindicais e dos casos de iniciativas pessoais de superação; o direito à defesa do consumidor, com base nas ações de fiscalização, de denúncia e de estímulo ao poder aquisitivo; e política definida como participação popular na diversidade de mobilizações, protestos públicos, acompanhamento de decisões, de fatos políticos e da atuação dos representantes eleitos.

Conforme já assinalaram Santos (2002) e Bauman (2005), o fato de reconhecermos a deformação do conceito de cidadania e da própria concepção de cidadão, não impede que possamos também compreender e defender idéias associadas à noção que entendemos ser a adequada. A cidadania está associada à consciência dos direitos, ao respeito aos direitos alheios, à estruturação de serviços públicos de amparo aos direitos fundamentais e à possibilidade de efetivo exercício da participação política, não apenas atrelada aos poderes constituídos, mas à prática do debate e da reivindicação em todas as instâncias. Cidadania

compreende, portanto, inclusão social como pressuposto e interesse coletivo como alicerce para construção e proteção de uma sociedade com equilíbrio de oportunidades.

O cidadão, por conseqüência, será o indivíduo com acesso à informação, familiarizado com as instituições de defesa dos seus direitos, habilitado à discussão e à participação política, mas, antes de tudo, em condições de sobrevivência digna, através do direito à saúde, à educação e ao trabalho. A dimensão do interesse coletivo, como base de um estado de bem-estar social, é anterior à propriedade individualista da reivindicação e da defesa dos direitos segmentados. Essa é a noção próxima de um conceito clássico, muito distante da realidade, sobretudo num país marcado por profundas desigualdades, como é o caso do Brasil, mas que ainda pode ser perseguida e defendida como um ideal possível.

É o modo como entendemos que poderia ser tratado este tema na mídia, se o interesse público e até mesmo os interesses particulares da audiência envolvida, fossem considerados como tal. Todavia, o desafio é aplicar essa percepção metodologicamente de modo a verificar de que forma são construídas as temáticas da cidadania. Poderíamos tratar o tema sob diferentes ângulos, através da análise discursiva: observando as temáticas abordadas pelo jornal; os valores-notícia; a editoração de matérias e reportagens; as fontes consultadas ou o papel que o jornal atribui a si, aos leitores, ao Estado e às instituições. Considerando todas essas etapas e possibilidades, talvez se torne mais fácil entender porque falamos do Jornalismo como construção discursiva: o texto jornalístico é um conjunto de elementos discursivos que, interligados, atuam gerando sentidos que serão postos em circulação e terão diferentes apreensões.

Nossa opção foi por um recorte específico, que permitiu a análise do discurso pela ótica das representações sustentadas pelo *Extra*. Trabalhando as reiteraões sob o ponto de vista da paráfrase, conseguimos chegar a famílias parafrásticas que podem remeter às Formações Discursivas predominantes no discurso do *Extra*. A dimensão discursiva exige uma compreensão mais complexa da forma como é construído e percebido o sentido. É disso que tratamos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

JORNALISMO, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

O campo jornalístico é um espaço legitimado para narrar e oferecer o resultado desse processo à interpretação pública. No entanto, mesmo a construção da notícia é condicionada ao caráter subjetivo já impresso à dimensão discursiva na qual está inscrita a prática jornalística. Uma construção impregnada, portanto, simultaneamente, pelo poder da legitimação e da interpretação partilhadas, através da instituição de um discurso revestido da vontade de verdade (FOUCAULT, 1999). Há um acordo estabelecido veladamente entre a estrutura da produção e da recepção de que os jornalistas têm autoridade para narrar os acontecimentos, portanto têm o poder de valorar uma interpretação dos fatos que sempre será subjetiva, por mais que esteja eficientemente travestida de objetividade. É nesse terreno pantanoso que se movem os sentidos, relacionados às diferentes molduras que podem ser acopladas às construções discursivas.

Analisar o discurso jornalístico envolve considerar a centralidade do lugar social do jornalismo como instância autorizada a editar o discurso da verdade, e considerar também as condições de produção desse discurso. De um mesmo lugar social, o jornalista pode assumir diferentes lugares discursivos, gerando, por conseqüência, diferentes sentidos, constituídos das características específicas que esses lugares conferem à prática discursiva: o lugar discursivo constitui, determinando normas a serem seguidas pelo discurso.

Investigar os sentidos requer, portanto, da parte do analista, consciência do contexto de produção do discurso e da subjetividade inerente ao processo de interpretação. Os diferentes paradigmas da Análise do Discurso propõem diversos métodos de análise do sentido: priorizaremos a perspectiva de Orlandi (2002), a partir de Pêcheux (1997a), pressupondo a compreensão do funcionamento da linguagem como instrumento que condiciona sócio-culturalmente a produção do sentido, ainda que, por outro lado, os sentidos dependam do intercâmbio relacional, e das habilidades culturais de cada leitor, para se efetivarem. Nesse cenário, o lugar do sujeito, conforme reivindica a reflexão de Foucault

(1996), é descentrado e cindido em múltiplas posições, construídas no e pelo discurso. E a partir disso também se dá o entendimento de Woodward (2000), segundo a qual as representações são localizações estruturadas para as posições de sujeito. Através da representação, o discurso classifica e dá significado sócio-cultural aos sujeitos, às instituições, aos acontecimentos, aos processos sociais.

3.1 Jornalismo, discurso e a matriz do sentido

Construído a partir de um texto como materialidade lingüística, segundo Foucault (1999) como “coisa pronunciada ou escrita”, o discurso somente é realizado em sua dimensão enunciativa como “efeito de sentido” (ORLANDI, 2003, p.21). A partir de Foucault (1999), de Pêcheux (1990) e de Orlandi (2002), o discurso deve ser compreendido como troca simbólica que regula a mediação entre o homem e a realidade natural. Ou ainda, como prefere Charaudeau (2006), uma conjunção de condições extradiscursivas (situacionais) e de condições intradiscursivas (manifestas pelo texto, através do uso da linguagem), que resultarão no processo onde se fundem transformação (atribuir significado) e transação, responsável pelo efeito de sentido.

No discurso jornalístico, temos a materialização da fala de um campo social definido como um terreno de reconhecimento público e de disputa permanente entre forças e estratégias pela produção de sentido (BOURDIEU, 2005). Para designar o discurso característico de um segmento ou campo social, delimitado por regras específicas, por um sentido simbólico e por uma inserção histórico-cultural, Foucault (2002) desenvolveu o conceito de Formações Discursivas.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2002, p.43)

O caráter histórico, insistência de Foucault (2002) na reflexão sobre discurso e sujeito, mas principalmente sobre produção do conhecimento e relações de poder, está marcado na conceituação das Formações Discursivas. Trata-se de um conjunto de enunciados construído

segundo as mesmas premissas de entendimento e compreensão de cada temática, ao longo de cada época histórica: é o que define o discurso sobre sexualidade, loucura, medicina (temas que o próprio Foucault analisou), ou outros, e que pode ser rompido de acordo com a proposição e a sedimentação de uma nova formação discursiva. Foucault (2002) não acreditava que os mesmos fenômenos seriam encontrados em diferentes períodos históricos, e sim que cada época produzia seu próprio discurso, carregado de significados, formas e práticas do conhecimento relacionadas ao contexto desse período, radicalmente diferentes de outras épocas, e que não apresentam necessariamente continuidade através do tempo.

Pêcheux (In GADET & HAK, 1997a) relaciona o conceito de Formação Discursiva à noção de Interdiscurso, referindo-se à relevância da incidência de discursos transversos ao discurso que se impõe. Orlandi (2007) define o Interdiscurso como “o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido” (ORLANDI, 2007, p.89), ou seja, o dizer prévio, uma memória que determina um conjunto pré-construído de sentido, anterior ao sentido que o autor pretende propor ao texto.

Uma Formação Discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras Formações Discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais. (PÊCHEUX In GADET & HAK, 1997a, p.314)

Para Orlandi (1993), a Formação Discursiva “é o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito” (ORLANDI, 1993, p.58). Ao condicionar a existência do discurso à presença de discursos anteriores, a interdiscursividade relaciona-se com uma característica essencial à produção discursiva: a marca de dois tipos de esquecimento. Primeiramente, o que remete à falsa idéia de domínio sobre o dito, pois permite que não lembremos constantemente que todas as coisas que dizemos poderiam ser ditas de diversas outras maneiras, ou mesmo não-ditas. E a seguir aquele que remete à ilusão da autoria, quando temos a idéia momentânea de que estamos dizendo algo inédito, quando, na verdade, todas as possibilidades que temos já foram ditas de alguma forma.

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. (ORLANDI, 2001, p.35)

O conceito de não-dito, ou do silenciamento diante da infinidade de possibilidades que há de se dizer outras coisas no lugar do que está posto, é outra concepção obrigatória ao

entendimento do discurso. Orlandi (1995) define a importância do conceito que denomina silêncio constitutivo, como “o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as outras)” (Orlandi, 1995, p.37). Assim como é obrigatória, de outra forma, a compreensão da relação de pressuposição de um leitor imaginado, ou virtual (ORLANDI, 1996), aquele que o jornal e, por consequência, os jornalistas, entendem como seu público-alvo.

Moldar o texto para esse público já denuncia o caráter ideológico do discurso jornalístico, comum a todo o discurso, através das Formações Ideológicas (PÊCHEUX, 1988): está identificada na Ideologia a carga de sentidos atribuídos aos e pelos sujeitos envolvidos nessa transação. Trata-se do que Althusser (1985) traduz como a interpelação do indivíduo como sujeito. A ideologia, diferentemente do rótulo que carrega³⁰, pode ser então concebida como a relação imaginária dos indivíduos com seu mundo.

O sujeito constitui-se na relação com o simbólico, é afetado pela Língua e pela História. Funciona pelo inconsciente e pela interpelação através da Ideologia. O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. A noção de assujeitamento remete à liberdade de poder dizer atrelada à restrição de estar submetido à língua. (ORLANDI, 2002, p. 31)

Através do discurso, pela ideologia, constituem-se os sujeitos, em posições discursivas circunscritas historicamente e estabelecidas sócio-culturalmente. Esta atribuição de significação ao indivíduo, relacionada ao lugar de onde se fala e ao lugar que lhe é atribuído, tem também interlocução com o conceito de Formações Imaginárias (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2003), que podem ser consideradas projeções que traduzem mentalmente o resultado da influência sócio-histórica sobre a determinação do lugar do sujeito.

As Formações Imaginárias introduzem uma compreensão prévia do lugar social e das posições autorizadas a cada sujeito, conforme as características de um contexto cultural e de um campo social específico. Assim, diferentes profissões têm atribuídas a si habilidades específicas, e determinadas funções sociais têm associadas a si um discurso de poder e autoridade para situações típicas. O reconhecimento do papel de mãe, por exemplo, autoriza a mulher a um determinado comportamento (reconhecido pelas Formações Imaginárias), enquanto o papel de profissional lhe confere outras responsabilidades ou uma expectativa de atuação diversa.

³⁰ A noção de ideologia, comumente associada à questão política, contemporaneamente teve ampliada sua associação à naturalização da ordem social e da estrutura dominante, a exemplo do que propõe Althusser (1985).

As imagens dos sujeitos e seus lugares resultam de projeções: “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que me fale assim?”. As formações imaginárias permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva (...) produzem a posição discursiva, contribuindo decisivamente para a constituição das condições de produção e para o processo de significação. (ORLANDI, 2002, p. 66)

Além do trabalho das Formações Ideológicas e Imaginárias como constituintes do sujeito, a noção de ilusão sobre uma suposta autonomia na construção do discurso é também fundamental para o entendimento do conceito de sujeito. Disso decorre a compreensão do descentramento do sujeito, submetido à ação do discurso, desautorizado à independência na forma como é referido pelo discurso. “O conceito de discurso despossui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo no funcionamento dos enunciados, dos textos, cujas condições de possibilidade são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas” (MAINGUENEAU 1976 apud ORLANDI, 1996, p.188)³¹. Foucault (1996) sustentou que é o discurso – e não o sujeito – que produz conhecimento, portanto, os sujeitos são construídos pelas posições discursivas.

Os sujeitos podem produzir determinados textos, mas eles funcionam dentro dos limites da episteme, a formação do discurso, o regime de verdade, de determinado período e cultura. De fato, esta é uma das proposições mais radicais de Foucault: o sujeito é produzido no discurso. Este sujeito do discurso não pode estar fora do discurso, pois precisa estar sujeitado ao discurso. (HALL, 1997, p.55)

Em sua preocupação com a forma como o conhecimento era posto em funcionamento através das práticas discursivas, Foucault formulou o conceito de aparato institucional e suas tecnologias. “O aparato sempre é inscrito num jogo de poder, mas é também sempre ligado a certas coordenadas do conhecimento: são estratégias de relações de força sustentando e sendo sustentadas por tipos de conhecimento” (FOUCAULT, 1980b, p.196 apud HALL, 1997, p.43)³². O discurso jornalístico, portanto, é um discurso social construído num campo onde várias são as influências e interesses em jogo, e que determinará sentidos incidentes sobre as relações de poder.

Como no discurso didático, que coloca o professor na posição de sujeito detentor do saber, o discurso jornalístico outorga ao jornalista essa posição, à posição de sujeito que conhece os acontecimentos e os dá a conhecer aos leitores. O professor e o jornalista colocam-se como agentes exclusivos do discurso, apagando a polissemia por serem os únicos conhecedores da Verdade. (SIMONETTI, 2003, p.119)

³¹ MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux Méthodes de l'Analyse Du Discours**. Paris, Hachette Université, 1976.

³² FOUCAULT, Michel. **Power and knowledge**. New York: Pantheon Books, 1980.

Uma das principais premissas necessárias ao acompanhamento da teorização de Foucault (1995) é a questão do assujeitamento: as formas de poder, os sistemas culturais acabam, de uma forma ou de outra, transformando os indivíduos em sujeitos. “O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (FOUCAULT, 1995, p.231). Assim, a própria noção de sujeito, como a de discurso, é historicizada em um nível radical: constituídas em um arcabouço histórico. Por outro lado, Hall (1997) enfatiza a propriedade do discurso de, ao mesmo tempo em que produz sujeitos, determina um lugar a ser ocupado por esse sujeito: são as posições, a partir de onde são compreendidos o conhecimento particular e o significado do sujeito.

Essa abordagem traz implicações radicais para uma teoria da representação, pois sugere que os próprios discursos constroem as posições de sujeito a partir das quais esses se tornam significativos e efetivos. Os indivíduos podem se distinguir por suas características étnicas, raciais, de classe social e gênero (entre outros fatores), mas não conseguem ter significado a não ser quando se identificam com as posições construídas pelo discurso, sujeitas aquelas às regras deste, e assim tornam-se os sujeitos de seu poder/ conhecimento. (HALL, 1997, p.56)

Há ressalvas, no entanto, que questionam as premissas do descentramento e do assujeitamento (POSSENTI, 2002), alegando que, ao escolher o modo de proferir o discurso, a quem e em que ocasião será proferido, o indivíduo manifesta algum tipo de autonomia em relação ao dito – não estando, portanto, totalmente assujeitado às Formações Discursivas e Ideológicas. De todo o modo, é importante deixar claro aqui que compartilhamos essencialmente da idéia de que o sujeito é construído pelo discurso, e que pelas posições assumidas adquire representação social, cultural, histórica. Dessa forma buscamos encontrar representações no discurso do *Extra* que nos digam sobre a forma como esse jornal constrói os sentidos da cidadania.³³

As ferramentas disponibilizadas metodologicamente pela Análise do Discurso são instrumentos que tornam possível investigar a atribuição de sentido ao discurso. Pêcheux (1988) ressalta a interferência das Formações Ideológicas nesse processo.

As palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu

³³ ESCOSTEGUY (2003) aponta a complexidade desse debate ao confrontar, de um lado, as tendências dos Estudos Culturais, que atribuem autonomia e capacidade de resistência aos receptores; e de outro os referenciais teóricos obrigatórios para essa vertente, como Michel Foucault e Stuart Hall, que situam o sujeito do discurso vinculado ao descentramento (portanto, à interpelação que não confere independência) e à determinação de sentido através das diferentes posições discursivas que é autorizado a assumir.

sentido em referência a estas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX,1988, p.160)

Para Orlandi (2002), o sentido está presente, fundamentalmente, na figura de linguagem que a autora define como “matriz do sentido”, considerada suporte básico para a análise: a paráfrase. “O analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo, lidando/operando com a paráfrase e a metáfora” (ORLANDI, 2006, p.05). Compreendida como algo que se mantém em todos os dizeres, estabelecendo o sentido através da repetição, a paráfrase delinea alguns indícios definidores dos sentidos apresentados no discurso do jornal *Extra* em relação ao seu leitor, na perspectiva da cidadania.

É através desses indícios (as reiteraões) que serão delimitadas as famílias parafrásticas, que consistem em um agrupamento de seqüências discursivas inscritas numa regularidade de sentido, e que são identificadas por um enunciado-síntese. Pêcheux (1997b) equivale o conceito de família parafrástica à matriz do sentido, salientando a propriedade de estabelecer uma continuidade que impede a limitação do discurso a um aglomerado de enunciados em transformação. Importante observar, contudo, que as famílias parafrásticas são derivadas do conceito de paráfrase, que deve ser apreendida anteriormente, como uma noção necessária ao entendimento do modo como o discurso estrutura-se e produz sentido.

(...) é o funcionamento da paráfrase que configura o espaço da formação discursiva como o espaço do mesmo no processo de identificação do sentido, já que, ao identificar o sujeito, o mecanismo da paráfrase lhe dá, ao mesmo tempo, a impressão de estabilidade do sentido, da permanência de seu conteúdo. (ORLANDI, 2007, p.77)

As famílias parafrásticas estão atreladas às Formações Discursivas, na medida em que são elemento constituinte das FDs. O espaço de regularidade descrito pelas FDs passa pela identificação da continuidade caracterizada pela paráfrase, portanto, pelos sentidos dominantes registrados pelas famílias parafrásticas. Poderemos nominar o resultado final desse processo em que resultarão as FDs de recortes do Interdiscurso, que atuam atravessando o enunciado e apontando sentidos, de acordo com formações ideológicas específicas.

Por ocupar um espaço privilegiado na sociedade, estando institucionalizado como um discurso de autoridade e portador da capacidade de informar e/ou transmitir conhecimento, o discurso jornalístico age, indiscutivelmente, na proposição e consolidação de valores

associados à constituição de identidades culturais. A identidade, de acordo com o conceito de Hall (1997), pode ser posicionada como correspondente à noção de posição de sujeito para a Análise do Discurso. “A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos unificados e predizíveis” (HALL, 1997, p.12).

Esse é o detalhamento daquilo que este trabalho desenvolve: identifica sentidos que predominam no discurso jornalístico apresentado pelo *Extra*, tendo como elemento centralizador a concepção de cidadania. Delineando também possibilidades de posições de sujeito oferecidas ao leitor, que estão entrelaçadas ao processo de atribuição de identidade, teremos um método capaz de apontar de que forma esse discurso compreende o caráter cidadão de seu leitor, ou se de alguma forma atribui ao público essa condição. Isso passa pela percepção das Formações Ideológicas como um conjunto de valores que determinarão os sentidos de cidadania para o jornal, e que governarão a delimitação das Formações Discursivas.

De outra forma, como observa Traquina (2001), podemos dizer que o jornalismo atua como construtor da realidade, se entendermos que a concepção de notícia está intrinsecamente relacionada a uma construção particular sobre um fato determinado: são as chamadas “estórias” (TUCHMAN, 1999), como uma forma de tornar pública uma estruturação dos acontecimentos que obedece a modos de ver e de hierarquizar característicos da estrutura de produção jornalística, mas nem por isso desprovidas de subjetividade.

Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente. (TUCHMAN, 1999, p.262)

É sobre a construção tecida pelo *Extra* que nos debruçamos, com o objetivo de investigar sentidos propostos pelo jornal à cidadania. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizamos alguns aportes oferecidos pela Análise do Discurso, delimitando as seqüências discursivas que tenham relação com o conceito de cidadania, e aplicando a elas a identificação de paráfrase para a interpretação do sentido. Através dos resultados apontados pela paráfrase, como matriz do sentido, agrupamos as famílias parafrásticas, para, a partir

desses grupos, configurar as Formações Discursivas que congregam sentidos apresentados pelo jornal em relação ao conceito de cidadania.

3.2 O poder no discurso jornalístico

A mídia tem um poder simbólico significativo, e através dele o discurso jornalístico, reconhecido como o discurso da verdade (FOUCAULT, 1999), agrega o poder de construir discursivamente o mundo. Mas essa não é uma conclusão totalizante, tendo em vista que consideramos o receptor capaz de reelaborar os sentidos propostos pelo campo midiático. O que não quer dizer também que devemos reduzir a influência do lugar social do jornalismo como capacitado a construir um discurso onde as Formações Imaginárias incidentes sobre os jornalistas sejam hegemônicas.

As representações criadas pelos sentidos presentes nas seqüências discursivas sobre temáticas da cidadania acabam sendo um lugar material de construção da cidadania, mesmo que atravessadas, na instância da recepção, por diversas mediações. É o lugar social atribuído pelo jornalista ao público que preside a produção do discurso.

A relação entre leitor e texto acontece imersa em um ambiente onde várias são as premissas a serem consideradas. Abandonando a noção de passividade que já foi atribuída ao público, - seja ele entendido como audiência, espectador, leitor ou receptor dos produtos midiáticos -, pela teoria crítico-radical da Escola de Frankfurt³⁴, há hoje, com o desenvolvimento dos Estudos Culturais, o entendimento de um receptor atuante. Não manipulado pela influência da mídia, mas considerado segundo a complexa teia de fatores sócio-culturais que o modelam, determinando, além da possibilidade de seleção do consumo midiático, também a alternativa de participação, tendo em vista a concessão cada vez maior de lugares de fala e instrumentos de interação ao público nos jornais.

³⁴ Os ideólogos da Escola de Frankfurt (POLISTCHUCK & TRINTA, 2003), ao estudar os meios de comunicação de massa, construíram uma teoria fundada na tese da manipulação da sociedade pela imprensa: a cultura e o modo de vida em sociedade seriam moldados pela ditadura da rede de comunicação, a quem foi atribuído um poder de influência que pressupunha a alienação do público.

O texto jornalístico, por natureza moldado à idéia de um leitor-alvo, como é característico de qualquer produção escrita, passa a incorporar as expectativas do leitor não apenas no sentido da necessidade básica do entendimento do código de comunicação, mas principalmente buscando cada vez mais um encontro entre expectativa e produção. É o que Orlandi (1995), na perspectiva da Análise do Discurso, entende como leitor virtual: “trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser seu cúmplice quanto um seu adversário” (ORLANDI, 1995, p.09).

“O indivíduo só se torna sujeito quando situado de alguma forma, no interior das relações e dos interesses de poder, no interior das construções de gênero e de raça, no interior do saber” (ELLSWORTH, 2001, p.17). Assim, um jornal pode situar o leitor, conforme as diretrizes que adota em relação aos valores-notícia, como um *voyeur* (interessado nos detalhes da vida alheia), como uma pessoa desinteressada ou incapaz de entender o contexto político (pela supressão das notícias dessa editoria), ou como necessitado de incentivo ou auxílio público para ter acesso a serviços (quando disponibiliza uma série de informações sobre como ter acesso a esses serviços). São posições de sujeito definidas a partir do entendimento que o jornal tem do que será um valor-notícia capaz de gerar interesse ao seu leitor-alvo. Essas posições serão definidas através da conjunção entre as representações construídas pelo jornal e as próprias Formações Imaginárias.

Ao redigir, portanto, uma notícia ou reportagem, o jornalista tem em mente, mesmo que de forma intuitiva, não apenas um conceito prévio do leitor que pretende atingir, mas também do efeito que pretende produzir com esse texto. É a idéia proposta por Morley (1996) em seus experimentos de recepção televisiva para a interpretação do conceito de Modos de Endereçamento. As pesquisas que relacionam Modos de Endereçamento ao jornalismo foram inicialmente desenvolvidas através da Escola dos Estudos Culturais, por pesquisadores como Morley (1996), relacionadas majoritariamente ao texto televisivo, a exemplo do trabalho coordenado por Gomes (2005) no Brasil. A origem do conceito foi adaptada do estudo de outros campos.

O conceito de modo de endereçamento está baseado no seguinte argumento: para que um filme funcione para um determinado público, a espectadora deve entrar em uma relação particular com a história e o sistema de imagem do filme. (...)Tem a ver com a relação entre o social e o individual: qual é a relação entre o lado de fora da sociedade e o lado de dentro da psique humana? (ELLSWORTH, 2001, p.25)

Para Gomes (2006), o conceito de Modos de Endereçamento aplicado ao jornalismo trata-se de uma relação ofertada pelo veículo de comunicação a seu público, de forma a orientar a relação de sentido que esse mesmo público desenvolverá com o texto apresentado. Ou seja, além de considerar uma forma de posicionamento perante o fato ou acontecimento narrado, o jornalista obriga-se também a adotar uma posição determinada em relação ao leitor a quem se remete, potencializando nesse canal o investimento na direção do sentido que pretende produzir: é uma forma de delimitar o apelo aos espectadores. Sob essa perspectiva, é fundamental refletir sobre as Formações Imaginárias e Ideológicas que regem a relação de jornais ligados a grandes empresas, com um público-leitor pertencente à classe C.

O conceito de modo de endereçamento tem sido apropriado para ajudar a pensar como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais. (GOMES, 2006, p.241)

A notícia é dirigida a um determinado segmento de público, e o contrato de comunicação³⁵ passa também a ser permeado por essa situação. A linguagem visual e verbal de um jornal popular estará estruturada segundo a representação de um interesse público que prioriza o uso social da notícia, a prestação de serviços, o entretenimento e a dramatização da vida cotidiana. Do outro lado do jogo, o leitor do jornal popular talvez também espere dessa publicação um caráter mais informal, leve, que fale da vida das celebridades, mas conte histórias sobre o cotidiano do cidadão comum, desvinculado das editorias tradicionais do jornalismo de referência. Portanto, os Modos de Endereçamento de um jornal popular vão levar em consideração um leitor situado nas classes economicamente desprivilegiadas, com grau de instrução mais baixo, habituado a um cenário de violência urbana e interessado em um jornalismo que preste serviço e informações ligadas ao entretenimento, mesmo que isso se estenda à cobertura das tragédias e da vida cotidiana.

Já os jornais considerados de referência, por apresentarem um formato editorial e gráfico mais convencional, em tese subentende-se que representem seu leitor como oriundo das classes A e B, que acompanha com interesse e compreensão mínimos os assuntos ligados à Política, Economia ou fatos internacionais, por serem esses os campos considerados de interesse público, de influência direta na vida da sociedade. Adotam, portanto, em relação ao seu leitor, um Modo de Endereçamento, isto é, uma estratégia de direcionamento que passa

³⁵ De acordo com CHARAUDEAU (2006), o contrato comunicativo envolve as dimensões situacional, que podem ser relacionadas às condições de produção, e lingüística, da ordem do discurso proferido.

pela condição sócio-econômica desse leitor, de classe média a alta, com grau de instrução médio mais elevado, identificado com valores mais tradicionais e interesses ligados à Política e Economia, como consequência de uma posição privilegiada no acompanhamento e debate dessas questões.

Um aporte capaz de explicar essa conformação de interesses de acordo com a segmentação do público, e a conseqüente adaptação da mídia a esse contexto é a construção histórica das Matrizes Culturais.³⁶ As matrizes populares oferecem referências, geradas por um conjunto de estilos e estéticas adotados regularmente pelos jornais populares, para o uso de determinados mecanismos no processo de aproximação com o leitor.

As Matrizes não são marcos fixos, propriedades intrínsecas de um grupo, nem universos polarizados, mas um recurso sistematizador, onde os Modos de Endereçamento nutrem-se. São formas de longa permanência que ativam uma memória que as colocam em cumplicidade com o imaginário popular. Para Martín-Barbero, mencionar o termo *Matriz* não é evocar o arcaico e sim explicitar o que porta hoje, o residual. (...) As Matrizes são o lugar desde onde é possível perceber e compreender a interação entre o espaço da produção e da recepção. (AMARAL, 2004, p.89-90)

Trata-se, portanto, como definimos nos parágrafos anteriores, das referências usadas hoje pelos jornais para manter a conexão com esse público. Ou seja, tentar perceber, no próprio modo de dizer característico do discurso jornalístico, as marcas inerentes à identificação com determinadas Matrizes: isso será fundamental também para alcançar a identificação com o próprio leitor. O estudo de Amaral (2004) identifica dois pólos predominantes na delimitação de gêneros relacionados à imprensa: as Matrizes racional-iluminista e dramática. A primeira refere-se ao que é característico do jornalismo de referência, pois está relacionada ao surgimento do campo profissional do jornalista, associado a valores como a razão, o progresso, a educação, e o caráter político da constituição do sujeito. Já a segunda, que será alinhada ao segmento do jornalismo popular, além de não reconhecer no público um sujeito político, prioriza o drama humano, a idolatria, o entretenimento traduzido no esporte, no cinema, e prefere o apelo visual ao conteúdo escrito.

É evidente que, tanto a imprensa popular como a de referência, irão muitas vezes mesclar elementos dessas duas vertentes, numa prática contemporânea que aponta para uma delimitação tênue e não tão bem recortada entre aquilo que define tanto o estilo como o

³⁶ Investigação feita por Amaral (2004) para a tese de doutorado “*Lugares de Fala do Leitor no Diário Gaúcho*”, baseada em autores como Sunkel (1985) e Martín-Barbero (1989).

público de um jornal. Essa similaridade é descrita por Gabler (2000) a respeito da influência do sensacionalismo na mídia norte-americana, a qual seria possível de ser percebida também na imprensa escrita brasileira, com o avanço do jornalismo popular e com a influência da televisão.

Porque a notícia fosse entretenimento e porque a notícia fornecesse uma janela comum para a realidade pública, a janela pela qual a maioria de nós se apodera daquelas partes da vida com as quais não se tem contato direto, o entretenimento tinha, sorrateiramente, se transformado no padrão de valor para a própria realidade. Numa sociedade em que até mesmo o noticiário está sujeito ao sensacionalismo, ficou difícil para o público, assim como para a mídia, resistir à noção de que aquilo que mais entretém merece nossa atenção e de que aquilo que não entretém não merece e deve ser empurrado para a periferia de nossa consciência (...) (GABLER, 2000, p.94)

A construção do texto jornalístico considera, mesmo que de forma intuitiva – como já dissemos – um leitor como alvo específico. Trata-se de um indivíduo que reúne um determinado perfil buscado pela empresa jornalística (seja ela com interesses meramente mercadológicos ou de outra ordem – sindicais, cooperativos, institucionais, por exemplo), e que será, em função disso, perseguido segundo suas características na construção da notícia. A noção de classe social, capacidade de consumo, preferências culturais, hábitos e modo de vida em geral serão relevantes para a definição do que será pauta e do que será enfatizado editorialmente.

A representação, portanto, tem o objetivo de gerar ao leitor, no momento da leitura, a identificação com o texto, a possibilidade de interação. No entanto, evidentemente, o leitor virtual (ORLANDI, 1996) não necessariamente coincide com o leitor real, o interlocutor que de fato apreende o texto. A relação do leitor real com o texto é que determina o processo de formação de sentido daqueles significados postos à leitura.

A leitura é o momento crítico da constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, aquele em que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao se constituírem como tais, desencadeiam o processo de significação do texto. A relação entre o leitor virtual e o real pode ter uma maior ou menor distância, podendo o leitor real não coincidir ou não com o leitor virtual. (...) A discordância ou concordância já se faz sobre um sentido reconhecido ou atribuído ao texto. (ORLANDI, 1996, p.186)

Todo o esforço empreendido no sentido de atingir um leitor virtual, o público a que o jornal preferencialmente dirige-se, segundo suas pesquisas de mercado, é marcado por suposições. Da mesma forma como Ellsworth (2001) alerta para o fato de que nem sempre o Modo de Endereçamento acerta o alvo, ou ainda, com muita frequência, opera desvios

completamente destoantes da rota inicialmente prevista, acabando por sensibilizar receptores não imaginados, os teóricos da Análise do Discurso trabalham com a relevância dessa distinção. Hall (2003) desenvolveu os conceitos de leitura dominante, opositiva e negociada, para os três diferentes graus de interação possíveis de serem verificados na relação entre meios de comunicação emissores de produtos midiáticos, e grupos de segmentos diferenciados do público, a partir de um estudo de recepção televisiva. Como os próprios termos sugerem, a leitura dominante coincide com a versão defendida pelo produtor midiático, a opositiva é discordante daquilo que o emissor tenta transmitir, e, finalmente, a negociada, é constituída por instâncias alternadas entre as duas anteriores: há momentos de concordância e de oposição.

Com base nessas premissas, não é difícil concluir que público-leitor pretendido pelo jornal, ou pelos objetivos da empresa, que passam pelo direcionamento do trabalho da redação, será capturado em parte, mas isso inclui, obviamente, as permanentes distorções que esse fenômeno vai apresentar: em dado momento haverá diminuição do número de leitores-alvo, em seguida haverá incremento, e ainda haverá a situação em que o jornal atingirá uma parcela de leitores que não havia inicialmente previsto. Como aponta Ellsworth (2001), freqüentemente os leitores são fiéis por se sentirem recompensados de alguma maneira pelo jornal.

Os Modos de Endereçamento são apontados aqui como um horizonte para mapear os sentidos da cidadania num jornal popular, estabelecidos pela imagem que o jornal tem de quem são os seus leitores e de quem deveriam ser. Essa concepção inclui as formas de representação desses leitores e dos temas sobre os quais supostamente se interessam. Considerando o Modo de Endereçamento como uma relação proposta pelo veículo à sua audiência³⁷ ou como o conjunto de variáveis que delimitam a representação que um jornal faz do seu leitor, norteando a construção da notícia de acordo com esse resultado, entendemos que o Modo de Endereçamento incluirá uma adaptação aos interesses mercadológicos de cada veículo. O Modo de Endereçamento pressupõe a identificação, no caso específico do jornal, de um público-leitor potencial, para onde direcionará seus instrumentos de persuasão, podendo ou não ser eficiente no processo de identificação³⁸.

³⁷ Conceito desenvolvido por Morley (1996), apresentado nos textos de Gomes (2006).

³⁸ Todas essas delimitações geram representações, que explicarão a forma como o jornal situará o sentido da cidadania para seu leitor diante de cada tema, e as posições que este mesmo jornal convoca ou convida o leitor a

Todavia, o conceito de Modo de Endereçamento não será aproveitado metodologicamente por compreendermos a amplitude que envolve a análise sob essa perspectiva. O conjunto de elementos constituintes e definidores do direcionamento adotado pelo veículo exige uma observação detalhada de várias instâncias discursivas, que demandaria o trabalho de uma equipe de pesquisadores. Mantemos, no entanto, a concepção como um aporte capaz de conjugar os diferentes instrumentos relacionados à construção de um estilo discursivo particular, por um determinado programa ou publicação.

3.3 A representação como atribuição de sentido

Independente de sua existência material, as coisas, pessoas e acontecimentos precisam ser codificados através de uma linguagem comum para serem apreendidos. É essa a simplificação de que partem Hall (1997) e Silva (2000) para desenvolver o complexo raciocínio em torno do qual se explica a forma como os significados são produzidos sócio-culturalmente. Esse é, essencialmente, o processo em que consiste a representação: atribuir um determinado significado às coisas, pessoas ou acontecimentos. Tem a ver com “a relação entre, de um lado, o real e a realidade, e, de outro, as formas pelas quais esse real e essa realidade tornam-se presentes para nós – re-presentados” (SILVA, 2007, p.01).

A atribuição de significado tem profunda relação com a cultura e as práticas sociais, e adquire uma dimensão simbólica central nas relações. Podemos mencionar aqui a importância dos estudos de Saussure (1975)³⁹, que desenvolveu um método de descrição e análise da significação, introduzindo a caracterização dos signos como a conjunção do significante (instância material) com o significado (conceito). Já neste momento havia o reconhecimento do caráter arbitrário do signo, em função de não haver coincidência natural entre significante e significado: há uma produção social e simbólica de sentido. Todavia, a concepção

assumir diante dos fatos. A configuração das posições de sujeito passa pelo caráter ideológico da constituição das relações sociais e culturais.

³⁹ O lingüista suíço Ferdinand de Saussure, representante da vertente dos estruturalistas, foi o proponente da Semiologia como a ciência da lingüística. Para os estudos da Comunicação, tem como uma das principais contribuições a teoria do signo, que consiste no desmembramento da forma (significante) e do conteúdo (significado) para a compreensão da produção sócio-cultural dos significados.

estruturalista de Saussure comungava de uma visão rígida que limitou o entendimento do processo de significação, atrelando-o à necessidade de uma pré-materialização mental, que foi sendo gradativamente superada por uma abertura maior à indeterminação do significado e da própria representação.

A representação não é nunca representação mental. (...) se o significado, isto é, aquilo que é supostamente representado, não está nunca plenamente presente no significante, a representação – como processo e como produto – não é nunca fixa, estável, determinada. A indeterminação é o que caracteriza tanto a significação quanto a representação. Finalmente, a representação só adquire sentido por sua inserção numa cadeia diferencial de significantes. Ela é a representação de alguma “coisa” não por sua identidade, coincidência ou correspondência com essa coisa, mas por representá-la (através de um significante) como diferente de outras coisas. (SILVA, 2007, p.03)

Foucault (1981, p.74), ao tratar das similaridades e descontinuidades dos discursos ao longo dos períodos históricos, enfatiza o caráter social da representação e a relevância do estabelecimento de oposições, ao afirmar que “o signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui por um ato de conhecimento”.

Woodward (2000) amplia essa compreensão quando se refere à representação como sistemas classificatórios, que se estabelecem segundo diferenças, determinando oposições relacionais: algo tem determinado significado em contraposição a outro signo com significado diverso. É uma reflexão que guarda estreita ligação com a fundamentação do conceito de identidade, mas que é também indispensável para o entendimento da atuação subjetiva e cultural na construção dos sentidos.

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por cultura. (WOODWARD, 2000, p.41)

Cultura é, portanto, um conjunto de representações comum a determinado grupo, em um período específico. Na medida em que é reconhecido como uma prática social inserida num lugar privilegiado (por possuir a autoridade de legitimar) e detentora da capacidade de apresentar o real, portanto representá-lo (ressaltando que esta seja é uma interpretação e, como tal, desprovida de neutralidade), é natural que o jornalismo seja entendido como uma instância de repercussão inevitável. Quando delimita os debates que ocupam as manchetes e seleciona os fatos que supostamente interessam à audiência, ainda que permeado pelas influências características das épocas históricas e das conformações sociais, o jornalismo configura-se como um espaço de moldura e reconstrução das representações culturais e também como ponto de ressonância do perfil das sociedades em que está inserido: faz representações, portanto, atribui sentidos. De acordo com o que define Silva (2000), “a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido”. Sobre essa questão, Charaudeau (2006) pontua que

As representações se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização do real, a qual revela não só a relação de desejabilidade que o grupo entretêm com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscorso revelador de seu posicionamento. (CHARAUDEAU, 2006, p.47)

Embora de forma menos categórica, o que Charaudeau (2006) define como representação está relacionado ao que Hall (1997) entende como central: a necessidade de um intercâmbio cultural, um conjunto de significados comuns a um mesmo grupo ou época histórica, que permitam a atribuição de sentido aos objetos, pessoas ou eventos de acordo com o uso sócio-cultural. Apesar de construir uma teoria mais concreta para a representação dos objetos, das coisas que estão no mundo, Hall (idem) também propõe o debate da representação do sujeito. E concorda com o que diz Foucault (1995) sobre a construção do sujeito pelo discurso, assim como a produção de conhecimento e o reconhecimento das relações de poder mais diluídas, circulantes.

(...) não podemos confundir o mundo material, onde as coisas e as pessoas existem, e as práticas de simbolização e os processos através dos quais funcionam a representação, o significado e a língua. (...) não é o mundo material que transmite os significados: é o sistema lingüístico ou qualquer que seja o sistema que estejamos utilizando para representar nossos conceitos. (HALL, 1997, p.25)

Se consideramos, por exemplo, o Modo de Endereçamento como uma estratégia possível, estruturada sofisticadamente – porque envolve as diferentes formas de organização do produto midiático, seja jornalístico ou não – para interpelar a audiência, podemos entendê-lo como uma proposta de sentido: um horizonte para se analisar os sentidos propostos por um jornal. Que, todavia, para acontecer, prescinde do encontro com a interpretação de um leitor real. Neste trabalho poderemos apenas oferecer alguns indícios para parte da primeira etapa desse processo.

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 1997b, p.53)

Todavia, mesmo a consciência dessa relatividade não pode mascarar a importância das relações de poder implicadas no fenômeno da representação. O poder está diluído desde o momento em que se constrói a representação, posto que essa é a instância onde se determinam sentidos, mas é também incidente no momento em que a representação é reapropriada, convertendo-se em identidades culturais e sociais. Em ambos os casos, precisamos localizar o discurso jornalístico com uma responsabilidade relevante no pólo da produção das representações que serão repercutidas pela mídia, ao mesmo tempo em que não é possível eximir o receptor da possibilidade de adotar uma reinterpretação dessa oferta, segundo suas lógicas, usos e objetivos particulares.

É o caso, por exemplo, de movimentos sociais e organizações ligadas aos direitos humanos que reivindicam ações reparadoras ou afirmativas, propondo a revisão de um conceito sedimentado sócio-culturalmente a respeito de determinadas situações ou identidades. As discussões contemporâneas propostas por esses grupos são responsáveis por uma série de transformações na forma como a própria mídia retrata a questão do negro, da mulher, das classes populares ou dos movimentos sociais e políticos. Embora seja preciso manter a lucidez de que essas reapropriações estão ainda localizadas numa instância que precisa disputar o contra-ponto da visão que se mantém hegemônica, e do poder que permanece concentrado no modelo de estruturação da indústria midiática. Por outro lado, é

importante considerar que esse contexto produz alterações para a apreensão feita pelos jornalistas, produtores do discurso jornalístico, a respeito de seu leitor. E esse é um fenômeno que terá efeitos sobre a relação que gerencia o processo de produção da representação.

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. (...) Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. (SILVA, 2000, p.91)

Assim, compreendemos que os sentidos da cidadania num jornal estão subordinados a uma complexa rede de recursos jornalísticos e mercadológicos, adotados pela publicação com base em uma visão prévia a respeito de seu leitor alvo. Reside nesse processo o lugar de poder da representação como designação de identidade. Desde o momento em que está autorizado socialmente a produzir um discurso que institui uma interpretação partilhada, o jornalismo possui o referendo socialmente conferido de construir perfis a partir dos quais os indivíduos se identificam. O que ratifica a percepção da mídia como dispositivo de influência sócio-cultural, que detém um poder inegável na estruturação de sistemas classificatórios de representação.

É a partir dessa reflexão que optamos pelo estudo das representações sustentadas discursivamente pelo jornal *Extra*, para apontar sentidos relacionados à cidadania. Para que a pesquisa seja viável no âmbito do Mestrado, definimos um determinado recorte de análise dos sentidos, que passa pela identificação das representações recorrentes no discurso, em torno de seis temas centrais para o conceito de cidadania: segurança, saúde, educação, trabalho, política e consumo. Representações construídas em dimensões diferentes, mas que globalmente constituirão um perfil de representação elaborado pelo jornal acerca da cidadania. A forma como chegamos a essas reiteraões e a metodologia que desenvolvemos para tratar dessas dimensões separadamente, para depois reuni-las, são os pontos de que trata o capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

OS SENTIDOS DA CIDADANIA NO *EXTRA*

Chegar aos sentidos é a etapa final de uma convivência com o discurso em que as evidências são suficientes para nortear uma interpretação dominante. E ainda que isso aconteça isoladamente em cada sequência discursiva (SD), é na permanência das reiterações que podemos apontar uma Formação Discursiva (FD) hegemônica. Para mapear sentidos propostos pelo jornal *Extra* relacionados às instâncias delimitadas no conceito de cidadania (acesso à Saúde, à Educação, à Segurança, ao Trabalho, à Política e ao direito do consumidor, nominado como Consumo para identificação das categorias de análise), utilizamos o conceito de paráfrase como marcador das reiterações.

A partir dos resultados de um exercício exploratório, que analisou edições entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, identificamos a confluência de três momentos constituintes da construção da representação no *Extra*: a representação feita pelo jornal do direito em si (de cada temática, separadamente), a representação feita pelo jornal a respeito de si mesmo (de sua interferência como enunciador nas pautas relacionadas à cidadania), e a representação do leitor apresentada pelo jornal. Em função dessa constatação, visualizamos a necessidade de trabalhar metodologicamente esses três momentos, para que pudéssemos chegar a conclusões sobre a representação da cidadania no discurso do jornal *Extra*.

Passamos, então, à análise definitiva do *corpus* selecionado, considerando três eixos:

- como o jornal representa os direitos do cidadão, em cada temática (Consumo, Segurança, Trabalho, Educação, Saúde, Política);
- como o jornal se representa em cada temática relacionada à cidadania;
- como o jornal representa o leitor, na perspectiva da cidadania.

4.1. A representação da cidadania no discurso do *Extra*

A análise do *corpus* definitivo da pesquisa considerou separadamente cada eixo (representação dos direitos, do próprio jornal, e do leitor), para a seguir ser iniciado o trabalho de conjugação dessas instâncias, apontando um perfil de representação da cidadania feito pelo *Extra*. Finalmente, esse resultado foi relacionado ao entendimento de cidadania sustentado neste trabalho, justificando as conclusões a que chegamos acerca da representação da cidadania no discurso do jornal.

Foram definidas como *corpus* duas amostras de seqüências discursivas selecionadas nas semanas do dia 04 de junho de 2007 a 10 de junho de 2007, e entre os dias 12 e 18 de agosto de 2007, sendo excluído o mês de julho por ser o período em que ocorreram os Jogos Pan-Americanos, sediados no Rio de Janeiro. Entendemos que o aproveitamento de uma semana nesse período estaria prejudicado em função de um agendamento excessivo da imprensa em torno dos jogos. A opção pela análise de dois períodos seqüenciais, diferentemente do critério seguido nas pesquisas exploratórias iniciais, possibilitou um acompanhamento efetivamente sistemático de coberturas de um mesmo tema, agregando a compreensão da postura adotada pelo jornal em determinados episódios, e delimitando um número de seqüências discursivas possível de ser operacionalizado.

Ainda assim, trabalhamos, no total, com 552 seqüências discursivas selecionadas, sendo 152 relacionadas à Segurança, 119 à Política, 86 ao Trabalho, 81 à Educação, 70 ao Consumo e 44 à Saúde. Ao final da análise de cada um dos três eixos, desenvolvemos um levantamento quantitativo, que considerou as reiteraões de sentido como definidoras de famílias parafrásticas específicas. Para a apresentação dos resultados, selecionamos as SDs que se tornaram mais representativas às conclusões demonstradas.

4.1.1 As especificidades por temática

Neste item, optamos por apresentar a análise a partir das temáticas, para posteriormente quantificar a ocorrência das famílias parafrásticas. Nos itens seguintes, ao nos referirmos às formas como o jornal se representa, e como representa o leitor, definimos uma subdivisão por família parafrástica, desde o início da apresentação dos resultados. Essa diferença ocorreu em função de haver, no momento da descrição do segundo e do terceiro itens, uma maior densidade dos resultados a partir de cada temática analisada, tornando-se mais didática a demonstração através das famílias parafrásticas encontradas. Nesta primeira análise, os resultados não consistiam numa quantidade significativa que necessitasse da subdivisão antecipadamente.

4.1.1.1 Segurança

O jornal representa o direito à segurança pública como não existente no Rio de Janeiro. Ainda que o Estado apresente a iniciativa de enfrentar o crime organizado, na cobertura do *Extra*, entretanto, há uma evidente desvantagem da organização estatal frente à estrutura da criminalidade, acompanhada da desconfiança da população sobre a ética e a eficiência das instituições de proteção.

O jornal denuncia a insuficiência dos instrumentos de segurança nos locais públicos, o desaparecimento da polícia, mesmo com treinamentos especializados, o envolvimento de policiais com corrupção, com a própria contravenção dentro das instituições públicas (ANEXO R), o comportamento irresponsável durante confrontos nas favelas e os resultados pouco efetivos diante de excessivos gastos com operações policiais.

Um dia depois de **denunciarem supostos excessos de policiais** ao comando (...), moradores da favela voltaram a **acusar integrantes da unidade militar por mais um crime**: a morte de um estudante de 18 anos. (SD99)⁴⁰

Bala perdida para todo o lado (SD115)⁴¹

Câmera de ônibus flagra **execução de motorista** (SD126)⁴²

⁴⁰ Título de matéria da Editoria de Geral. PMs acusados de matar jovem. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴¹ Título de matéria da Editoria de Geral. Bala perdida para todo o lado. *Extra*, n. 3.506, 12/08/2007, p. 20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴² Manchete de Capa da Edição de 13/08/07. *Extra*, n.3.507, 13/08/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Bancário **leva tiro na saída de escola de samba** da Tijuca (SD138)⁴³

Um curso de krav-magá, mas **equipamento que é bom, nada** – Agentes da PF aguardam ainda a chegada de detectores (SD93)⁴⁴

À frente do bingo, um delegado (SD111)⁴⁵

Cinco meses após a chegada dos militares para ajudar no combate ao crime organizado no Rio, eles **já gastaram quase R\$ 10 milhões** em hospedagem, mas **só apreenderam 226 quilos de droga**, sendo 5 quilos de cocaína. (SD106)⁴⁶

Além disso, a instância judicial é desacreditada, à medida que o jornal mostra advogados comprometidos com traficantes e a impunidade facilitada pelas decisões judiciais

Advogado ligado ao tráfico tem a prisão decretada (SD161)⁴⁷

Miltão da Mangueira é solto após dois dias de prisão – Foragido desde 1992, ele **saiu por decisão da Justiça** (SD96)⁴⁸

Apesar de descrever a violência como parte do cotidiano do carioca (ANEXO G), o jornal incentiva movimentos de pressão por soluções para o caos urbano, valorizando os protestos populares pelas mortes durante tiroteios nas favelas como forma de pressionar o Estado e as instituições policiais, e enfatizando as operações de enfrentamento dos bandidos. Todavia, os resultados desastrosos (com mortes acumuladas) somente referendam a desconfiança atrelada à série de suspeitas lançadas sobre integrantes das corporações.

Um pedido de paz – Apesar da chuva, **moradores da Penha foram para as ruas pedir paz para o bairro**, que convive, há mais de 30 dias, com uma guerra entre policiais e traficantes (SD71)⁴⁹

Polícia faz operação no Jacaré e mata 8 - A polícia afirma que todos eram bandidos. Quatro policiais e dois moradores ficaram feridos. O objetivo seria prender Alexander de Jesus Carlos, o Choque, **que conseguiu escapar** (SD80)⁵⁰

Em vez da repressão, a ajuda – Cabo que deveria coibir a prostituição ligou do serviço secreto para falar sobre festa com crianças (SD148)⁵¹

⁴³ Título de matéria secundária da Editoria de Geral. Bancário leva tiro na saída de escola de samba. *Extra*, n.3.507, 13/08/07, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴⁴ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Um curso de krav-magá, mas equipamento que é bom, nada. *Extra*, n.3.442, 09/06/07, p.7. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴⁵ Título de matéria da Editoria de Geral. À frente do bingo, um delegado. *Extra*, n.3.443, 10/06/07, p.26. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴⁶ Linha de apoio da Manchete de Capa da edição de 10/06/07. *Extra*, n.3.443,10/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴⁷ Título de matéria da Editoria de Geral. Advogado ligado ao tráfico tem prisão decretada. *Extra*, n.3.509, 15/08/07, p.13. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴⁸ Título e subtítulo de matéria secundária da Editoria de Geral. Miltão da Mangueira é solto após dois dias de prisão. *Extra*, n.3.442, 09/06/07, p.9. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁴⁹ Chamada de Capa da edição de 04/06/07. *Extra*, n.3.437, 04/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁵⁰ Chamada de Capa da edição de 07/06/07. *Extra*, n.3.440, 07/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Segurança é a instância que parece estar ausente da realidade em que vivem os moradores do Rio de Janeiro, especialmente daqueles que residem em áreas próximas às regiões de conflitos entre policiais e traficantes. Dessa forma, como o jornal dirige-se claramente a uma classe desfavorecida socialmente, morador, portanto, prioritariamente das favelas, o direito à segurança pública parece algo irrealizável. Apenas a classe de alto poder aquisitivo, entretanto, é apresentada pelo *Extra* como o grupo que possui alguma condição estrutural de proteger-se contra a violência urbana.

Desde o início dos confrontos entre policiais e bandidos, nos complexos da Penha e do Alemão, **mais de 50 pessoas morreram e cerca de 70 foram feridas a tiros** (SD175)⁵²

Caveirão VIP pelas ruas do Rio – Artistas e autoridades, com medo da violência, passeiam pela cidade a bordo de uma van blindada (SD72)⁵³

Com base nessa análise, chegamos a quatro famílias parafrásticas predominantes no discurso sobre o direito à segurança, descritas no quadro a seguir:

Tabela 3 – Os sentidos do direito à segurança no *Extra*

FP	SD	Total de ocorrências
FP 1 - “Não existe direito à segurança pública no Rio de Janeiro”		132 = 74%
FP 2 - “A estrutura policial está envolvida com a criminalidade”		25 = 14,1%
FP 3 - “A população está mobilizada para denunciar abusos da polícia e protestar contra a violência”		13 = 7,3%
FP 4 - “As classes altas têm condições de se proteger da violência”		07 = 3,9%

*SD = Seqüências Discursivas

4.1.1.2 Política

Além de um direito, a participação política é antes compreendida como um dever para o conceito clássico de cidadania, para as releituras contemporâneas sobre o tema, e também para a definição que adotamos neste trabalho. A dimensão dos direitos sociais é anterior ao dever da participação política, mas prescinde dessa atuação como indissociável à realização da cidadania: a sobrevivência com dignidade é alicerce para o exercício do debate das causas de interesse público. Isso, evidentemente, não está relacionado estritamente à política

⁵¹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Em vez da repressão, a ajuda. *Extra*, n.3.508, 14/08/07, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁵² Subtítulo de matéria da Editoria de Geral. *Extra*, n.3.510, 16/08/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁵³ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Caveirão VIP pelas ruas do Rio. *Extra*, n.3.438, 05/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

partidária, mas também, e, sobretudo, às mobilizações populares e às relações mantidas pela sociedade com as instituições.

Essas questões incidem sobre a interpretação dos demais direitos referidos, e merecem uma análise conjunta no último item deste capítulo. Entretanto, falaremos de política neste tópico entendida como mobilizações, relacionamento do cidadão com os poderes constituídos, e a representação das atividades políticas.

Há uma fenda significativa nas referências à Política durante a amostra exploratória, e na amostra das semanas integrantes do *corpus* definitivo da dissertação. No primeiro caso, encontramos matérias esporádicas, quase uma exceção à ausência absoluta de cobertura de Política nas páginas do *Extra*, evidenciando o que seria a representação de um leitor desinteressado em política. Já nesta análise, as seqüências discursivas relacionadas à Política ocuparam o segundo lugar (119 SDs) entre os seis temas selecionados, com uma pequena desvantagem em relação à Segurança, que ocupa o primeiro lugar em visibilidade no jornal (152 SDs). É importante destacar a centralidade das duas temáticas nesta amostra. Se somadas, as SDs relativas à Segurança e à Política equivalem a praticamente 50% do total de seqüências de todas as seis categorias analisadas.

É preciso dizer, contudo, que essa evidência de quantidade não apresenta pluralidade de pontos de vista, antes disso conduz para um discurso homogêneo, se tratarmos da representação sustentada pelo jornal. Há, em primeiro lugar, uma insistente criminalização dos políticos. Praticamente a totalidade das seqüências apresenta referência ao envolvimento de políticos com a corrupção, a contravenção, as atividades ilegais e o uso irregular de dinheiro público. De acordo com o diretor de redação, Bruno Thys⁵⁴, neste período a editoria poderia ser nominada como “Políticia”, uma espécie de hibridismo entre Política e Polícia.

MP investiga **crime eleitoral em campanha** – O Ministério Público Eleitoral quer dados da 6ª Vara Criminal Federal sobre **políticos que teriam recebido dinheiro do bicho** (SD438)⁵⁵

Preso o rei das vans de São Gonçalo – O **vereador** Mota da Coopasa **foi preso** em São Gonçalo acusado de chefiar uma máfia que extorquia dinheiro de vans (SD444)⁵⁶

⁵⁴ Em entrevista à autora da dissertação, realizada por correio eletrônico, em 15 de janeiro de 2008.

⁵⁵ Chamada de Capa da Edição de 04/06/07. *Extra*, n.3.437, 04/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁵⁶ Chamada de Capa da Edição de 05/06/07. *Extra*, n.3.438, 05/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Vereador avisava a Anísio sobre ações da polícia – Grampo da PF revela que Marival Gomes, de Niterói, passava informações para os bicheiro (SD484)⁵⁷

Núbia terá que se explicar – Vereador quer CPI para apurar **com que dinheiro a prefeita publicou revista de autopromoção** (SD446)⁵⁸

Há apenas uma matéria, durante o período analisado, em que um político é apresentado como correto, mas se trata do autor de um projeto que instituiu a ilegalidade do sistema de ciclos nas escolas municipais do Rio de Janeiro, posição defendida abertamente pelo *Extra*.

Para o autor do decreto legislativo que derrubou a aprovação automática nas escolas municipais, Doutor Jairinho, **a Câmara cumpriu seu papel** ao anular a Resolução 946, assegurando que **a opinião da sociedade fosse respeitada**. (SD467)⁵⁹

À exceção desse caso, os deputados, os vereadores, os prefeitos e os governadores são apresentados pelo jornal sempre em situações suspeitas, se não diretamente, através de familiares, construindo um discurso de total descrédito e desconfiança sobre os políticos.

Segundo a lista, **uma das maiores beneficiárias teria sido a ex-governadora Rosinha Garotinho**, com uma doação de R\$ 1,6 milhão paga em três parcelas. (SD453)⁶⁰

Filho de vereador de Meriti é preso – Jovem é acusado de ser o maior receptor de cascos de bebida do Rio (SD459)⁶¹

Além disso, o perfil de oportunistas, omissos e irresponsáveis é frequentemente associado aos políticos das mais diferentes instâncias. Soma-se a isso um resíduo de folclorização e de tratamento pejorativo, às vezes explorando características pessoais e de intimidade, que era verificado mais fortemente nas análises exploratórias, mas aparece, mesmo que de forma mais branda, nessas semanas avaliadas.

Alguns colegas já ouviram Cafeteira declarar que **deve sua vida** a Sarney. O ex-presidente o teria socorrido no início do ano, depois de um infarto. (SD478)⁶²

O governo só nos procurou nos dias subsequentes à morte de João Hélio. Depois nos esqueceu. **O Estado é omissos** nesse tipo de coisa. (SD489)⁶³

⁵⁷ Manchete principal da edição de 08/06/07. *Extra*, n.3.441, 08/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo

⁵⁸ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Núbia terá que se explicar. *Extra*, n.3.438, 05/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁵⁹ Para autor do projeto, Câmara cumpriu seu papel. *Extra*, n.3.440, 07/06/07, p.06. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁶⁰ Doações de campanha na mira da Justiça Eleitoral. *Extra*, n.3.438, 05/06/07, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁶¹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Filho de vereador de Meriti é preso. *Extra*, n.3.439, 06/06/07, p.13. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁶² Réu sim, mas no cargo. *Extra*, n.3.440, 07/06/07, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁶³ Sem João há 4 meses. *Extra*, n.3.441, 08/06/07, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Tanto o Presidente Lula quanto o ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, são descritos em situações de exploração emocional, ampliando a incursão da esfera privada para o interesse público, como é característico da linguagem dos jornais populares.

Avisado pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, de que a polícia federal faria buscas na casa de seu **irmão mais velho**, (...) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava na Índia, **reagiu com irritação**. (...) Com elogios ao irmão, **visivelmente triste**, Lula disse não acreditar que ele tenha praticado atividade ilegal. (SD456)⁶⁴

Desaforos através de cartas – Renan e Lyra trocam também ameaças. Sociedade entre os dois é investigada (SD538)⁶⁵

Os registros de protestos e de mobilizações feitos pela população – na relação direta com a política, posto que já foram descritos em situações que envolvem os direitos sociais – são significativos, pois reiteram a característica de entendimento da importância dos movimentos para a pressão e para a ampliação das possibilidades de relacionamento institucional. Há, em alguns casos, uma estratégia de desqualificação das manifestações, mas que não pode ser compreendida como uma generalização, visto que nos demais casos, os protestos são apresentados como consequência de conscientização e da disputa de forças entre campos sociais, o que caracteriza uma forma de participação política efetiva.

No evento, Lula e Cabral **enfrentaram vaias** de um grupo de funcionários e estudantes. Os manifestantes pediam concurso para novos professores e usavam narizes de palhaço. O governador chegou a pedir que a maioria do público vaiasse o grupo que fazia o protesto e **os chamou de pequenos burgueses**. Lula disse para Cabral não se importar com a manifestação. (SD537)⁶⁶

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, **foi vaiado** ao chegar ontem ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, para uma reunião com parentes das vítimas do voo 3054 da TAM, e teve de entrar por uma porta lateral para fugir da manifestação. Cerca de 30 pessoas, vestidas de preto, **diziam fazer parte do Movimento Luto Brasil**. (SD527)⁶⁷

Durante a solenidade, **estudantes cobraram do governo** a criação de um passe livre para universitários (SD369)⁶⁸

Entretanto, mesmo que o jornal proporcione espaço às manifestações populares, é no discurso sobre política que está localizada a hegemonia mais forte de uma família parafrástica, que possui como enunciado-síntese “*Os políticos estão comprometidos com atos ilícitos*”, como poderemos observar na tabela a seguir.

⁶⁴ Defesa da PF e do irmão. *Extra*, n.3.439, 06/06/07, p.07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁶⁵ Título e subtítulo de matéria da Editoria O País. *Extra*, n.3.511, p.21, 17/08/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁶⁶ Manguinhos ganhará Pedro II. *Extra*, n.3.511, 17/08/07, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo

⁶⁷ Jobim vaiado, mas Kersul é que chora. *Extra*, n.3.509, 15/08/07, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo

⁶⁸ Manguinhos ganhará Pedro II. *Extra*, n.3.511, 17/08/07, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo

Tabela 4 – Os sentidos da política no *Extra*

FP	SD	Total de ocorrências
FP 1 - “Os políticos estão comprometidos com atos ilícitos”		62 = 82,6%
FP 2 - “A população é consciente do poder de pressão política das mobilizações”		13 = 17,3%

4.1.1.3 Trabalho

O tema do Trabalho é apresentado pelo *Extra* como circunscrito fundamentalmente aos serviços públicos e à luta dos desempregados ou dos trabalhadores de outros setores para conquistar uma vaga que garanta a estabilidade proporcionada pela estrutura estatal. Estão ausentes, na cobertura do *Extra* neste período, temáticas como o trabalho informal, alternativas para fugir do desemprego sem buscar vagas em contratos estáveis, ou mesmo o incentivo ao empreendedorismo. Os desdobramentos da condição de trabalhador com vínculo formal, principalmente no serviço público, tais como direitos trabalhistas, adicionais relevantes para a renda dos trabalhadores e as negociações para reajustes são temática obrigatória nas pautas relacionadas ao Trabalho.

Corrida atrás do **desejo de ser PM** – Candidatos lotam o Maracanã na disputa por duas mil vagas de soldado (SD225)⁶⁹

Abono do Pasep pode ser pago no contracheque – **Funcionários do Estado e da União não precisam ir ao banco** sacar benefício (SD238)⁷⁰

Após **oito meses na mesa de negociações** – em que **sindicatos reivindicavam** perdas de um lado e o **estado dizia** não ter recursos do outro – o governador Sergio Cabral finalmente anunciou ontem um reajuste salarial linear de 25%, pago em 24 parcelas, para os servidores estaduais da Saúde, Educação e da Segurança Pública (SD272)⁷¹

Sem ser relacionado à dimensão de direito social que deveria ser suprido pelo Estado, o trabalho é entendido como uma tarefa de desempenho particular, atrelada à competência específica de cada indivíduo. O jornal manifesta-se restritivo aos movimentos grevistas, salientando o prejuízo aos serviços prestados à população, apresentando o Estado como uma entidade diplomática nas negociações, e as representações sindicais como intransigentes.

⁶⁹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Corrida atrás do desejo de ser PM. *Extra*, n.3.437, 04/06/07, p.3. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷⁰ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. *Extra*, n.3.410, 07/06/07, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo

⁷¹ Estado concede aumento de 25% em dois anos. *Extra*, n.3.510, 16/08/07, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Receitas para o sucesso – Nova coleção do Extra **ajudará o leitor a conquistar oportunidades** e a enfrentar situações em casa e no trabalho (SD245)⁷²

Segundo Cabral, o impacto na folha será R\$ 30 milhões em 2007 e de R\$ 80 milhões no ano que vem: - Reconhecemos que são áreas prioritárias. **Fizemos um esforço** para aumentar a receita e cortar custos. **É o que podemos** dar de aumento (SD273)⁷³

...e **sindicatos respondem com ameaças de greve** (SD274)⁷⁴

Há, adicionalmente, uma referência distintiva, que sugere uma discussão polêmica e definidora de um lugar assumido pelo jornal, pelo menos neste caso, de disposição para debater a desigualdade de gênero: uma matéria que revela o acúmulo de trabalho pelas mulheres, e a discriminação que elas sofrem em termos de salários e de possibilidade de ascensão no mercado de trabalho.

Trabalho sem folgas e salário – Estudo revela que **mulheres dedicam três vezes mais tempo aos afazeres domésticos do que os homens** (SD230)⁷⁵

No discurso sobre o trabalho, encontramos três sentidos predominantes:

Tabela 5 – Os sentidos do direito ao trabalho no *Extra*

FP	SD	Total de ocorrências
FP 1 – “O emprego como funcionário público é a prioridade dos leitores”		38 = 59,3%
FP 2 – “Os leitores desconhecem os direitos trabalhistas e os requisitos para o mercado de trabalho, precisam de orientação”		21 = 28%
FP 3 – “O público do jornal tem baixa qualificação para o mercado de trabalho, e o jornal pode ajudar a melhorar essa situação”		05 = 6,6%

4.1.1.4 Educação

Entre os direitos sociais, o acesso à Educação parece ser aquele que o *Extra* considera parcialmente atendido pelo Estado, em termos minimamente adequados. A precariedade da estrutura pública de ensino é denunciada, assim como a desorganização pedagógica e a

⁷² Título e subtítulo de matéria de página com selo Promoção. Receitas para o sucesso. *Extra*, n.3.443, 10/06/07, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷³ Estado concede aumento de 25% em dois anos. *Extra*, n.3.510, 16/08/07, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷⁴ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. ...e sindicatos respondem com ameaça de greve. *Extra*, n.3.510, 16/08/07, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷⁵ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Trabalho sem folgas e salário. *Extra*, n.3.437, 04/06/07, p.18. Rio de Janeiro: Infoglobo.

ausência de critérios objetivos da administração pública no relacionamento com os professores e com os funcionários das escolas (ANEXO S). Contudo, há uma identificação da comunidade escolar contemplada pelo acesso à educação pública, e das iniciativas do Estado em implementar mudanças no sistema de ensino e atividades pedagógicas inovadoras que, mesmo isoladas (ANEXO L), são apontadas como referenciais e de resultados efetivos.

De caça-níquel a computador – **Alunos aprendem informática em máquinas montadas a partir do jogo eletrônico** (SD383)⁷⁶

Lições que ajudam no tratamento – Hospital de Campos dá aulas para crianças internadas (SD334)⁷⁷

É muito, muito relevante, claro, mas não mais do que as conhecidas **deficiências do nosso sistema de educação** (na capital e outros municípios do estado), entre os quais a **falta de professores** e a recuperação de escolas que estão, literalmente, **caindo aos pedaços** (SD326)⁷⁸

Dúvidas, desinformação, ordens descontraídas. A duas semanas do conselho de classe, alunos e professores das escolas municipais **não sabem que regras estão valendo** para a avaliação do aprendizado (SD355)⁷⁹

Professores, pais e alunos participaram ontem de uma **manifestação contra as mudanças** na forma de avaliação dos alunos da rede municipal (SD324)⁸⁰

Embora seja um campo no qual a crítica à precariedade do sistema não aparece de forma tão direta quanto nos campos da Segurança e da Saúde; é possível perceber uma disputa política do *Extra* com as concepções da Prefeitura do Rio de Janeiro na área da Educação. Há uma seqüência de matérias sobre as dificuldades de diálogo do Estado com a comunidade escolar; que fazem críticas à falta de orientação que deveria ser prestada pela administração; e que colocam sob suspeita as intenções do governo municipal com determinadas propostas de modificações na estrutura de ensino, como a inserção do sistema de ciclos, rotulado como o método da “aprovação automática” pelo *Extra*.

Luta pelo direito de avaliar – Professores exigem que prefeitura cumpra o decreto que acabou com a aprovação automática no Rio (SD361)⁸¹

Prova pode. Reprovar, não – Município republica com mudanças a resolução que instituiu sistema de ciclos, mas não altera forma de avaliação (SD316)⁸²

⁷⁶ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. De caça-níquel a computador. *Extra*, n.3.511, 17/08/07, p.14. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷⁷ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Lições que ajudam no tratamento. *Extra*, n.3.442, 09/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷⁸ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.439, 06/06/07, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁷⁹ Alunos da rede municipal não terão conceito. *Extra*, n.3.509, 15/08/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸⁰ Câmara derruba aprovação automática. *Extra*, n.3.439, 06/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸¹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Luta pelo direito de avaliar. *Extra*, n.3.510, 16/08/07, p.14. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Outro episódio em que é perceptível o conflito político é uma matéria em que o jornal transparece saudosismo ao elogiar iniciativas de administrações anteriores, consideradas referenciais, que se encontram desestruturadas hoje. Os argumentos sustentados por fontes ligadas à administração municipal são confrontados à ênfase sobre a defesa da opinião do *Extra*.

Um outro Brizola, um **outro Ciep** – Neto do ex-governador trabalha em unidade e **crítica mudanças** (SD349)⁸³

Na Justiça, para não reprovar – Cezar Maia diz que decreto da Câmara anulando sistema de ciclos é inconstitucional e avisa que vai recorrer (SD327)⁸⁴

Sistema de ciclos **não garante sucesso escolar** (SD342)⁸⁵

Ao final da análise, chegamos a quatro famílias parafrásticas predominantes, que enfatizam a crítica à desorganização do sistema de educação, mas, ao mesmo tempo, apresentam destaque às iniciativas bem sucedidas e à conscientização da comunidade escolar.

Tabela 6 – Os sentidos do direito à educação no *Extra*

FP	SD	Total de ocorrências
FP 1 – “O sistema de ensino público é desorganizado”		26 = 38,9%
FP 2 - “Há iniciativas inéditas no sistema público de educação que superam as dificuldades estruturais e têm resultados significativos”		18 = 28,1%
FP 3 -“A comunidade escolar é mobilizada e acompanha os debates do setor”		15 = 23,4%
FP 4 - “O leitor precisa melhorar a formação, e o jornal pode ajudar nisso”		08 = 12,5%

4.1.1.5 Saúde

O acesso à Saúde, ainda que contemplado de forma parcial pela estrutura da rede pública, é percebido pelo *Extra* como um direito negligenciado à população, por ser prestado

⁸² Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Provar pode. Reprovar não. *Extra*, n.3.438, 05/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸³ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Um outro Brizola, um outro Ciep. *Extra*, n.3.509, 15/08/07, p.13. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸⁴ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Na Justiça, para não reprovar. *Extra*, n.3.440, 07/06/07, p.06. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸⁵ Chamada de Capa da edição de 10/06/07. *Extra*, n.3.443, 10/06/07. Rio de Janeiro: Infoglobo.

com ineficiência. As seqüências discursivas abordam a desorganização dos hospitais, atendimento precário e as péssimas condições de trabalho para os profissionais.

Mas ao chegar no Cemitério, a família descobriu que **quem estava dentro do caixão era um homônimo**. (SD393)⁸⁶

Pacientes ficam sem exame no Rocha Faria – Tomógrafo e Raio X estão quebrados (SD413)⁸⁷

Caos em hospital cardíaco – Vistoria flagra mofo e desabastecimento (SD418)⁸⁸

As inaugurações de novos postos de saúde e a entrega de novos equipamentos têm destaque, mas são acompanhadas do contraponto de desqualificação com a suspeita de serem usadas para dividendos políticos, e por acontecerem simultaneamente ao sucateamento de unidades importantes para o atendimento à população. Embora mantenha essa ressalva, o jornal demonstra uma preferência política pelo governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (em contraposição ao prefeito César Maia), mas não deixa de elogiar iniciativas de novos programas públicos municipais de assistência social.

Servidor terá direito a dentista – Convênio da Prefeitura do Rio incluirá assistência odontológica a partir de setembro (SD396)⁸⁹

Irajá ganha superposto 24 horas – Governo inaugura segunda unidade de pronto-atendimento, com capacidade para receber 600 pessoas ao dia (SD408)⁹⁰

A assinatura do decreto (...) aconteceu durante a **entrega de 38 ambulâncias** do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) pelo Ministério da Saúde (SD401)⁹¹

Enquanto os quatro telões de plasma montados no **palanque de Cabral** em Irajá mostravam as modernas instalações da nova UPA, centenas de pacientes do Hospital Estadual Rocha de Faria **deixavam de ser atendidos por falta de equipamento**. (SD414)⁹²

Ainda assim, o *Extra* publica uma matéria em que ressalta a eficiência de um programa criado por uma entidade não-governamental, salientando a substituição do papel do Estado por uma iniciativa da sociedade civil.

⁸⁶ Família recebe corpo errado no enterro. *Extra*, n.3.437, 04/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸⁷ Título e Subtítulo de matéria da Editoria Viva Mais. Pacientes ficam sem exame no Rocha Faria. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸⁸ Título e subtítulo de matéria da Editoria Viva Mais. Caos em hospital cardíaco no Humaitá. *Extra*, n.3.511, 17/08/2007, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁸⁹ Título e Subtítulo da Editoria de Economia. Servidor terá direito a dentista. *Extra*, n.3.440, 07/06/07, p.21. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹⁰ Título e Subtítulo de matéria da Editoria Viva Mais. Irajá ganha superposto 24 horas. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹¹ Iaserj abre serviço à população. *Extra*, n.3.440, 07/06/07, p.23. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹² Pacientes ficam sem exame no Rocha Faria. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Eles vão aonde o estado não vai – Em bocas-de-fumo, redutores de danos dão conselhos a usuários de crack, descritos por especialistas como agressivos (SD395)⁹³

Pudemos observar que, além de ser a categoria onde ocorreu o menor número de seqüências discursivas no período analisado (44SDs), não há uma delimitação específica de um campo de sentido no discurso relacionado à saúde. Há um equilíbrio entre duas famílias parafrásticas: a que identifica a precariedade do sistema e, de outro lado, a que reconhece as iniciativas do Estado em proporcionar melhor atendimento à população:

Tabela 7 – Os sentidos do direito à saúde no *Extra*

FP	SD	Total de ocorrências
FP 1 - “O sistema de saúde pública é precário”		22 = 50%
FP 2 - “Novas estruturas e programas públicos oferecem melhor atendimento à população, mas de forma isolada”		22 = 50%

4.1.1.6 Consumo

O tema do Consumo é o único em que podemos afirmar que o jornal *Extra* constrói uma representação mais avançada em termos de consideração desse campo como um direito legalmente constituído, seja através das instituições representativas ou da atuação do consumidor, embora mantenha um estereótipo de marginalidade deste. O jornal apresenta com clareza e com objetividade as instituições de defesa do consumidor, alerta o leitor para casos de desrespeito ao direito do consumidor e orienta sobre os procedimentos a serem seguidos.

Fábrica da Barbie devolverá dinheiro - Tudo porque os produtos apresentaram problemas e oferecem riscos às crianças (SD32)⁹⁴

Quem teve dificuldade de obter os documentos necessários para ir à Justiça **deve, agora, aguardar o desfecho das ações** civis públicas (SD29)⁹⁵

Já o **Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor** (Idec) ressaltou que, desde a criação da ANS (SD10)⁹⁶

⁹³ Título e subtítulo de matéria da Editoria Viva Mais. Eles vão aonde o Estado não vai. *Extra*, n.3.439, 06/06/2007, p.21. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹⁴ Chamada de Capa. *Extra*, n.3.508, 14/08/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹⁵ Mutirão para ações da poupança. *Extra*, n. 3.508, 14/08/2007, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹⁶ Planos de saúde mais caros. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Os representantes das instituições de defesa são tratados com deferência, citados como fonte de esclarecimento. Há uma evidente vigilância sobre empresas que estejam burlando os direitos do consumidor (ANEXO T), ressaltando a reparação praticamente imediata dos danos na quase totalidade dos casos, embora o jornal deixe claro também que há muitas situações de infração ao Código de Defesa do Consumidor, possibilitadas freqüentemente pelo desconhecimento dos consumidores a respeito de seus próprios direitos.

Pesquisa realizada pela Pro Teste mostrou que os cartões de lojas de departamentos e supermercados **não são totalmente gratuitos como parecem** (SD21)⁹⁷

Enquanto isso, **Nokia recolhe baterias de celular** – Maior fabricante mundial de aparelhos móveis anuncia troca de 46 milhões de componentes por risco de superaquecimento (SD39)⁹⁸

As empresas vão à China em busca de **mão-de-obra e materiais mais baratos, mas a segurança está sendo sacrificada** – disse Rachel Weintraub, **diretora de Segurança de Produto da Federação de Consumidores da América**. (SD37)⁹⁹

É notória também a atenção a alguns temas básicos de busca de vinculação com o público-alvo do jornal: finanças (com destaque para inadimplência, relação com agências bancárias e financiamentos), produtos de alimentação básica (leite, refeições de baixo custo) e produtos de tecnologia (celulares, eletrodomésticos).

Leite de caixinha mais caro no supermercado – Aumentos chegaram a 38%. Preço deve ultrapassar R\$ 2 até o fim do mês (SD07)¹⁰⁰

Cliente economiza se trocar de banco – É cada vez maior o número de clientes com dívidas que estão trocando de banco, atraídos por vantagens oferecidas por instituições financeiras (SD23)¹⁰¹

Consumo, portanto, para o *Extra*, é um setor no qual o leitor tem um direito legalmente constituído, com instituições de defesa atuantes e bem definidas, e com uma vigilância cotidiana do jornal sobre produtos de alimentação, tecnologia e serviços bancários. Apesar de haver irregularidades, as empresas estão atentas para reparar prejuízos ao consumidor, cientes de que esse é um setor onde há vigilância, e de que o consumidor está a

⁹⁷ Supermercados e lojas cobram tarifas pelo cartão próprio. *Extra*, n.3.506, 12/08/07, p.29. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹⁸ Enquanto isso, Nokia recolhe baterias de celular. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.3. Rio de Janeiro: Infoglobo.

⁹⁹ Não é brinquedo, não. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.3. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁰⁰ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Leite de caixinha mais caro no supermercado. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁰¹ Troca de banco a todo vapor. *Extra*, n. 3.508, 14/08/2007, p.13. Rio de Janeiro: Infoglobo.

cada dia melhor informado sobre seus direitos. Esta última questão é o destaque principal, na confluência de três famílias parafrásticas predominantes na temática do Consumo

Tabela 8 - Os sentidos do direito do consumidor no *Extra*

FP	SD	Total de ocorrências
FP 1 – “O consumidor desconhece seus direitos, mas está em busca de orientação”		13 = 41,9%
FP 2 – “As empresas reparam os consumidores lesados”		10 = 32,2%
FP 3 - “As instituições de defesa do consumidor são atuantes”		08 = 25,8%

4.1.2 Como o jornal se representa nas temáticas relacionadas à cidadania

Após sistematizarmos as representações dos direitos, passamos a pesquisar o papel que o *Extra* atribui a si mesmo nas questões relacionadas à cidadania. São quatro famílias parafrásticas recorrentes, que apresentamos a seguir.

4.1.2.1 Vigilante das instituições e denunciante de irregularidades

Este é o lugar que está sedimentado quando *Extra* discute política, mais especificamente dos políticos detentores de cargos públicos eletivos. O jornal assumiu, neste período analisado, uma função de vigilância permanente sobre políticos envolvidos com irregularidades, consolidando um lugar de denúncia sistemática de dezenas de casos de contravenções envolvendo políticos da região de cobertura do *Extra*. Empreendeu investigações minuciosas (publicadas com exclusividade), originou inquéritos policiais e investigações parlamentares em função de suas matérias, acompanhou permanente dos casos para pressionar as instituições por resultados nas investigações, e atuou como inquisidor de suspeitos.

Pastor entre a cruz e a espada – **Prefeito de Japeri está na mira da Justiça por evolução patrimonial incompatível com sua renda** (SD501)¹⁰²

¹⁰² Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Pastor entre a cruz e a espada. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Em abril, o *Extra* publicou reportagem exclusiva sobre o relatório da PF que investigava o apoio da cúpula do jogo do bicho a candidatos a cargos eletivos em 2006. O documento, que deu origem à Operação Furacão, cita o nome de Marival Gomes, policial civil licenciado (SD487)¹⁰³

Procurado pelo *Extra*, o vereador argumentou que não poderia se posicionar, porque não se recordava da ligação (SD486)¹⁰⁴

Nas seqüências discursivas relacionadas à Saúde e à Educação, o jornal coloca-se na posição de denunciante, ao chamar a atenção para a precariedade da estrutura pública (ANEXO Q); de vigilância e pressão sobre as instituições, através de matérias que, ao enfatizar pontos de conflito com iniciativas da administração, formaram opinião e geraram protestos; e de mediador das relações dos indivíduos com as instituições.

Cirurgias de (mais) risco no Brasil – Número de cardíacos que morrem no país após serem operados é **duas vezes maior que o aceitável** (SD405)¹⁰⁵

A assessoria da Secretaria estadual de Saúde **disse que já está sendo providenciado o conserto dos equipamentos** e que, enquanto isso, vão substituí-los para suprir as necessidades do hospital (SD416)¹⁰⁶

Reivindicada por alunos e seus pais – contrários às mudanças que o município tenta implantar na rede pública – **a velha reprovação consta do histórico escolar de alguns profissionais renomados**. Apesar da experiência, eles não desistiram, continuaram estudando e se destacaram em suas carreiras (SD329)¹⁰⁷

Ao editar suplementos promocionais cujo objetivo é proporcionar qualificação profissional, o *Extra* entra em um nicho no qual atua com papel institucional e denuncia a defasagem de instrução característica do público a que se dirige.

Quem comprar diariamente o jornal e juntar os 60 selos publicados na primeira página vai poder **trocá-los por um livro** de capa dura mais quatro CDs-Rom. Com tudo isso em mãos, **fica bem mais fácil e agradável aprender a língua mais falada no mundo** (SD312)¹⁰⁸

A postura de denunciante, pautando ações da própria polícia, é somada à de crítica constante às instituições públicas e à ineficiência do Estado. Contudo, a crítica manifesta pelos políticos em resposta ao jornal, transparecendo desconfiança em relação ao trabalho da mídia, também são publicadas pelo *Extra*. Uma estratégia inteligente de demonstrar o espaço

¹⁰³ Guimarães a Marival: “o tio vai falar”. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.09. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁰⁴ Guimarães a Marival: “o tio vai falar”. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.09. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁰⁵ Título e subtítulo de matéria da Editoria Viva Mais. Cirurgias de (mais) risco no Brasil. *Extra*, n.3.508, 14/08/2007, p.16. Rio de Janeiro: Infoglobo. Manchete Viva Mais 14/08/2007)

¹⁰⁶ Pacientes ficam sem exame no Rocha Faria. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁰⁷ Na Justiça, para não reprovar. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.06. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁰⁸ Curso de inglês une o útil ao agradável. *Extra*, n.3.437, 04/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

para o contra-ponto e para as versões discordantes, embora essas opiniões sejam sutilmente deslegitimadas e desconstruídas pelo discurso do próprio jornal.

O presidente da Câmara de Niterói, José Vicente Filho (PPS), foi cauteloso ao comentar o assunto. - **Não podemos execrar o vereador com informações de jornais** (SD495)¹⁰⁹

Há tempos a população acompanha o **empurra-empurra de responsabilidades, que mina a confiança do poder público**. Por trás da exploração do jogo está uma disputa de interesses protagonizada por uma **máfia que, de acordo com as investigações, tem laços com políticos e policiais** (SD445)¹¹⁰

Nos casos de desrespeito ao direito do consumidor, o jornal coloca-se como instrumento de pressão, parecendo posicionar-se antes ao lado do consumidor lesado, mesmo que legitime a posição das empresas como plausíveis, e também de denúncia, oferecendo ampla cobertura ao acompanhamento das reparações e punições às empresas.

Fabricante anuncia recall de 850 mil produtos no Brasil. Pollys, Barbies e Batmans **apresentam risco às crianças** (SD33)¹¹¹

Falta de segurança e burocracia para o consumidor (SD35)¹¹²

A empresa de telefonia **afirmou**, em nota, que a Claro **sempre cumpriu** todas as **determinações legais** a respeito da comercialização de aparelhos. **Informou ainda que não há decisão definitiva** sobre a questão do hard lock, não havendo, portanto, necessidade de comparecimento às lojas (dos usuários envolvidos) (SD56).¹¹³

O diretor do órgão, Ricardo Morishita, afirmou que também foi emitida uma nota para **obrigar o recolhimento dos brinquedos** defeituosos das lojas. Se continuarem a ser vendidos, **os comerciantes podem ser responsabilizados** por isso (SD53)¹¹⁴

O *Extra* coloca-se também como denunciante de ocasiões que necessitem de exposição a situações-limite, para obtenção de condições de disputa no mercado de trabalho, e de situações que representem ameaça à ampliação das vagas no serviço público, delimitando um papel de pressão sobre o Estado, ainda que o trabalho não seja claramente identificado como um direito social.

¹⁰⁹ Corregedoria na cola de Marival. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.09. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹⁰ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.438, 05/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹¹ Subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Não é brinquedo, não. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹² Título de matéria secundária da Editoria de Economia. Falta de segurança e burocracia para o consumidor. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹³ Anatel veta bloqueio de celular. *Extra*, n.3.511, 17/08/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹⁴ Falta de segurança e burocracia para o consumidor. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Convidado pelo Extra a sentir na pele o que é ir atrás de uma oportunidade no mercado de trabalho, o secretário saiu do Centro de Trabalho e Renda Professor Paulo Freire **cansado. Foram três horas de espera** só para entrar no posto e mais alguns minutos para ser atendido efetivamente (SD241)¹¹⁵

Trem da alegria **ameaça** criação de cem mil vagas – Propostas na Câmara que efetivam terceirizados **podem impedir concursos** (SD266)¹¹⁶

O posicionamento do *Extra* na temática da Segurança é dúbio. Ao mesmo tempo em que se coloca como um meio de pressão sobre os acusados de crimes, estruturando coberturas que parecem buscar auxiliar as investigações policiais, estimulando o leitor a denunciar suspeitos, o jornal constrói seu discurso alicerçado no descrédito sobre a eficiência do Estado e sobre a seriedade dos policiais no combate à criminalidade.

Beltrame critica ação da PM – Secretário diz que **faltou planejamento à operação** no Jacarezinho que resultou na morte de manicure Manchete Geral (SD196)¹¹⁷

Eu sei que vamos voltar a sofrer com a divulgação do vídeo, mas não dá para saber que esse assassino está solto e, possivelmente, deixando outras famílias órfãs como a nossa. **Tomara que ele seja preso logo – torce** outro parente da vítima (SD132)¹¹⁸

(...)os moradores **acusam os policiais** de invadirem suas casa para roubar dinheiro e pertences, além de abusar sexualmente das mulheres (SD102)¹¹⁹

Parece atuar, simultaneamente, como denunciante (ao publicizar operações policiais e prisões) e investigador (ao fazer denúncias e apresentar irregularidades), criticando o excesso de impunidade, a falta de resultados no combate à violência e a eficiência de organização dos criminosos. De outro modo, ainda que priorize a versão oficial, salientando os argumentos dos policiais nas circunstâncias de mortes em confrontos, a versão da comunidade é usada como contraponto, colocando sob suspeita os atos das instituições que deveriam oferecer proteção (ANEXO K).

Outros seis homens que, **segundo a polícia**, estariam armados e espalhados em lajes, também foram atingidos pelos policiais (SD81)¹²⁰

PMs acusados de matar jovem – Moradores dizem que morte de estudante seria retaliação por denúncias feitas ao comando do batalhão (SD98)¹²¹

¹¹⁵ Três horas na fila do desemprego. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.32. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹⁶ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Trem da alegria ameaça criação de cem mil vagas. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.18. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹⁷ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Beltrame critica ação da PM. *Extra*, n.3.511, 17/08/2007, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹⁸ Família quer punição do crime. *Extra*, n.3.507, 13/08/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹¹⁹ PMs acusados de matar jovem. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²⁰ Chamada de Capa da Edição de 07/06/2007. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²¹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. PMs acusados de matar jovem. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Tráfico de Vigário **tinha paiol** embaixo das casas (SD153)¹²²

Talvez seja possível concluir que, mesmo que demonstre expectativa na ação dos policiais, o *Extra* mantém a desconfiança relacionada à corrupção e à ineficiência da estrutura estatal, procurando dar voz aos populares. Pode ser considerada uma forma de vigilância inerente à função da imprensa, mantida com relativa isenção, por não evidenciar privilégios demasiados a determinada versão, e também por possibilitar um alinhamento ao pensamento relacionado aos direitos humanos, no sentido de buscar alguma forma de proteção às populações mais propensas à marginalidade, por estarem próximas do circuito da criminalidade.

Ao longo deste ano, a polícia do Rio deu provas suficientes de sua **capacidade de obter vitórias sobre o crime** baseadas, exclusivamente, no trabalho de inteligência, sem uso de armas de fogo. Mas, em contrapartida, **a população de muitas comunidades continua exposta ao fogo cruzado** (SD193)¹²³

Mais uma vítima inocente – Dona-de-casa da Vila Cruzeiro é ferida por bala perdida após blindado da PM entrar na favela (SD89)¹²⁴

4.1.2.2 Instrumento de esclarecimento e de informação especializada

O lugar de orientação especializada é assumido pelo *Extra* predominantemente nas matérias relacionadas ao Trabalho e ao Consumo, mas também à Educação. Além disso, o jornal assume nesse setor um papel de instância mediadora das relações do leitor com as instituições, e de uma forma sutil propõe uma espécie de substituição do papel que deveria ser exercido pelas instituições. O jornal publica suplementos especializados na ampliação de qualificação profissional, coloca-se como instrumento necessário à melhoria da qualidade de vida (ANEXO M), publica matérias de orientação sobre conduta adequada para quem busca trabalho, institui seções de encaminhamento de dúvidas e respostas sobre direitos trabalhistas. Esses mesmos lugares são definidos pelo jornal na temática relacionada à Educação.

Três horas na fila do desemprego – **Convidado pelo Extra**, secretário estadual de Trabalho **experimentou como é ir atrás de uma oportunidade** (SD241)¹²⁵

¹²² Chamada de Capa da Edição de 15/08/2007. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²³ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.510, 16/08/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²⁴ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Mais uma vítima inocente. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²⁵ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Três horas na fila do desemprego. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.32. Rio de Janeiro: Infoglobo.

O Extra vai dar uma mãozinha para os leitores aprenderem, por meio do **auto-desenvolvimento**, a enfrentar seus problemas do dia-a-dia, buscando novas oportunidades para questões sociais, familiares e profissionais. **A receita estará nas bancas** na próxima quarta-feira, quando o jornal lançará a **coleção Sucesso Pessoal** (SD246)¹²⁶

De olho no currículo virtual – Empresas usam Internet para pesquisar informações de candidatos. **Perfil online pode pôr tudo a perder** (SD253)¹²⁷

Ciclos não são fórmula mágica – Especialistas afirmam que cidades também precisam investir na qualidade do ensino para ter resultado (SD343)¹²⁸

Na temática do Consumo, *Extra* coloca-se como um instrumento de orientação direta, tanto sobre eventos gratuitos, promoções e horários favoráveis, como de orientação especializada, nos casos de esclarecer dúvidas sobre financiamentos e relações com agências bancárias.

Feirão terá imóvel **a partir de R\$ 33 mil** – Caixa vai oferecer financiamento de 100% (SD2)¹²⁹

Shoppings ampliam horários – Lojas estendem o funcionamento neste feriadão para aproveitar a proximidade do Dia dos Namorados (SD4)¹³⁰

O economista da Fecomércio João Carlos Gomes **explica** que a redução de **preços nos alimentos** é resultado de uma junção de fatores, incluindo o dólar (SD18)¹³¹

Dólar em alta **pode afetar preço do pãozinho francês** (SD67)¹³²

Os especialistas costumam dar várias dicas para que o **consumidor não entre nas estatísticas de inadimplência** (SD45)¹³³

4.1.2.3 Jornal como formador de opinião

É bastante significativa a atuação do *Extra* com um papel político na área da Educação, trabalhando a formação de opinião para propostas que considera inadequadas sobre mudanças propostas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no sistema de ensino, e buscando

¹²⁶ Receitas para o sucesso. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²⁷ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. De olho no currículo virtual. *Extra*, n.3.506, 12/08/2007, p.28. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²⁸ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Ciclos não são fórmula mágica. *Extra*, n.3.439, 06/06/2007, p.09. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹²⁹ Título e Subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Feirão terá imóvel a partir de R\$ 33 mil. *Extra*, n.3.439, 06/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³⁰ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Shoppings ampliam horários. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.19. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³¹ Comida mais em conta na prateleira. *Extra*, n.3.439, 06/06/2007, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³² Título de matéria da Editoria de Economia. Dólar em alta pode afetar preço do pãozinho francês. *Extra*, n.3.512, 18/08/2007, p.19. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³³ Calote no crediário cai no Rio. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.16. Rio de Janeiro: Infoglobo.

instrumentos para desestabilizar as versões contrárias à defendida pelo jornal. Colabora, para isso, a estratégia de ridicularização da figura do prefeito César Maia. As citações e as manifestações do prefeito são apresentadas de forma caricaturizada. Postura que está alinhada a um entendimento manifesto pelo jornal de generalização dos políticos em torno do oportunismo e da incompetência.

É um direito político (*dos vereadores*) debater um problema e fazer suas críticas, mesmo todos sabendo que (o decreto legislativo) seria inócuo. A imprensa repercutiu e o objetivo foi alcançado. Parabéns à oposição – **ironizou César** (SD468)¹³⁴

Nas matérias sobre Saúde, o jornal define-se também como um agente de formação de opinião, ao elaborar uma discussão sobre os aumentos dos planos de saúde e a ineficiência do sistema de saúde pública.

O trabalhador é **lesado duas vezes**. Primeiro, por não ter acesso a uma rede pública decente de atendimento médico. Segundo, por ter de assistir, impotente, a aumentos fora de sua realidade, tornando a **vida mais difícil** a cada ano que passa (SD404)¹³⁵

4.1.2.4 Porta-voz da opinião pública

Ao enumerar os casos de vigilância e de denúncia sobre os políticos, o *Extra* atribui a si mesmo a função de porta-voz da opinião pública (ANEXO I), colocando-se como o instrumento da indignação comunitária contra o comportamento dos políticos e auto-referenciando a importância da mídia como lugar de fiscalização.

A sociedade continua esperando explicações da Câmara de Vereadores de Niterói com relação à idéia de isentar de IPTU um empreendimento imobiliário do contraventor Antonio Petrus Kalil, o Turcão. (...) **O povo, sem dúvida, não ia gostar da explicação** (SD488)¹³⁶

Do lado de cá, **a mídia tem tido um comportamento impecável** em matéria de cobertura do cenário político. O espantoso, nessa nota do PT, é sua inoportunidade. Às vésperas da liquidação da RCTV, o Senado brasileiro enviou a Chávez uma moção em que pedia que a liberdade de imprensa fosse respeitada (SD444)¹³⁷

Na temática da Saúde, a função de porta-voz é exercida pela divulgação dos interesses do leitor, exercendo pressão sobre as instituições responsáveis pelo sistema de saúde, seja

¹³⁴ Para autor do projeto, Câmara cumpriu seu papel. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.06. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³⁵ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³⁶ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³⁷ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

público ou privado; e pela instituição como fonte credível de informação, ao auto-referendar seu potencial de geração de conhecimento.

Enquanto os trabalhadores **têm que se contentar** com percentuais por vezes abaixo da inflação em seus reajustes salariais, as empresas que administram planos de saúde definem suas mensalidades **como se fizessem parte de uma realidade financeira diferente** da de seus clientes (SD404)¹³⁸

Como o Extra mostrou no domingo, o consumo de crack na cidade explodiu nos últimos meses (SD397)¹³⁹

Tabela 9 – A auto-representação do *Extra* em seu discurso

CA* / FP*	Segurança	Política	Trabalho	Educação	Saúde	Consumo	T
1 – Vigilante e Denunciante	24,7%	33,02%	9,63%	11,92%	11,9%	8,71%	218
2 – Instrumento de esclarecimento e informação especializada	11,5%	2,56%	32%	12,8%	11,5%	29,48%	78
3 - Formador de opinião	27,3%	26%	16,4%	15%	13,6%	1,36%	73
4 - Porta-voz da opinião pública	38,7%	12,9%	25,8%	12,9%	6,45%	3,22%	31

*CA = Categorias de Análise

*FP = Famílias Parafrásticas

Nesse levantamento, torna-se relevante esclarecer que os números têm de ser considerados relativos, visto que uma mesma sequência discursiva pode abrigar mais de uma família parafrástica. Portanto, não há condições de mensurar quantitativamente, com segurança, a importância de cada FP nas categorias de análise. Somado a isso, as diferenças numéricas de ocorrências de SDs também incidem sobre a dificuldade de se obter uma conclusão sobre a predominância de alguma das famílias parafrásticas nas categorias.

4.1.3 Como o jornal representa o leitor

Sistematizamos, neste item, quatro famílias parafrásticas que representam os efeitos de sentido recorrentes na representação do leitor pelo discurso do *Extra*.

4.1.3.1 Em situação de subalternidade e de marginalidade social

¹³⁸ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n. 3.439, 07/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹³⁹ Eles vão aonde o Estado não vai. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p. 21. Rio de Janeiro: Infoglobo.

O leitor que predomina entre o público-alvo do *Extra* é um indivíduo marginalizado, por residir em locais sob ameaça permanente e condicionado ao anonimato, quando apresenta uma versão que confronte a hegemônica. Especificamente na relação com a Segurança, o cidadão transita entre a vulnerabilidade quase total (caso das populações menos favorecidas) e a possibilidade de proteger-se em função da condição financeira, suprimindo a ausência de proteção que deveria ser concedida pelo Estado. Os depoimentos de populares que contrariem a versão policial são obrigatoriamente mantidos sem identificação, reforçando o estigma de subalternidade e de marginalidade, característicos de uma relação de forças marcada pela desigualdade.

Antes dos tiros, um torneio pela paz – Moradores organizam campeonato de futebol, na busca de lazer em meio aos confrontos (SD91)¹⁴⁰

Uma moradora da Vila Cruzeiro, **que preferiu não se identificar**, disse que a rotina das pessoas está completamente alterada em função dos confrontos (SD90)¹⁴¹

Segundo uma das pessoas que socorrem a estudante, **mas que não quis se identificar**, Renata estava calma, disse que tinha sido ferida e chegou a pedir para não deixá-la morrer porque estava grávida e tinha mais dois filhos para criar (SD179)¹⁴²

Uma conclusão importante é a observação da forma de estigmatização das pessoas de classes menos socialmente favorecidas através da associação com o trabalho e com a profissão que desempenham. Indivíduos com melhor escolaridade, que ocupam cargos de maior importância social, não têm expostos detalhes que revelam intimidade, como idade e situação familiar, quando prestam depoimentos ao jornal, e têm suas afirmações introduzidas por verbos que denotam esclarecimento ou orientação. Já as pessoas que estão desempregadas ou têm profissões desvalorizadas socialmente, identificadas como integrantes de classes sociais desfavorecidas, são expostas a relatos que revelam maior intimidade, com detalhes da vida familiar e pessoal, e afirmações introduzidas por verbos que não atribuem diferenciação.

A **tenente-coronel** Ana Cláudia Siciliano, **responsável** pelo Centro de Recrutamento e Seleção de Praças e coordenadora do concurso **explicou**, ontem (SD229)¹⁴³

Foi o caso do **frentista** Edenir Pinto do Carmo, **de 26 anos**. A escolha pela carreira de policial militar foi embasada pela possibilidade de um emprego estável. Ao ser

¹⁴⁰ Título e subtítulo de matéria secundária da Editoria de Geral. Antes dos tiros, um torneio pela paz. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴¹ Mais uma vítima inocente. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴² Grávida também é atingida em confronto e não resiste. *Extra*, n.3.510, 12/08/2007, p.28. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴³ Corrida atrás do desejo de ser PM. *Extra*, n.3.437, 04/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

perguntado se não tinha medo de enfrentar a violência do Rio, ele respondeu: - Hoje em dia, a dificuldade financeira nos leva a procurar estabilidade no emprego (SD228)¹⁴⁴

A representação do leitor na área da Educação está em sintonia com a descrição do perfil relacionado ao Trabalho. O *Extra* entende que o público-alvo do jornal possui baixa escolaridade, portanto baixa qualificação, apresentando, conseqüentemente, baixo poder aquisitivo, insuficiente para lhe permitir investir em ampliação do nível de ensino.

O Ministério da Educação está investindo em uma nova modalidade de cursos profissionalizantes nas escolas estaduais do Rio. A partir de 2008, quatro unidades oferecerão o **ensino médio integrado com a educação profissional** (SD364)¹⁴⁵

Assim como nas seqüências discursivas relacionadas à Saúde, o *Extra* alerta para os prejuízos da precariedade da estrutura pública para a formação de estudantes que dependem da prestação desse serviço pelo Estado: um grupo que está destinado a um futuro de dificuldades, driblado por iniciativas de superação pessoal e competências que são uma exceção à regra.

Crianças pediram a volta das aulas, já que **seis escolas e três creches na região estão fechadas devido à falta de segurança**. (SD440)¹⁴⁶

São 6h em Saracuruna, Duque de Caxias. **Rafael Nunes Ribeiro, de 18 anos, se prepara para ir à aula** (...) Rafael é um dos alunos que vêm utilizando os **computadores montados a partir de caça-níqueis** apreendidos pela Receita Federal (SD384)¹⁴⁷

O consumidor representado pelo *Extra* possui baixo poder aquisitivo (ANEXO L), necessita da estrutura estatal (programas públicos de financiamento) ou eventos públicos (promocionais e gratuitos) para ampliar seu poder de consumo, e está desorganizado financeiramente, pois precisa de orientação para saldar dívidas ou sair da inadimplência. Ainda assim, a ampliação recente e significativa do potencial de consumo das classes D e C, a que o jornal dirige-se prioritariamente, torna-se perceptível no tratamento de assuntos como aplicações financeiras e cartões de crédito.

Por **R\$ 1,30** a mais – **uma fortuna para o consumidor desse tipo de refeição** – um cliente pode comprar o mesmo PF em outro bar (SD15)¹⁴⁸

¹⁴⁴ Corrida atrás do desejo de ser PM. *Extra*, n.3.437, 04/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴⁵ *Extra*, n.3.510, 16/08/2007, p.16. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴⁶ *Extra*, n.3.437, 04/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴⁷ De caça-níquel a computador. *Extra*, n.3.511, 17/08/07, p.14. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁴⁸ Prato feito: barato e com o preço congelado. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.36. Rio de Janeiro: Infoglobo.

O tema do primeiro **livro** da **coleção Sucesso Pessoal**, que estará nas bancas na próxima quarta-feira, é “**Como fugir das dívidas**”. Na obra, **o leitor encontrará sugestões** desde como negociar e fazer acordos até os procedimentos para limpar o nome dos cadastros de proteção ao crédito (SD19)¹⁴⁹

Troca de banco a todo vapor – dados do BC mostram que transferência de dívidas já cresceu 6.000%. **Extra mostra quando vale a pena mudar** (SD24)¹⁵⁰

A modernização das formas de relacionamento com instituições bancárias e a ênfase em produtos de tecnologia são outro indicativo de que o jornal percebe o aumento do poder aquisitivo de seu leitor. Todavia, a disponibilidade de investimento parece estar mais receptiva a esses produtos, enquanto em outros setores, como a alimentação, o *Extra* identifica em seu leitor a busca pela economia e pela redução permanente de gastos.

Segundo a Associação Brasileira de Shoppings Centers, os **artigos de alta tecnologia**, como os celulares com MP3, prometem ser a grande pedida deste **Dia dos Namorados** (SD5)¹⁵¹

Depois de subir até 40%, **leite** entra em **promoção** – Supermercados **baixam os preços para que consumidor volte a comprar** (SD46)¹⁵²

4.1.3.2 Vítima da ineficiência do Estado

Há a evidência flagrante de que o carioca, sobretudo os moradores das favelas, e mesmo de bairros próximos – áreas que freqüentemente são palco de confrontos entre policiais e traficantes – não tem atendido o direito à segurança pública. A exposição a situações de conflito, à troca de tiros e ao risco permanente de morte acidental ou provocada por esses riscos faz parte do cotidiano do carioca, como o jornal *Extra* não somente demonstra como potencializa (ANEXO J). O habitante do Rio de Janeiro é um indivíduo acuado e amedrontado pelo cotidiano da violência, sem poder confiar em instituições que deveriam lhe garantir proteção, mas que procura manifestar-se frente ao Estado e à sua comunidade através de protestos que demonstrem indignação e exijam mudanças.

Moradores do Leme voltaram a se assustar com um novo tiroteio entre bandidos, no fim da noite de domingo, no Morro Chapéu Mangueira (SD77)¹⁵³

¹⁴⁹ Receitas para o sucesso. *Extra*, n.3.443, 10/06/07, p.10. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵⁰ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. *Extra*, n.3.507, 13/08/2007, p.13. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵¹ Shoppings ampliam horários. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.19. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵² Manchete Economia 15/08/2007)

¹⁵³ *Extra*, n.3.438, 05/06/2007, p.09. Rio de Janeiro: Infoglobo.

As escolas funcionaram normalmente, mas **muitos alunos não foram às aulas com medo de troca de tiros** (SD85)¹⁵⁴

Até turistas temem voar sobre favela – Medo de balas perdidas faz com que pilotos excluam rotas aéreas (SD86)¹⁵⁵

O presidente da **Associação de Moradores** disse que Maurício é o **sétimo jovem morto** do mesmo modo **por PMs** nos últimos dois meses (SD101)¹⁵⁶

Após o enterro do estudante, **os moradores fizeram um protesto** na Rua Princesa Leopoldina. Com faixas e cartazes, eles **acusaram** diretamente dois **policiais** de terem cometido o crime (SD102)¹⁵⁷

Todavia, trata-se de uma situação com poucas perspectivas, sobretudo para a população de baixa renda. O jornal demonstra a capacidade das classes mais favorecidas financeiramente em custear uma estrutura privada de segurança que lhes permite também, no caso dos turistas, especialmente estrangeiros, desfrutarem das belezas e lugares turísticos do Rio de Janeiro sem estarem expostos à violência. No entanto, até mesmo para esse grupo o jornal denuncia a restrição que a criminalidade impõe: os tiroteios nas favelas e as balas perdidas disparadas dos núcleos do tráfico estão atingindo o espaço aéreo carioca, ameaçando os aviões que pousam sobre a cidade.

O piloto, além de dar instruções, também realiza vôos com turistas. (...) - **Antes de voar, eles já pedem para não passarmos em favela**, pedem para alterarmos a rota – diz (SD87)¹⁵⁸

A indústria da violência acaba de expandir seu mercado ao criar mais um ramo de negócio no Rio. Agora, **por R\$ 1.200**, já é possível **alugar uma van totalmente blindada para passear pela cidade durante dez horas** (SD73)¹⁵⁹

É importante observar que, ainda que lance suspeitas sobre a atuação policial e estatal, o jornal *Extra* adota a versão da polícia como hegemônica para o relato dos tiroteios nas favelas, atribuindo as mortes em confronto aos traficantes, ou à condição de criminoso da vítima. Em todas as informações sobre mortes nos tiroteios, as vítimas são apreendidas, até prova em contrário, como bandidos, ou como pessoas com alguma ligação com o tráfico. Ou seja, essa informação justifica a morte. Há uma espécie de tese do justicamento nas entrelinhas do que isso propõe.

¹⁵⁴ Polícia mata oito em operação. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵⁵ Título e subtítulo de manchete da Editoria de Geral. Até turistas temem voar sobre favela. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵⁶ PMs acusados de matar jovem. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵⁷ PMs acusados de matar jovem. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵⁸ Até turistas temem voar sobre favela. *Extra*, n.3.441, 08/06/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁵⁹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Caveirão VIP pelas ruas do Rio. *Extra*, n.3.438, 05/06/07, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

De acordo com o relato do policial que registrou a ocorrência, a **execução** estaria **relacionada a uma guerra entre traficantes da região** (SD125)¹⁶⁰

Os outros mortos foram identificados como Lincoln Souza Resende, de 19, e Fábio Souza Lima, de 19. **Segundo a polícia**, eles **teriam envolvimento com o tráfico** (SD170)¹⁶¹

As pessoas da comunidade são posicionadas no lugar de reclamantes, revoltados diante de uma situação latente, com uma argumentação fragilizada em função do desespero. Quando há vítimas que não são consideradas bandidas, suspeitas, ou pessoas que tenham envolvimento com a criminalidade, o jornal trabalha essa questão como a vitimização dos inocentes. O papel de vítima, intensificado pela relação desigual de forças com as corporações que atuam nos serviços particulares, é visto também nos verbos introdutórios de citações, enquanto os administradores das empresas são associados a posturas assertivas. Mas mesmo no relato dos protestos, os populares são apresentados com o estigma de vítimas, geralmente sem direito a manifestações de melhor fundamentação, caracterizados por uma indignação imediata, requerendo providências do Estado e manifestando expectativa de impunidade nos crimes contra inocentes.

Porque fizeram isso com a minha filha? Ela era inocente, não tinha nada a ver com essa guerra entre polícia e bandido. **Sempre quem sofre somos nós** (SD171)¹⁶²

Fora o susto com o barulho, os **moradores sempre ficam incomodados** durante a noite com um gás que, **segundo eles**, é produzido pela empresa. - **A gente não sabe o que sai dessa chaminé.** Queria apenas saber os riscos aos quais estamos expostos. **Não sabemos o que podemos sentir** daqui pra frente – **reclama** Juliana de Souza Braz da Cunha, de 22 anos (SD395)¹⁶³

Em comunicado, a Bayer negou que os moradores tenham sido afetados pela explosão, e informou que tem bom relacionamento com a comunidade. - Não houve vazamento de produto fora da área do acidente, e toda a água utilizada pelas equipes de resgate se manteve confinada no local – **garante** o diretor da empresa, Enio Viterbo Júnior (SD394)¹⁶⁴

No acesso à Saúde, o leitor representado pelo *Extra* mantém-se entre a figura de refém de um poder público ineficiente, e das empresas privadas que imprimem aumentos abusivos nos planos de saúde, o que permite concluir a dificuldade da população-alvo do jornal em dispor de um tratamento de saúde adequado. Na temática da Educação, ainda que a

¹⁶⁰ Executado na maca da ambulância. *Extra*, n.3.507, 13/08/2007, p.22. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶¹ Mãe morre com o filho no colo. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶² Mãe morre com filho no colo. *Extra*, n.3.510, 16/08/2007, p.05. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶³ Medo paira no ar de Belford Roxo. *Extra*, n.3.439, 06/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶⁴ Medo paira no ar de Belford Roxo. *Extra*, n.3.439, 06/06/2007, p.03. Rio de Janeiro: Infoglobo.

precariedade não esteja apresentada com a evidência das dificuldades no acesso à Saúde e Segurança, o discurso do *Extra* representa a vitimização dos estudantes diante dos transtornos impostos pelo Estado (ANEXO U).

Enquanto o **milagre não vem... – Alunos sofrem** em meio à queda de braço entre o governo e os professores da rede pública (SD390)¹⁶⁵

O **tomógrafo está quebrado** há três semanas. Há pelo menos uma semana, os quatro raios X do hospital **estão com defeito. O aparelho de ultrassonografia também não funciona** (SD415)¹⁶⁶

Autorizado **reajuste de 5,76% nos planos de saúde** – Índice concedido pela agência de saúde suplementar (ANS) é superior ao da inflação do período (SD412)¹⁶⁷

4.1.3.3 Em busca de conhecimento sobre seus direitos, necessita de amparo institucional ou de orientação especializada

Na relação com o Trabalho e com o Consumo, a representação do leitor adquire contornos de relação com consciência e luta pelos direitos. O leitor representado pelo *Extra* objetiva conquistar um trabalho digno, luta prioritariamente por uma vaga que garanta estabilidade no serviço público. É um indivíduo com baixo poder aquisitivo, portanto com possibilidade reduzida de investimento em qualificação para a disputa pelo mercado de trabalho, além de ter também baixa escolaridade e pouco esclarecimento sobre oportunidades e auxílios emergenciais, portanto necessita de amparo estatal e do próprio jornal como instrumento de orientação.

Última chamada para o BB – Inscrições para concurso de nível médio terminam hoje. **Salário é de R\$ 856** (SD286)¹⁶⁸

A experiência de sentir na pele o que vivem os desempregados serviu também para confirmar o que o secretário já sabia: **os trabalhadores precisam de mais qualificação. - A escolaridade é muito baixa.** Das pessoas que conversei na fila, só uma tinha o segundo grau completo. Por isso o nosso foco tem que ser na qualificação (SD244)¹⁶⁹

¹⁶⁵ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Geral. Enquanto o milagre não vem... *Extra*, n.3.512, 18/08/2007, p.12. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶⁶ Pacientes ficam sem exame no Rocha Faria. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.20. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶⁷ Manchete de Capa da edição de 09/06/2007. *Extra*, n.3.442, 09/06/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶⁸ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Última chamada para o BB. *Extra*, n.3.509, 16/08/2007, p.16. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁶⁹ Três horas na fila do desemprego. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.22. Rio de Janeiro: Infoglobo.

O caminho das pedras para evitar receber um não do INSS – **Previdência recusa 54% dos benefícios** solicitados. **Saiba por que e como evitar entrar nessa estatística** (SD248)¹⁷⁰

Razoavelmente amparado pelas instituições, o consumidor precisa do jornal para orientar-se (ANEXO M), mas está sempre buscando informações para auxiliá-lo nas áreas em que tem interesse imediato, como alimentação e finanças. O leitor está atualizado sobre novas formas de investimento, mas ainda desinformado sobre contratos com empresas, e necessita de orientação para diminuir dívidas. É, portanto, uma pessoa interessada em novidades, em produtos que signifiquem status social, mas ainda bastante dependente de amparo institucional para se defender e para melhorar seu padrão de consumo e de qualidade de vida.

Banco lança cartão de crédito para católicos – Parte da renda arrecadada com anuidades e taxas será usada para patrocinar eventos culturais e sociais da Igreja (SD30)¹⁷¹

A Pro Teste **sugere ao consumidor** checar se essa taxa consta no contrato. Geralmente, o aviso está em letras minúsculas e em rodapés de panfletos. A entidade acredita que, se a intenção é apenas pagar as compras e não fazer parcelamentos, **é mais vantajoso pagar no cartão de crédito**, em vez dos cartões de lojas ou supermercados (SD22)¹⁷²

Aposentadoria especial vai mudar – **Com novas regras, segurados poderão se aposentar com menos tempo de contribuição e mais facilidade** (SD258)¹⁷³

O esforço principal, para aqueles que estão desempregados ou em atividades informais, é a busca pelo emprego público, em torno do que o jornal estrutura uma ampla cobertura. O *Extra* situa ainda os leitores em torno da desinformação sobre direitos trabalhistas e da falta de preparação para a disputa do mercado de trabalho, mas representa as categorias organizadas como conscientizadas de seus direitos, atuantes através de protestos e reivindicações por reajustes e melhores condições de trabalho. Motivo pelo qual o jornal publica suplementos dirigidos especificamente à melhoria de qualificação e de preparação para o mercado de trabalho.

Pacotão da Prefeitura vai melhorar a vida de **156 mil servidores** (SD263)¹⁷⁴

¹⁷⁰ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. O caminho das pedras para evitar receber um não do INSS. *Extra*, n.3.506, 12/08/2007, p.26. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷¹ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Banco lança cartão de crédito para católicos. *Extra*, n.3.508, 14/08/2007, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷² Supermercados e lojas cobram tarifas pelo cartão próprio. *Extra*, n.3.506, 12/08/2007, p.29. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷³ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Aposentadoria especial vai mudar. *Extra*, n.3.507, 13/08/2007, p.11. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷⁴ Manchete principal e Linha de apoio da Capa da edição de 13/08/2007. *Extra*, n.3.507, 13/08/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Três horas na fila do desemprego – Convidado pelo Extra, secretário estadual de Trabalho experimentou como é ir atrás de uma oportunidade (SD241)¹⁷⁵

Servidor terá 25% de aumento – Mas **funcionalismo continua insatisfeito** e lembra que Cabral prometeu reajuste maior (SD293)¹⁷⁶

A cozinheira Lisandra Barbosa da Silva, de 41 anos, é outra leitora assídua que começou a **garantir seu aprendizado gratuito**. - Os cursinhos cobram o olho da cara! Dessa forma, é muito mais barato sair falando inglês – elogiou (SD315)¹⁷⁷

4.1.3.4 Disposto a empreender mobilizações públicas para pressionar Estado e instituições

O discurso do *Extra* considera que o trabalhador, seja em qual for o setor, tem maior poder de representação se estiver organizado adequadamente. O mesmo acontece quando o jornal retrata as mobilizações da comunidade escolar, constituída por professores e por alunos conscientes de seu poder de repercussão, com uma melhor capacidade de argumentação e interferência nas disputas políticas características do setor da Educação.

Cerca de 200 professores, pais e alunos acompanharam a votação da galeria do plenário com faixas de protesto contra a resolução e comemoraram a aprovação do projeto cantando o Hino Nacional (SD323)¹⁷⁸

Em **protesto** contra a votação, o **Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Rio** (Sisejufe/RJ) fará uma **manifestação** (SD270)¹⁷⁹

Todavia, assim como no acesso à Educação e ao Trabalho, o cidadão é apresentado como atuante, em busca de conhecimento acerca de seus direitos e esclarecido para exigir reparações do Estado quando se julga prejudicado.

A família de Carlos Alberto **pretende processar o Estado** e pedir uma indenização devido à dor causada pela situação (SD394)¹⁸⁰

É essa também a descrição do cidadão-político no *Extra*: disposto à mobilização que envolva a luta por seus direitos e consciente da necessidade de pressão pública sobre as instituições para que progressos sejam alcançados (ANEXO V). Essa percepção é mais nítida

¹⁷⁵ Título e subtítulo de matéria da Editoria de Economia. Três horas na fila do desemprego. *Extra*, n.3.443, 10/06/2007, p.22. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷⁶ Manchete principal da Capa da edição de 14/08/2007. *Extra*, n.3.508, 14/08/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷⁷ Curso de inglês une o útil ao agradável. *Extra*, n.3.437, 04/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷⁸ Câmara derruba aprovação automática. *Extra*, n.3.443, 06/06/2007, p.09. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁷⁹ Trem da alegria ameaça criação de cem mil vagas. *Extra*, n.3.509, 15/08/2007, p.18. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁸⁰ Família recebe corpo errado no enterro. *Extra*, n.3.437, 04/06/2007. Rio de Janeiro: Infoglobo.

às categorias organizadas, seja sindicalmente ou comunitariamente, já munidas da necessidade da combinação entre organização social, esclarecimento sobre direitos, relacionamento com as instituições e, finalmente, instrumentalização para a repercussão das causas de interesse de cada grupo, o que envolve, obrigatoriamente, o uso da imprensa como ferramenta para pressão social. Na temática da Segurança, o registro dos protestos feitos pela população identifica a constatação de que há uma reação de inconformidade e de enfrentamento da violência.

Com a saída da polícia do Jacarezinho, **um grupo de moradores ameaçou fechar a Avenida Dom Hélder Câmara**. Porém, foram contidos por PMs. (SD82)¹⁸¹

Para impedir uma reação violenta de moradores à ocupação da PM no complexo, **lideranças comunitárias estão se reunindo** desde a noite de terça-feira. Elas tentam encontrar **meios para diminuir os índices da violência** na região e evitar possíveis abusos por parte da polícia. (SD479)¹⁸²

Os **metroviários da RioTrilhos** fizeram ontem **uma manifestação** nas escadarias da Assembléia Legislativa. Segundo o sindicato da categoria no Rio, **eles querem pedir o apoio dos deputados e da sociedade** em geral para manter os aposentados nos quadros da empresa. (SD454)¹⁸³

Há, portanto, consciência do leitor de que as conquistas passam pela necessidade de mobilização para garantir visibilidade. Entretanto, o jornal esclarece, em muitos momentos, a desigualdade dessa disputa de forças, em que a população é vitimizada cotidianamente pela ineficiência e pela estrutura corrupta do Estado, tendo de aproveitar as brechas possíveis para evitar a ampliação dos prejuízos que acumula.

A capital federal promete pegar fogo na próxima semana. **Os servidores públicos federais** – muitos em greve pelo país – **farão uma caravana a Brasília para pressionar o governo** a abrir as negociações salariais da categoria (SD481)¹⁸⁴

Em duas cidades, **protestos contra a TAM e o governo** (SD540)¹⁸⁵
Há tempos a população acompanha o **empurra-empurra de responsabilidades**, que **mina a confiança do poder público**. Por trás da exploração do jogo está uma **disputa de interesses protagonizada por uma máfia** que, de acordo com as investigações, **tem laços com políticos e policiais** (SD445)¹⁸⁶

¹⁸¹ Polícia mata oito em operação. *Extra*, n.3.440, 07/06/2007, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁸² PM baleado na Vila Cruzeiro. *Extra*, n.3.439, 07/06/2007, p.15. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁸³ Metroviários na Assembléia. *Extra*, n.3.443, 06/06/2007, p.17. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁸⁴ Servidores vão a Brasília. *Extra*, n. 3.441, 08/06/2007, p.18. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁸⁵ Nota. *Extra*, n. 3.512, 18/08/2007, p.18. Rio de Janeiro: Infoglobo.

¹⁸⁶ Trecho do Editorial. Ataque e Defesa. *Extra*, n.3.437, 05/06/2007, p.04. Rio de Janeiro: Infoglobo.

Tabela 10 – A representação do leitor no discurso do *Extra*

CA* / FP*	Segurança	Política	Trabalho	Educação	Saúde	Consumo	Total
1 – Vítima da ineficiência do Estado	46,03%	14,28%	16,66%	14,28%	16,66%	7,14%	126
2- Em situação de subalternidade marginalidade	25,84%	5,61%	19,1%	20,22%	10,11%	19,1%	89
3-Em busca de esclarecimento	5,66%	5,66%	32,07%	5,66%	11,32%	39,62%	53
4-Disposto a mobilizações	25%	25%	26,48%	22,05%	1,47%	0	68

*CA = Categorias de Análise

*FP = Famílias Parafrásticas

Novamente, a observação desse levantamento quantitativo deve considerar a relatividade dos números encontrados, em função das mesmas causas já expostas quando comentamos a análise da auto-representação do jornal. Neste caso, a representação do leitor, além de poder apresentar-se conforme uma ou mais situações nas seqüências discursivas, pode ainda estar distante de uma classificação objetiva. É perceptível essa dificuldade, por exemplo, na categoria de Política, em que as representações do leitor descrevem um número inferior ao total de SDs avaliadas na temática (119).

4.2 A localização das seqüências discursivas

Acrescentamos às análises anteriores uma avaliação quantitativa auxiliar, que assinalou a localização de cada uma das seqüências discursivas mapeadas neste trabalho. Os resultados apontam que os temas da cidadania, em 552 SDs analisadas durante duas semanas, foram manchete principal do jornal em 13 das 14 edições. Entre sub-manchetes e chamadas de capa, foram outras 38 referências em duas semanas. É um resultado significativo, que aponta para o reconhecimento de temas relacionados à cidadania como temas de interesse público, mas que não pode ser avaliado isoladamente. Trata-se de um dado que precisa ser interpretado junto às demais instâncias de análise, e ainda necessitaria de uma observação específica sobre a construção das capas do *Extra* e a hierarquização dos valores-notícia, pois

as temáticas da cidadania convivem diariamente com temas relacionados ao futebol, a celebridades e à programação de televisão aberta.

Tabela 11 – Localização das Seqüências Discursivas

CA Destaque	Consumo	Segurança	Trabalho	Educação	Saúde	Política	T
Manchete	01	04	04	01	02	01	13
Capa							
Sub-manchete	02	04	00	00	00	02	08
Chamada de capa	04	10	03	02	01	08	30
Manchete de Editoria	14	20	17	13	06	18	95
Manchete secundária	05	09	00	02	02	03	21
Editoria							
Corpo da matéria	41	82	61	60	32	78	354
Editorial	00	03	00	02	01	04	10
Nota	03	00	01	01	00	05	10
Total por CA	70	152	86	81	44	119	552

4.3 As Formações Discursivas: Cidadania Atribuída e Cidadania Assumida

No discurso do jornal *Extra*, o direito à segurança é negado à população do Rio de Janeiro, enquanto os direitos à saúde, à educação e ao trabalho são atingidos de forma precária, em diferentes graus de limitação ou de superação. A política é um espaço criminalizado, no qual a participação perde gradualmente força e significado, enquanto o direito do consumidor é reconhecido como conquista social. O *Extra* construiu para si predominantemente um papel de vigilância e de denúncia sobre as instituições, principalmente sobre as que deveriam prestar serviços públicos de atenção aos direitos fundamentais. Em função disso, representa em seu discurso um leitor vitimizado pela ineficiência do Estado e marginalizado por sua condição econômica e social.

Esse é um campo de sentidos relacionado a uma concepção de sociedade, de indivíduo e de cidadania que configura um discurso localizado historicamente e característico de uma compreensão específica acerca desses temas. O que Foucault (2002) denominou Formação

Discursiva (FD), equivalente a um conjunto de enunciados em que é possível “definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos e transformações)” (FOUCAULT, 2002, p.43). É o conceito a partir do qual nominaremos as áreas de sentido identificadas no discurso do *Extra*, reunidas em torno do agrupamento de famílias parafrásticas que remetem a essa regularidade que caracteriza a Formação Discursiva.

4.3.1 Cidadania Atribuída e Fragilizada

A primeira FD, atrelada a uma representação de incompetência do Estado, subalternidade e passividade dos indivíduos, chamaremos de FD 1 – Cidadania Atribuída e Fragilizada (Tabela 12). A denominação deu-se em função de ser um entendimento da cidadania outorgada através do Estado, que não reserva às pessoas um papel ativo, e também por incluir sentidos que demonstram a precariedade da atenção aos direitos sociais, como à saúde, à educação e ao trabalho, ou seja, uma condição fragilizada dessa população na relação com instâncias fundamentais cidadania. Se recuperarmos a discussão anterior sobre cidadania no Brasil, o resultado corrobora com o pensamento de Santos (1987), que identifica nessa situação um contexto cristalizado como natural para a sociedade brasileira, um interdiscurso recortado por essa Formação Discursiva, de que “os pobres jamais puderam ser cidadãos” (SANTOS, 1987, p.48).

É a cidadania entendida como a reprodução do cenário de desigualdade: a cidadania atribuída às classes baixas, no Brasil, é a compreensão de que essas pessoas, para serem cidadãs, dependem do Estado, e como o Estado é inoperante, a cidadania torna-se impossível de ser contemplada. Nessa FD, a mobilização popular como participação política não tem relevância, pois a própria política é um terreno de ilicitudes e corrupção. Uma das premissas fundamentais é a de que os direitos sociais não estão garantidos, portanto, impedem a atenção a uma condição essencial à realização da cidadania. Um contexto em que o *Extra* atua como uma instituição complementar, que “faz o que pode” para auxiliar o leitor. O próprio jornal atribui a si mesmo a função de reivindicar direitos fundamentais, disputando com o Estado a legitimidade de depositário da confiança pública (BAUMAN, 2005).

Tabela 12 – FD 1 - Cidadania Atribuída e Fragilizada

FD 1 – Cidadania Atribuída e Fragilizada	
Famílias Parafrásticas da Representação dos direitos	Famílias Parafrásticas da Representação do jornal e do leitor
“Não existe direito à segurança pública”	Jornal como Vigilante de Denunciante de irregularidades
“A estrutura policial está envolvida com a criminalidade”	Jornal como porta-voz da opinião pública
“As classes altas têm condições de se proteger contra a violência”	Leitor em situação de subalternidade e marginalidade
“Os políticos estão comprometidos com atos ilícitos”	Leitor vitimizado pela ineficiência do Estado
“Os leitores desconhecem os direitos trabalhistas e os requisitos para o mercado de trabalho, precisam de orientação”	
“O público do jornal tem baixa qualificação para o mercado de trabalho”	
“O sistema de ensino público é desorganizado”	
“O sistema de saúde pública é precário”	
“Novas estruturas e programas públicos de saúde oferecem melhor atendimento à população”	
“Há iniciativas inéditas no sistema público de educação que superam as dificuldades estruturais e têm resultados significativos”	

É interessante perceber que o fato de não considerarmos o discurso do *Extra* como um discurso de negação absoluta da cidadania às classes populares está relacionado somente ao fato de que há famílias parafrásticas que permitem as frestas para uma branda melhora na condição dos serviços prestados pelo Estado. O reconhecimento de iniciativas bem sucedidas na área da saúde e da educação vislumbra alguma possibilidade de recuperação do papel estatal, ainda que, numa observação mais ampla, os sentidos apontem para a quase ausência da cidadania para os leitores a quem o *Extra* dirige seu discurso.

Todavia, ao denunciar essa precariedade e expor situações de marginalidade e subalternidade social características da população a que remete seu discurso, o jornal *Extra* transita por um percurso arriscado. Ao mesmo tempo em que se coloca como instrumento de vigilância e porta-voz da opinião pública, o veículo atrela a conquista de melhores condições de qualificação e de vida para a população ao uso do jornal como aliado: é nesse momento que propõe uma individualização da superação de questões que são de interesse coletivo e de responsabilidade pública, portanto atreladas à competência do Estado. Consideramos a

nominação da FD1 como Atribuída por entendermos que se tratam de direitos vinculados à função estatal, que são atribuídos por natureza ao Estado, mas que têm essa dimensão aparentemente neutralizada pelo discurso do *Extra*.

Se o jornal pode referir instâncias de defesa dos direitos do consumidor, por que não é transparente quanto aos mecanismos de controle público sobre as áreas de saúde, educação, segurança e trabalho, e não menciona essas instituições como espaços de atuação cidadã? Por que não apresenta essas temáticas claramente como direitos sociais, e por que não atribui as devidas responsabilidades e os mecanismos para o cidadão exigir esses direitos? Esses espaços aparecerão quando falarmos da FD2, mas são demasiado restritos, se comparados à hegemonia da FD1 no discurso do *Extra*. No total, são 1066 referências às famílias parafrásticas (FPs) definidoras da FD1 na amostra analisada, em contraposição a 275 referências às FPs definidoras da FD2.

Outro aspecto central na constituição da FD1 é a relação com a Política. O discurso do *Extra* inviabiliza o espaço político como espaço integrante da esfera pública, torna-o mais distante da população por ser exclusivamente relacionado aos escândalos, tanto mais para a sua identificação como espaço de participação popular. O diretor de redação do *Extra*, Bruno Thys¹⁸⁷, definiu o lugar da Política no jornal como uma editoria que poderia ser denominada Políticia, em uma alusão ao envolvimento dos políticos com a criminalidade. A Política é, em resumo, um campo totalmente desacreditado pelo jornal, onde o veículo não deposita nenhum traço de possibilidade de transformação, visto que restringe a cobertura nessa área aos casos de denúncias contra ocupantes de cargos públicos. O que nos permite concluir, junto à debilidade das referências à dimensão de direito público e de participação nas demais temáticas, que a versão dominante no jornal é a que demonstra a fragilidade da cidadania, mas que também não apresenta alternativas a essa situação.

4.3.2 Cidadania Assumida e Ativa

Entretanto, o discurso do *Extra* abriga ainda outros sentidos presentes, embora bem menos recorrentes, que apontam para a capacidade de mobilização social, a atuação da

¹⁸⁷ Em entrevista à pesquisadora, por correio eletrônico, em 15 de janeiro de 2008.

participação popular como um dos pilares da cidadania, com a conseqüente compreensão da necessidade de pressão institucional, junto à busca por conscientização a respeito dos direitos e de melhores possibilidades de formação educacional e para o mercado de trabalho. O lugar do jornal, nesse caso, é o de instrumento de esclarecimento e de informação especializada, atuando decisivamente na formação de opinião e como elo no processo de construção da cidadania. Trata-se de uma Formação Discursiva (FD) secundária, em termos de visibilidade no discurso do jornal, se comparada à anterior. Denominamos essa FD2 de Cidadania Assumida e Ativa (Tabela 13), que se equivale à constatação de uma dimensão cidadã genuína, mas que deve ser percebida como representação eventual e incerta no jornal, transitando paralelamente e minoritariamente à condição estruturante da FD1.

A diferenciação proposta por Carvalho (1996), abordada no Capítulo 2, considera a construção da cidadania de duas formas, que podem ser relacionadas à contraposição que aqui fazemos. A cidadania “de cima para baixo” caracteriza os direitos cedidos e determinados pelo Estado, que estão sob responsabilidade estatal, mas que não envolveram luta social para serem conquistados, o que é o caso da FD1. Já a cidadania “de baixo para cima” é a série de direitos reivindicados e conquistados pela população em exercício de participação política ou ativismo social, definição que encontra um paralelo na FD2.

Ao falarmos de Cidadania Assumida, estamos reconhecendo que em algum momento o discurso do *Extra* posiciona seu leitor num lugar de autonomia, de disposição para agir e com capacidade de adquirir visão crítica sobre os acontecimentos. Entendemos, portanto, a Cidadania Assumida como uma faceta autêntica da dimensão de participação popular inerente à condição cidadã.

Tabela 13 – FD 2 – Cidadania Assumida e Ativa

FD 2 – Cidadania Assumida e Ativa	
Famílias Parafrásticas da Representação dos direitos	Famílias Parafrásticas da Representação do jornal e do leitor
“A população está mobilizada para denunciar abusos da polícia e protestar contra a violência”	Jornal como instrumento de esclarecimento e informação especializada
“A população é consciente do poder de pressão política das mobilizações”	Jornal como formador de opinião
“A comunidade escolar é mobilizada e acompanha os debates do setor”	Leitor em busca de conhecimento sobre seus direitos, necessita de amparo institucional ou de orientação especializada
“O consumidor desconhece seus direitos, mas está	Leitor disposto a empreender mobilizações públicas

em busca de orientação”	para pressionar Estado e instituições
“As empresas reparam os consumidores lesados”	
“As instituições de defesa do consumidor são atuantes”	
“O leitor precisa melhorar a formação, e o jornal pode ajudar nisso”	

No entanto, a participação e o exercício do ativismo social no discurso do *Extra* estão desvinculados da Política institucional e partidária, e limitados aos espaços comunitários, sindicais, intermediados pela instância midiática como lugar de visibilidade. Os protestos são registrados pelo jornal, mas passam fundamentalmente pelos sentidos que o *Extra* propõe para a formação da opinião pública: são casos significativos o desenrolar do projeto para instituir o sistema de ciclos nas escolas municipais, e as matérias recorrentes sobre envolvimento dos policiais com a contravenção, favorecendo o rótulo de suspeita sobre os policiais. É evidente a impossibilidade de defendermos uma relação direta entre esses acontecimentos, mas é relevante que a consideremos o lugar da mídia, conforme descrevemos, central para a consolidação de representações sociais que incidirão sobre os movimentos da esfera pública.

É importante perceber, adicionalmente, que as FPs relacionadas ao direito do consumidor estão integralmente contempladas entre as definidoras da FD2. Uma conclusão que reforça o argumento de Santos (1987), através do qual verificamos uma compreensão da valorização do indivíduo mais como consumidor do que como cidadão de fato. A Cidadania Assumida e Ativa está presente na identificação da responsabilidade das empresas, na exigência da reparação dos danos ao consumidor, na consulta a especialistas que discorrem sobre os direitos do consumidor, o que acaba contribuindo para a ampliação da informação e da instrumentalização do leitor para proteger algo que é garantido como um direito. Atuação que poderia dar-se de forma semelhante no tratamento dos direitos sociais e na dimensão da Política como lugar de participação, mas que não se efetiva.

Por outro lado, a constituição do jornal como instância mediadora para a melhora das condições de qualificação e para as relações com as instituições, o habilita como uma ferramenta a serviço do leitor, potencializando a vinculação mercadológica que os jornais populares estabelecem através da aproximação aos interesses do público que imaginam atingir.

4. 3. 3 A intersecção entre Cidadania Atribuída e Fragilizada e Cidadania Assumida e Ativa

Chegamos, portanto, a duas Formações Discursivas que perpassam cotidianamente o discurso do *Extra* sobre cidadania. É através das FDs que as posições de sujeito são definidas e as representações configuradas. O jornal *Extra* sustenta um discurso, sob certo aspecto, complementar e concorrente, em que há uma concepção preponderante, mas não necessariamente contrária à minoritária. O entendimento essencial é de que a Cidadania Atribuída e Fragilizada (FD1) é equivalente à representação da cidadania para as populações vulneráveis econômica e socialmente, e constitui-se como o discurso estruturante. De outro modo, a Cidadania Assumida e Ativa (FD2) permite a essa população uma fresta de abertura para a construção das condições necessárias ao surgimento de um contexto de cidadania. São os casos em que o jornal representa os indivíduos como em busca de conscientização e de esclarecimento, e com percepção da relevância das manifestações públicas para o enfrentamento do Estado e para a sensibilização com a sociedade.

É possível observar que a cidadania no discurso do *Extra* é representada eventualmente pelas mobilizações populares como participação política possível, e a busca da consciência de direitos e da inclusão social como um processo em evolução. Nesse caso, o papel da imprensa em proporcionar instrumentos para a construção de um cenário propício ao desenvolvimento da cidadania parece estar sendo contemplado. Porém, trata-se de uma função que poderia ser ampliada com a aproximação mais crua do cotidiano das classes a que o jornal dirige-se, incorporando movimentos de superação das limitações impostas por uma realidade distante da cidadania, principalmente através de iniciativas coletivas, e que explorem a criatividade e a modificação do entendimento de interesse coletivo, por consequência, de interesse público..

A representação das classes C e D representadas no *Extra* estão muito longe do conceito de cidadania. Está imbricada na publicação uma concepção fragmentada, em que política é sinônimo de contravenção, o interesse coletivo é indefinível e a população permanece refém de um Estado ineficiente. Um processo em evolução, em que o leitor precisa do jornal como instrumento de orientação e de intermediação. E nesse ponto, o discurso do *Extra* o coloca como instância central na disputa por poder simbólico, ao equivaler-se às

instituições, o que permite perceber a representação do jornal como imprescindível numa perspectiva útil mercadologicamente.

O leitor, para ser cidadão, encontra no *Extra* possibilidade de melhorar sua formação e preparação para o mercado de trabalho, e um instrumento legitimado de mediação com os serviços públicos. As oportunidades que o leitor, por seu poder aquisitivo baixo e dificuldade de acesso às instituições, não consegue atingir para melhorar sua qualidade de vida, o *Extra* disponibiliza, e de acordo com as necessidades de seu público: baixo custo e resultados objetivos.

O entendimento do resíduo permanente entre a percepção de leitor virtual e de leitor real mantém a lucidez sobre a incidência parcial das conclusões sobre a representação do leitor. Jamais conseguiremos apontar, sem que seja realizado um consistente estudo de recepção, se o leitor para o qual o jornal *Extra* dirige-se, através do que o representa em seu discurso, é aquele que efetivamente tem garantido os altos índices de compra do jornal nas bancas. Entretanto, podemos sustentar a premissa de que, segundo sua construção discursiva reiterada, demonstrada no *corpus* analisado, o *Extra* delimita algumas condições relativas à cidadania de seu leitor. Um indivíduo em busca de consciência sobre seus direitos, mas em permanente situação de marginalidade: sem acesso a um sistema que garanta minimamente a saúde e a educação públicas, submetido a situações em que a superação pessoal é necessária.

Considerando-se, ainda, o jornal como dispositivo constituinte do Jornalismo como instituição central de mediação na sociedade contemporânea, a reafirmação do jornal como intermediário no acesso aos direitos e na negociação com os poderes constituídos reforça uma posição de sujeito reveladora de dependência - sobretudo pelo condicionamento a uma estrutura incompetente - e não da emancipação característica da cidadania. O que não é suficiente, contudo, para sustentar que o discurso do *Extra* trabalhe uma completa deslegitimação do público-leitor como cidadão. A FD1 (Cidadania Fragilizada), apesar de hegemônica, pode ser atravessada pela FD2 (Cidadania Ativa). Isto é, o indivíduo pode estar privado de direito à saúde, à educação, à segurança e ao trabalho, mas começa a desenvolver uma dimensão de cidadania através da organização popular e da busca de orientação e esclarecimento sobre seus direitos.

Podemos observar que as condições essenciais à cidadania (os direitos sociais) e o

conseqüente reconhecimento da responsabilidade do Estado nessa questão são abordados com timidez pelo discurso do *Extra*, transparecendo mais uma cobrança à capacidade pessoal de desempenho para a superação das dificuldades, com exceção do direito à Segurança, em que parece haver uma vigilância e pressão maiores sobre a função estatal. O esvaziamento da Política como espaço de participação complementa a caracterização de uma versão que neutraliza a função estatal, atrela a busca de cidadania a uma superação mais individual do que coletiva, e restringe o exercício de ativismo como circunstancial.

Enfraquecido e precarizado, o papel do Estado parece ter sido relegado à desconfiança permanente, mas ainda é central para as populações que se encontram em situação social desfavorável. E, embora o próprio jornal pregue a desestabilização da estrutura estatal através do descrédito na política, reconhece alguns avanços na melhora dos serviços de saúde e de educação. O que quer dizer que o jornal rende-se à relevância do papel do Estado para as classes vulneráveis: para a obtenção de condições mínimas ao exercício da cidadania, a função estatal permanece imprescindível, especialmente no acesso aos direitos sociais. No discurso do *Extra* a cidadania encontra um molde adaptado à estratégia de vinculação do jornal com o leitor: uma representação fragmentada, que atende à consolidação do jornal como um instrumento de orientação e de formação de opinião. O jornal é o grande enunciador, o lugar central para a definição dos sentidos e para a disponibilização de posições de sujeito, ou seja, um lugar do qual os indivíduos que estão em processo de construção da cidadania não podem prescindir para obter visibilidade e buscar resultados que dependam de ações coletivas ou da atuação do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais são estruturadas através das posições estabelecidas nos discursos dos mais diversos campos, e é hoje inquestionável o poder de representação exercido pelo discurso da mídia. A midiaticização das práticas sociais, que atrela as atividades e o cotidiano ao funcionamento da mídia, está também – mas não somente -, relacionada ao fato de que as representações se dão através do discurso midiático. A representação do leitor é consequência de uma série de pressuposições em torno das quais o veículo midiático configura seu discurso pela construção de um Modo de Endereçamento: a articulação entre as matérias, as manchetes, as chamadas, as grandes reportagens, as seções, a edição, os valores-notícia, entre uma série de outros elementos. Há uma hierarquização dos temas tratados pelo *Extra*, que denunciam aquilo que o jornal entende que sejam os interesses de seu público. Nesse sentido, constrói o discurso, representando o leitor, portanto, representando também um perfil de cidadania desse leitor. E a identificação possível desse perfil depende da localização das reiterações presentes no discurso: a obtenção dos sentidos proporcionados pela paráfrase.

Ao iniciarmos este trabalho, nos propusemos a empreender uma análise orientada por instrumentos da Análise do Discurso, que possibilitasse respostas a questões pontuais, acerca do tratamento da cidadania no discurso do *Extra*. Chegamos a duas Formações Discursivas presentes de maneira desigual: a Cidadania Atribuída e Fragilizada (FD1), majoritária, e a Cidadania Assumida e Ativa (FD2), presente quantitativamente em um número de ocorrências equivalente a 25,7% do total verificado na primeira FD. Ambas tangenciam o conceito operacional de cidadania que adotamos, mas com incidências parciais, que de certa forma complementam-se, mas, ao mesmo tempo, opõem-se. A oposição dá-se pela incoerência entre o discurso de quase ausência da cidadania e o discurso que revela atuação cidadã através de mobilizações e busca por direitos. A complementaridade dá-se no sentido de que, mesmo privadas dos direitos necessários a uma vida com dignidade, os indivíduos podem buscar a construção e exercício da cidadania por outros caminhos.

São três as conclusões significativas: primeiro, a precariedade de acesso aos direitos fundamentais, que são pressuposto para o exercício da cidadania, mas com alguma perspectiva de melhora nas ações estatais; segundo, o esvaziamento e o descrédito em torno da política como lugar de participação, estando a participação popular restrita a protestos e mobilizações por interesses localizados; e terceiro, o vestígio de que há uma busca do público por maior consciência de seus direitos, fenômeno em que o jornal coloca-se como instância central no acesso à informação e no papel de orientação e esclarecimento.

O jornal reconhece eventualmente o potencial de mobilização e de transformação social sobre a realidade, justificando o Paradigma Sociocêntrico (MOTTA, 2005). O que pode ser relacionado também à abertura do discurso jornalístico a uma espécie de contra-agendamento (SILVA, 2007), entendido como a interferência da atuação dos indivíduos e dos movimentos sociais na estruturação das pautas e dos tratamentos de temáticas específicas. Há, evidentemente, uma estratégia de auto-referenciação muito forte do discurso do *Extra* em várias dessas ocasiões, em que o jornal trabalha uma formação de opinião com o objetivo de gerar repercussão pública. Mas é também visível a definição de um lugar para o discurso dos populares, ou as ações de manifestação públicas, seja como contraponto ao discurso dominante, seja como ampliação da crítica e da fragilidade institucionais, mas que também deve ser compreendida como um lugar estratégico de captação do leitor.

A inclusão social, relacionada fundamentalmente ao acesso à educação, saúde e trabalho, é representada como não atingida pelo público do jornal, embora pareça estar em processo de evolução. Nesse caso, o discurso do *Extra* reflete uma reprodução do cenário de desigualdade social característico da sociedade brasileira, e da situação a que estão submetidas as classes de menor poder aquisitivo, mas se apresenta, ao mesmo tempo, como elo de aproximação com as instituições e como instituição paralela, capaz de exercer vigilância e pressão. Gentilli (2005) entende o direito à informação como condição para a efetivação da cidadania, residindo aí a função crucial do jornalismo como intermediador das relações do cidadão com as instituições: uma tarefa que é cumprida eventualmente pelo *Extra*, de forma mais frágil do que incisiva.

Entretanto, o lugar de consumidor, único declaradamente legitimado como direito, atende à concepção sobre a qual alerta Santos (1987), de que é preciso considerar a oposição

entre a figura do cidadão e do consumidor. Uma faceta que está relacionada à característica de individualidade presente na sociedade moderna, e que também influencia na adaptação dos temas de interesse coletivo como limitados a causas pontuais.

No Brasil, a expansão do consumo veio com o regime autoritário e continua com a democracia de mercado. Essa expansão do consumo junto a essas duas estruturas de controle faz com que a opinião pública seja amortecida. Há muito mais espaço para o consumidor, esse espaço legitimado agora com o código do consumidor, e nada para o cidadão. Dessa forma, torna-se mais fácil aceitar um mundo onde são as coisas que comandam, e não os valores. (SANTOS, 2008, *on line*)

Consideramos, inicialmente, uma hipótese para este trabalho. O resultado confirmou essa expectativa, embora com incidências diferentes: os sentidos atribuídos pelo discurso do *Extra* à cidadania estão mais alinhados ao esvaziamento da política, à prioridade pelo cidadão-consumidor, amparados em um veículo capaz de mediar sua relação com as instituições, o que era parte da hipótese considerada. A pressuposição da estruturação de um contexto de esclarecimento e possibilidade de emancipação para um público destituído dos direitos básicos aparece em incidência limitada.

As posições discursivas disponibilizadas pelo *Extra* trabalham predominantemente a vitimização e a subalternidade, e não as características que habilitariam as classes populares à reivindicação dos direitos e ao debate das causas de interesse público. É provável que a estruturação desse discurso atenda ao propósito destinado a demarcar um mercado em expansão, potencialmente lucrativo, tornando secundários o compromisso e a preocupação com a construção de um jornal que estimule o exercício da cidadania. Seria, entretanto, pouco plausível que um jornal condicionado à lógica industrial de produção dos periódicos da Infoglobo, empresa integrante das Organizações Globo, possuísse intenções diferentes dessas. Reside nesse fato uma articulação decisiva entre as condições estritas de produção e a constituição do discurso: ainda que, aparentemente, o sistema de trabalho implantado na redação do jornal *Extra* estimule a autonomia, essa estrutura está atrelada a uma concepção editorial que passa pelas Formações Ideológicas relevantes para a empresa. São esses entendimentos que marcarão a escolha de Formações Discursivas inscritas em um determinado lugar histórico e social.

A FD1, da Cidadania Atribuída e Fragilizada, está inserida, indiscutivelmente, no imaginário dos jornalistas e editores do jornal *Extra*. Há uma série de discursos pré-

construídos aí incidentes, referentes à noção de interdiscurso de que tratamos, que estão relacionados às idéias do “povo” como um grupo social inferior, com necessidade de ser auxiliado, mas com irrisória capacidade de resistência a um contexto onde está em desvantagem nas relações de poder. Essa Formação Discursiva carrega em si influências de uma situação de desigualdade social histórica, marcada pela concepção abordada por Carvalho (1996), de que não há uma cultura da cidadania no Brasil por não haver uma trajetória de luta pelos direitos na construção do país. De outra forma, está presente com mais força a noção de assistencialismo e de populismo como heranças políticas; e a interferência das relações pessoais como determinantes.¹⁸⁸ O interdiscurso hegemônico, portanto, passa pela compreensão trazida por Santos (1987), de que as classes baixas jamais puderam ser cidadãs no Brasil, enquanto a classe média preferiu privilégios, e não direitos, e a classe alta optou por abdicar da cidadania.

É significativo, neste ponto, que resgatemos a proposta de Moisés (2006), sobre a necessidade de revisão dos pilares clássicos do conceito de cidadania, através de um percurso que conjugue as conquistas da sociedade democrática, alicerçadas em direitos individuais, à participação política como preservação do espaço de debate e decisão compartilhada. Entendimento que pode ser visto como uma possibilidade de reconfiguração histórica em curso, sobre Formações Discursivas sedimentadas acerca da cidadania. Ainda que sustente o desgaste da noção de interesse público – apresentando um dos efeitos sociais descritos por Bauman (2005) diante da perda de legitimidade do Estado-nação -, o autor reitera a centralidade da política como lugar de participação popular, instância totalmente desacreditada no discurso do *Extra*.

Se recuperarmos a reflexão de que as representações sustentadas pelo discurso do jornal *Extra* abrigam um potencial de repercussão consistente, dada a colocação do jornal entre as cinco maiores circulações do país, teremos de salientar a relevância do discurso estruturado pelo *Extra* para a definição de identidades, como consequência das representações. De acordo com o que observa Woodward (2000, p.19), “os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais, e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados”.

¹⁸⁸ Referimo-nos à afirmação do chefe de reportagem do *Extra*, Giampaolo Braga, citada no Capítulo 1, de que o jornal “é o amigo influente daqueles que não têm amigos influentes”, que encontra ressonância na reflexão de DaMatta (1997) sobre a característica da construção cultural da sociedade brasileira, em que as relações pessoais exercem influência decisiva, sendo consideradas prioritárias à dimensão de igualdade entre os cidadãos.

Não se trata, no entanto, de afirmar categoricamente que o discurso do *Extra* trabalhe intencionalmente o estereótipo de marginalidade das classes populares. Mas de verificar a reprodução de uma versão dominante, que constata a ausência da cidadania, mas oferece poucas soluções e insuficiente instrumentalização para a mudança dessa situação. Ao dirigir-se às classes desfavorecidas socialmente, buscando um compromisso de retratar a realidade desse grupo, o jornal assume também a obrigação pela circulação dos sentidos que irá movimentar no imaginário dessa população. Poderia, portanto, optar pela prioridade à ampliação das discussões em torno da FD2 (Cidadania Assumida e Ativa), ainda que essa escolha possa parecer artificial para as condições de produção em que se encontra o discurso do jornal *Extra*.

É fundamental, no entanto, ter presente que analisar a representação da cidadania no discurso não significa compreender que a instância da recepção será implicada a pensar da mesma maneira proposta. Morley (1996) analisa o fato de não haver uma coincidência natural entre o leitor a que o jornal dirige-se e o leitor real. A representação está visceralmente relacionada às posições atribuídas ao sujeito.

Hablar de representación en el discurso con referencia a la ideología es también hablar de posiciones de sujeto: cada representación discursiva constituye una posición de sujeto, um sitio para producir e configurar el sentido, para darle coherencia y, ocasionalmente, para optar por una ruptura crítica. (MORLEY, 1996: p.102)¹⁸⁹

O sentido, portanto, além de ser produzido e configurado em função das posições de sujeito, constrói-se pela representação, não podendo ser determinado ou delimitado: entre o texto e a leitura, há uma “brecha infranqueable”¹⁹⁰ (MORLEY, 1996, p.103), o intervalo inatingível do processo de circulação, onde as relações interdiscursivas e extradiscursivas agem. “El texto puede ofrecer al sujeto posiciones de inteligibilidad específicas, inclinarlo a preferir ciertas lecturas sobre otras; pero lo que el texto no puede hacer es garantizarlas: esta cuestión sempre será empírica” (MORLEY, 1996, p.108)¹⁹¹.

¹⁸⁹ “Falar de representação no discurso com referência à ideologia é também falar de posições de sujeito: cada representação discursiva constitui uma posição de sujeito, um lugar para produzir e configurar o sentido, para dar-lhe coerência e, ocasionalmente, optar por uma ruptura crítica”. (MORLEY, 1996, p.102)

¹⁹⁰ “intervalo, fresta inatingível” (MORLEY, 1996, p.103)

¹⁹¹ “O texto pode oferecer ao sujeito posições de inteligibilidade específicas, estimular-lhe a preferir certas leituras a outras, mas o que o texto não pode é garanti-las: essa questão será sempre empírica” (MORLEY, 1996, p.108).

Reside aqui a fresta por onde Santos (2006) vislumbra as possibilidades surgidas em função da condição de ausência de poder de consumo e de direitos fundamentais às classes populares. A informalidade, as linguagens e as diferentes manifestações culturais surgidas no contexto de limitações sociais e econômicas abririam lugar para experimentações e para um modelo de consciência renovado, que propõe novas formas de se apreender e se viver em sociedade. Um modelo onde a solidariedade, a criatividade e a habilidade para a improvisação são valorizados como uma forma de enfrentar as adversidades.

Trata-se (...) da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo mundo e percebidas no lugar. Então, o feitiço se volta contra o feiticeiro. O consumo imaginado, mas não atendido – essa carência fundamental no dizer de Sartre – produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência. (SANTOS, 2006, p.326)

Características que podem ser instrumentos também para a conscientização política e para a ampliação das condições de exercer cidadania, mas que não são exploradas pelo discurso do *Extra*. Um jornal que se auto-denomina popular, voltado à realidade da classe C, mas que não aborda a informalidade, a inventividade para sobreviver com mais dignidade, as alternativas comunitárias às dificuldades no acesso à educação e à saúde públicas. Ao contrário disso, reforça as condições de subalternidade e marginalidade ao priorizar a busca por um vínculo formal de trabalho – de preferência em órgãos públicos -, e o desencanto com a política como espaço de transformação. Como afirma Silva (2000, p.91), “questionar a identidade e a diferença significa questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação”.

Cabe indagarmos se é objetivo do *Extra* questionar as diferenças, para alicerçar mudanças. Pelas conclusões a que chegamos, o discurso do jornal contribui mais para a reprodução da desigualdade, apresentando poucas alternativas de reconstrução do lugar social de marginalidade ou superação de um contexto de dificuldade. A própria noção de consciência relacionada ao esclarecimento sobre os direitos e ao poder de mobilização social, citadas na FD2, tem de ser relativizada. Os protestos e a busca de informações e superação estão restritos aos lugares autorizados pelo discurso do *Extra*: não há autorização para uma

inserção efetiva da participação popular na política, assim como não há uma nomeação objetiva das responsabilidades e instâncias de cobrança dos direitos sociais.

Entretanto, este é um discurso que se propõe a estabelecer um elo de identificação com a classe C, portanto, não pode ignorar certos movimentos de cidadania ativa, sob pena de perder seu público-alvo. Essa postura aponta para uma fase diferente do segmento popular da grande imprensa, em que se consolida um jornalismo baseado em demandas sociais e em temáticas locais, que abre algumas frestas para as manifestações populares, e institui o lugar do consumo como aquele em que é possível exercer de fato a postura cidadã. Mantém, portanto, como Formação Ideológica hegemônica um imaginário de que não cabe às classes populares assumirem as lutas necessárias ao exercício da cidadania plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa, 1970-2000**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves de. **Jornalismo cidadão**. In: Revista Estudos Históricos, n.31, Rio de Janeiro, 2003. p.25-40 Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/339.pdf>. Acesso em 01/09/2006.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMARAL, M. F. Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão. In: HOHFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva. (Org.). **Jornalismo no século XXI - A cidadania**. Porto Alegre: Intercom/Mercado Aberto, 2002. p. 30-49.

_____. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Summus, 1995.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Declarações, Pactos, Convenções**, Tratados Internacionais, Protocolos e Códigos de Conduta dos Direitos Humanos. Passo Fundo: Pater Editora, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério Brasil 2008**. Disponível em: http://www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf. Acesso em 04/01/2008.

BATISTA, Marcela de Matos. **A Nova Imprensa Popular Brasileira**. Um estudo sobre os novos jornais populares do Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENETTI, Márcia e JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10, 2001, Brasília. **Anais ...** Brasília: Compós, 2001. p.280-290

BENETTI, Marcia e LAGO, Cláudia (Orgs.) . **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERNARDES, Cristiane Brum. **As condições de produção no jornalismo popular: o caso**

do Diário Gaúcho. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

_____. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994b. p.156-183. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Thomaz. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, Giampaolo. **Giampaolo Braga: depoimento** [jan.2007]. Entrevistadora: Carine Felkl Prevedello. Rio de Janeiro: EXTRA, 2007. 1 cassete sonoro.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania: tipos e percursos**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. p. 337-359.

_____. Interesses contra a cidadania. In: DAMATTA, Roberto (org.). **Brasileiro: cidadão?** São Paulo: Cultura, 1997. p.87-125

CARVALHO, Marinilda. **A crise política não aumentou as vendas**. Campinas: Observatório da Imprensa, 2005a. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=3181MQ002> Acesso em 06/07/2006

_____. **O futuro está no passado**. Campinas: Observatório da Imprensa, 2005b. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=3181MQ002> Acesso em 03/11/2005.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. **Cidadania: esboço de evolução e sentido da expressão**. São Paulo: Revista da Procuradoria Geral do Estado, 2001. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo8.htm>. Acesso em 06/11/2006.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Em crise, o jornalismo busca novos papéis**. In: Reescrita, São Paulo, 2004. Disponível na Internet em: www.comunique-se.com.br Acesso em 04/10/2006.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S.M. Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Cidadania e sua história**. São Paulo: DHNet, 2004. Disponível na Internet em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/dalmodallari/index.html>. Acesso em 29/11/2006.

_____. **Direitos e Deveres da Cidadania**. São Paulo: DHNet, 2002. Disponível na Internet em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/dalmodallari/index.html> Acesso em 29/11/2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu . **Que são direitos da pessoa?** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAMATTA, Roberto. Brasileiro: cidadão? In: DAMATTA, Roberto (org.) **Brasileiro: cidadão?** São Paulo: Cultura, 1997.

ELLSWORTH, Elisabeth. Modo de Endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Nunca Fomos Humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07-76.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Anotações para pensar o sujeito nos estudos culturais**. Animus, Santa Maria - RS, v. II, n. 1, p. 69-79, 2003.

_____. **Estudos Culturais: as margens de um programa**. In: e-Compós, Brasília, v. 6, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos Estudos Culturais: Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EXTRA. **Pesquisa sobre o perfil do leitor encomendada ao Instituto Marplan**. Rio de Janeiro: agosto de 2006.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 04 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 05 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 06 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 07 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 08 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 09 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 10 jun. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 12 ago. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 13 ago. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 14 ago. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 15 ago. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 16 ago. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 17 ago. 2007.

Extra, Rio de Janeiro (RJ), 18 ago. 2007.

FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.189-221.

_____. Midiatização, prática social – prática de sentido. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15, 2006, Bauru/SP. Bauru. **Anais ...** Bauru: Compós, 2006a.

_____. O discurso político entre recusas e controles das estratégias enunciativas midiáticas: observações sobre na midiatização da campanha eleitoral de 2006. **Revista Galáxia**, São Paulo, ano X, n.11, jun. 2006b. p.143-165.

FAUSTO NETO, Antonio. O Jornalismo e os limites da representação. **Ecos Revista**. Pelotas, v.9, n.2, jul-dez/2004. p.23-40

FERNANDES, Márcio. Jornalismo cívico: um estudo comparado dos modelos americano e brasileiro. In: BARBOSA, Marialva e HOHLFELDT, Antonio (org). **Jornalismo no século XXI: A cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

FLIZIKOWSKY, Márcio Rogério. **As tendências do jornalismo impresso**. Campinas: Observatório da Imprensa, 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=421IMQ003>_Acesso em 01/03/2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **A arqueologia do saber**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GABLER, Neal. **Vida, o filme**.- 1ª reimpressão. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARCÍA CANCLÍNÍ, Néstor. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da**

globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local.** La Plata: Facultad de Periodismo y Comunicación Social, 1997.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide** – para uma teoria marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania** - Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural.** São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Itania M. M. et al. Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : UERJ, 2005. p. 54-72.

GOMES, Itania M. M. . Telejornalismo de Qualidade: pressupostos teórico-metodológicos para análise. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15, 2006, Bauru/SP. **Anais ...** Bauru: Compós, 2006. p. 234-249.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública** – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença** – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis,R: Vozes, 2000.

_____. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation.** Cultural representation and signifying practices. London/ Thousand Oaks/ New Delhi: Sage/ Open University, 1997b, p.1-73.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

IVC (Instituto de Verificação da Circulação). **Dados da circulação dos jornais impressos brasileiros.** Rio de Janeiro: novembro de 2006.

IVC (Instituto de Verificação da Circulação). **Dados da circulação dos jornais impressos brasileiros.** Rio de Janeiro: outubro de 2006 a novembro de 2007.

IVC (Instituto de Verificação da Circulação). **Dados da circulação dos jornais impressos brasileiros.** Rio de Janeiro: novembro de 2007.

JACKS, Nilda; MACHADO, Márcia Benetti e MÜLLER, Karla. **A Representação da Argentina e dos Argentinos na Imprensa do Sul do Brasil**. Porto Alegre: PPGCom UFRGS, 2001.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais ? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.9-131

JOSÉ, Emiliano. Imprensa, sociedade civil e esfera pública democrática. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 04, 1995, Salvador. **Anais ...** Salvador: Compós, 1995.

KEANE, John. **Transformações estruturais da esfera pública**. In: Revista de Comunicação & Política, v.3, n.2, Rio de Janeiro, 1996. p.6-28.

LEAL, Aparecido Gomes. Um estudo sobre o cidadão e a cidadania na República de Platão. **Boletim do CPA**, Campinas, n. 4, jul/dez 1997.

MACHADO, Márcia Benetti. **A linguagem do Notícias Populares**. São Bernardo do Campo, 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Federal de Campinas, 3ª. ed, 1997.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores , 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.39-68.

_____. **De los medios a las mediaciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Procesos de Comunicacion y Matrices de Cultura: Itinerario para salir de La razón dualista**. Ciudad de México: Felafacs-Gustavo Gili, 1989.

MELO, José Marques de. Sensacionalismo na Imprensa. In: **Comunicações e Artes**. Uma Semana de Estudos sobre sensacionalismo, São Paulo, n.4, 1971. p.55-65.

MENESES, Leda Rosa. Jornalismo moderno na superficialidade camufla sensacionalismo bolorento no conteúdo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. In: **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, n.65. São Paulo: maio/agosto, 2006. p. 71-98.

MORLEY, David. **Televisión, audiências y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrutu Editores S.A., 1996.

MOTTA, Luiz Gonzaga . **A pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midicêntrico e sociocêntrico.** In: Revista Eptic on line, Aracaju, Sergipe, v. VII, n. 1, 2005.

OLIVEIRA, Paulo. **Jornais populares, um mercado em ebulição.** Campinas: Observatório da Imprensa, 2006. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=355SAI001> Acesso em 08/04/2006.

ORLANDI, Eni. **A análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** Porto Alegre: Conferência na Universidade do Rio Grande do Sul. In: II Conferencia UFRGS, 2000. Disponível em: http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf. Acesso em 13/05/2006.

_____. **As formas do silêncio** – No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso.** 4ª. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Análise do Discurso – Princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 4ª edição, 2002.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

O’SULLIVAN, Tim (org.). **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**, por Tim O’Sullivan, John Hartley, Danny Saunders, Martin Montgomery e John Fiske. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997a, p.311-318.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997b, p.61-105.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PEREZ, Reginaldo. **Veja: um veículo da transição** - Análise da Construção de um projeto político (1984-1985). 1988. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezy e Jaime (orgs.). **História da Cidadania.** – 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2003.

POLISTCHUCK, Ilana e TRINTA, Aloísio. **Teorias da Comunicação** – O pensamento e a

prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

POSSENTI, Sírio. O sujeito e a distância de si e do discurso. In: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso – ensaios sobre discurso e sujeito**. Criar Edições: Curitiba, 2002.

PRAZERES, Sergio. **Os populares, o jornal e o papel**. Campinas: Observatório da Imprensa, 2005. Disponível na Internet em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=384IMQ004> Acesso em 06/08/2006.

REDE GLOBO DE INFORMAÇÕES. Infoglobo. Site da Infoglobo. Disponível em: <http://www.infoglobo.com.br/empresa.asp> Acesso em 04/01/2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2006.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. [Pensamento de Combate. Entrevista a Cláudio Cordovil.] Disponível em: <http://br.geocities.com/madsonpardo/ms/entrevistas/mse06.htm> Acesso em 10/01/2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 6ª ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SIGNATES, Luiz. **Políticas de esfera pública: a busca de um novo conceito em políticas públicas, aplicável às esferas não-estatal e pseudo-privada**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 06, 1997, São Leopoldo. **Anais ...** São Leopoldo: Compós, 1997.

SILVA, Luiz Martins da. **Civic Journalism: um gênero que no Brasil ainda não emplacou**. Brasília: Mídia e Política, 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/sos/artigos/civicjournalism.htm>. Acesso em 10/09/2006a.

_____. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Jornalismo Público: três textos básicos**. Brasília: Casa das Musas, 2006b.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007a (Coleção Fazer Jornalismo)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A poética e a política do currículo como representação**. São Paulo: Site Educação On-line, 2007. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/a_poetica_e_a_politica.asp?f_id_artigo=329. Acesso em 03/12/2007b.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMONETTI JR., João Carlos. Discurso jornalístico e representações de identidade. In: GOMES, Itania e SOUZA, Maria Carmem. **Media-Cultura**. Salvador: Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, 2003.

SUNKEL, Guillermo. **Razon y Pasion em La Prensa Popular**: Um estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política. Santiago Del Chile: ILET, 1985.

THYS, Bruno. **Bruno Thys**: depoimento [jan.2007]. Entrevistadora: Carine Felkl Prevedello. Rio de Janeiro: EXTRA, 2007. 2 cassetes sonoros.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª ed. Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume I – Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. Contando Estórias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 252-262.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72

ANEXOS

ANEXO A – Tabela IVC - Novembro 2006



INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	NOVEMBRO/2006
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Todas	NATUREZA:	Jornal
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Todas (Sem Extraordinária)

Obs:O prazo de entrega das IJES está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoradores com diferentes periodicidades têm prazos de entrega diferentes).

Jornal - NOVEMBRO/2006

Publicação		Posição	Participação Mercado %	*Evolução Mês %	** Evolução Ano %	Média Publicação
Extra	RJ	1º	7,24	12,49	40,05	341.028
Folha de S. Paulo	SP	2º	6,62	-3,10	3,14	311.953
O Globo	RJ	3º	6,05	-0,41	2,33	284.953
O Estado de S. Paulo	SP	4º	5,10	-0,54	6,37	240.359
Revista da Folha	SP	5º	3,80	-4,57	-2,05	178.805
Zero Hora	RS	6º	3,69	0,12	-1,99	173.980
Super Notícia	MG	7º	3,63	4,45	339,15	170.761
Meia Hora	RJ	8º	3,62	-5,57	119,68	170.523
Revista Moda	SP	9º	3,42	-2,87	0,79	161.206
Correio do Povo	RS	10º	3,31	0,03	-5,28	156.112
Diário Gaúcho	RS	11º	3,15	-2,36	-3,97	148.574
Revista de Domingo	RJ	12º	2,63	3,04	35,82	123.676
Revista da Hora	SP	13º	2,46	-1,29	6,13	115.934
O Dia	RJ	14º	2,24	-7,03	-26,65	105.379
Lance!	RJ	15º	2,06	7,82	-9,60	96.809
Jornal do Brasil	RJ	16º	1,95	1,47	38,95	91.828
Agora São Paulo	SP	17º	1,83	-3,78	7,10	86.379
Estado de Minas	MG	18º	1,62	-1,06	3,38	76.180
Revista Já	SP	19º	1,57	-7,91	-11,58	73.767
Gazeta Mercantil	SP	20º	1,50	-0,03	-2,08	70.679
Revista Lance! A+	RJ	21º	1,39	4,30	-15,66	65.262
Diário de S. Paulo	SP	22º	1,28	-7,79	-10,80	60.392
A Tribuna	ES	23º	1,25	-1,43	10,51	59.109
Correio Braziliense	DF	24º	1,21	0,00	0,02	57.039
Jornal da Tarde	SP	25º	1,14	-3,54	-3,09	53.745
Valor Econômico	SP	26º	1,03	-0,13	-3,97	48.689
Gazeta do Povo	PR	27º	1,02	-0,85	2,49	48.121
O Amarelinho	SP	28º	0,98	-10,90	0,00	46.061
Revista Metrópole Campinas	SP	29º	0,97	-0,81	-3,70	45.556
Diário Catarinense	SC	30º	0,95	3,01	-0,73	44.933
Diário do Nordeste	CE	31º	0,88	0,10	4,70	41.245
A Tarde	BA	32º	0,82	-6,54	-1,19	38.765
Jornal do Commercio	PE	33º	0,81	0,19	7,64	37.987
Correio Popular	SP	34º	0,78	-0,53	-3,32	36.669
O Popular	GO	35º	0,75	-4,15	-0,63	35.332
Diário de Pernambuco	PE	36º	0,75	1,95	7,32	35.325
Expresso da Informação	RJ	37º	0,74	-26,19	0,00	34.866
Folha de Pernambuco	PE	38º	0,73	-0,37	9,97	34.231
Jornal NH	RS	39º	0,71	0,64	-9,44	33.644
Folha de Londrina	PR	40º	0,71	-0,18	3,93	33.489
Hora de Santa Catarina	SC	41º	0,69	-0,74	0,00	32.534
A Gazeta	ES	42º	0,65	0,58	4,30	30.808

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 17/01/2008 Emissão: 11:54

ANEXO B – IVC Média de Nov.2006 a Out. 2007



INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	NOVEMBRO/2006 a OUTUBRO/2007
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Todas	NATUREZA:	Jornal
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Todas (Sem Extraordinária)

Obs:O prazo de entrega das IJE'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoradores com diferentes periodicidades têm prazos de entrega diferentes).

Jornal - NOVEMBRO/2006 a OUTUBRO/2007

Publicação	Posição	Participação		Quantidade IJE's	Média Publicação
			Mercado %		
Folha de S. Paulo	SP	1º	5,61	12	302.738
Extra	RJ	2º	5,40	12	291.525
Top Of Mind	SP	3º	5,37	1	289.767
O Globo	RJ	4º	5,16	12	278.409
O Estado de S. Paulo	SP	5º	4,44	12	239.715
Super Notícia	MG	6º	3,97	12	214.113
Meia Hora	RJ	7º	3,70	12	199.513
Zero Hora	RS	8º	3,26	12	176.140
Revista da Folha	SP	9º	3,21	12	173.344
Mais Dinheiro	SP	10º	2,98	1	161.075
Revista Moda	SP	11º	2,90	5	156.837
Correio do Povo	RS	12º	2,87	12	154.735
Diário Gaúcho	RS	13º	2,84	12	153.222
Revista de Domingo	RJ	14º	2,45	12	132.524
Revista da Hora	SP	15º	2,09	12	112.674
O Dia	RJ	16º	2,08	12	112.118
Lance!	RJ	17º	2,06	12	111.019
Jornal do Brasil	RJ	18º	1,84	12	99.423
Agora São Paulo	SP	19º	1,55	12	83.492
Revista Lance! A+	RJ	20º	1,54	12	83.338
Revista Já	SP	21º	1,41	4	75.932
Estado de Minas	MG	22º	1,37	12	73.804
Diário de S.Paulo	SP	23º	1,33	12	71.719
Gazeta Mercantil	SP	24º	1,31	12	70.590
O Amarelinho	SP	25º	1,15	12	62.036
A Tribuna	ES	26º	1,09	12	58.601
Correio Braziliense	DF	27º	1,02	12	54.894
Jornal da Tarde	SP	28º	0,96	12	52.054
Aqui (Consolidado)	MG	29º	0,94	12	50.688
Valor Econômico	SP	30º	0,94	12	50.550
Expresso da Informação	RJ	31º	0,93	12	50.413
Gazeta do Povo	PR	32º	0,86	12	46.291
Revista Metrópole Campinas	SP	33º	0,85	12	45.695
Daqui	GO	34º	0,82	7	44.039
Diário Catarinense	SC	35º	0,79	12	42.493
Diário do Nordeste	CE	36º	0,76	12	40.875
Jornal do Commercio	PE	37º	0,73	12	39.270
A Tarde	BA	38º	0,72	12	39.073
Diário de Pernambuco	PE	39º	0,68	12	36.694
Correio Popular	SP	40º	0,68	12	36.638
O Popular	GO	41º	0,64	12	34.510
Jornal NH	RS	42º	0,64	12	34.395

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 14/01/2008 Emissão: 10:27

ANEXO C – IVC Novembro 2007



INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	NOVEMBRO/2007
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Todas	NATUREZA:	Jornal
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Todas (Sem Extraordinária)

Obs:O prazo de entrega das IJE'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoros com diferentes periodicidades têm prazos de entrega diferentes).

Jornal - NOVEMBRO/2007

Publicação		Posição	Participação Mercado %	*Evolução Mês %	** Evolução Ano %	Média Publicação
Super Noticia	MG	1º	5,78	2,55	82,13	311.010
Folha de S. Paulo	SP	2º	5,77	-2,29	-0,61	310.064
O Globo	RJ	3º	5,46	1,34	3,03	293.586
Top Of Mind	SP	4º	5,39	0,00	0,00	289.767
O Estado de S. Paulo	SP	5º	4,67	1,58	4,52	251.216
Extra	RJ	6º	4,20	-3,89	-33,77	225.856
Meia Hora	RJ	7º	3,93	-3,33	23,90	211.281
Zero Hora	RS	8º	3,31	0,50	2,25	177.897
Revista da Folha	SP	9º	3,27	-0,35	-1,62	175.901
Diário Gaúcho	RS	10º	2,98	-0,70	7,99	160.441
Correio do Povo	RS	11º	2,83	-0,12	-2,65	151.973
Revista Moda	SP	12º	2,80	-1,89	-6,51	150.707
Mais Dinheiro	SP	13º	2,79	-6,97	0,00	149.854
Revista de Domingo	RJ	14º	2,35	-2,37	2,31	126.529
Revista da Hora	SP	15º	2,09	-1,59	-3,10	112.335
Expresso da Informação	RJ	16º	1,95	4,42	200,70	104.843
Lancel	RJ	17º	1,90	-7,37	5,35	101.985
Jornal do Brasil	RJ	18º	1,80	-1,58	5,65	97.013
O Dia	RJ	19º	1,79	-3,80	-8,64	96.276
Agora São Paulo	SP	20º	1,54	-0,89	-3,87	83.034
Revista Lancel A+	RJ	21º	1,45	-15,80	19,89	78.244
Aqui (Consolidado)	MG	22º	1,43	-4,10	159,89	76.976
Estado de Minas	MG	23º	1,36	0,27	-3,86	73.236
Gazeta Mercantil	SP	24º	1,28	-0,67	-2,82	68.687
Diário de S.Paulo	SP	25º	1,23	-4,89	9,66	66.224
A Tribuna	ES	26º	1,09	-0,39	-0,57	58.769
Aqui MG	MG	27º	1,05	-7,44	286,08	56.645
Jornal da Tarde	SP	28º	1,04	3,70	4,27	56.039
Correio Braziliense	DF	29º	1,03	1,30	-2,77	55.458
O Amarelinho	SP	30º	1,00	-12,48	16,76	53.779
Daqui	GO	31º	0,99	-1,71	0,00	53.188
Valor Econômico	SP	32º	0,98	3,02	8,51	52.833
Revista Metrôpole Campinas	SP	33º	0,83	0,06	-2,04	44.627
Diário Catarinense	SC	34º	0,81	2,81	-2,45	43.833
Gazeta do Povo	PR	35º	0,81	0,21	-8,97	43.805
Jornal do Comercio	PE	36º	0,77	0,06	9,41	41.561
Diário do Nordeste	CE	37º	0,77	1,49	-0,17	41.175
A Tarde	BA	38º	0,72	0,22	0,23	38.854
Jornal NH	RS	39º	0,72	2,97	14,47	38.512
Diário de Pernambuco	PE	40º	0,70	-0,51	7,01	37.802
Correio Popular	SP	41º	0,67	-0,34	-1,32	36.185
Folha de Londrina	PR	42º	0,65	0,64	3,76	34.747

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

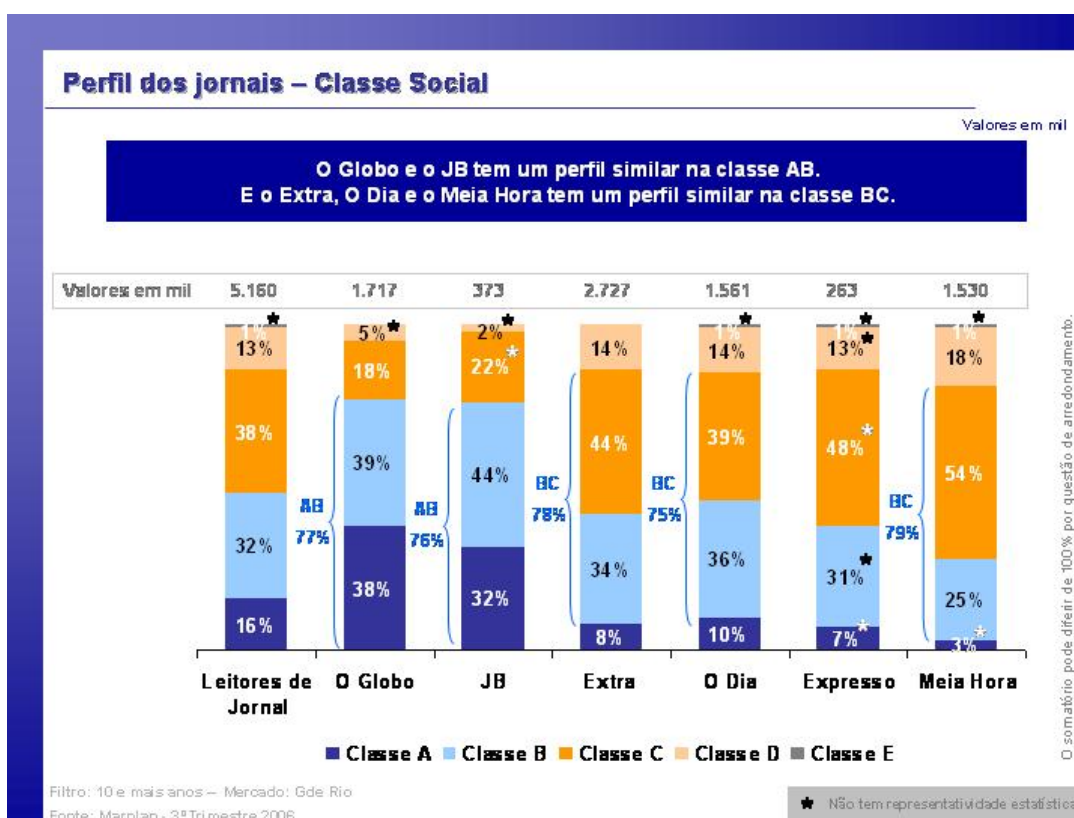
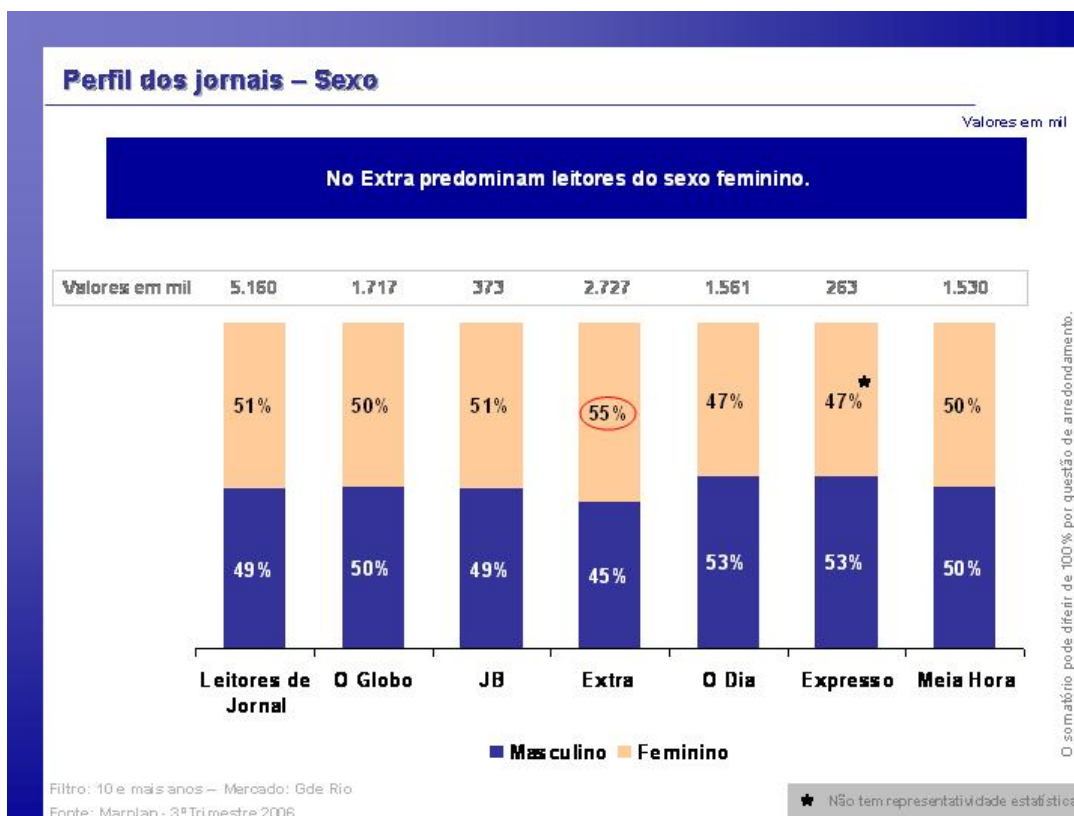
ANEXO D – IVC Comparativo tiragens *Extra* e *O Dia* – 2004

<i>Extra</i>		
	Dezembro/04	Janeiro/05
Domingo	409.132	400.607
Segunda	239.733	206.479
Terça	243.600	229.546
Quarta	257.404	254.075
Quinta	235.365	228.738
sexta	218.060	221.234
Sábado	203.754	206.606

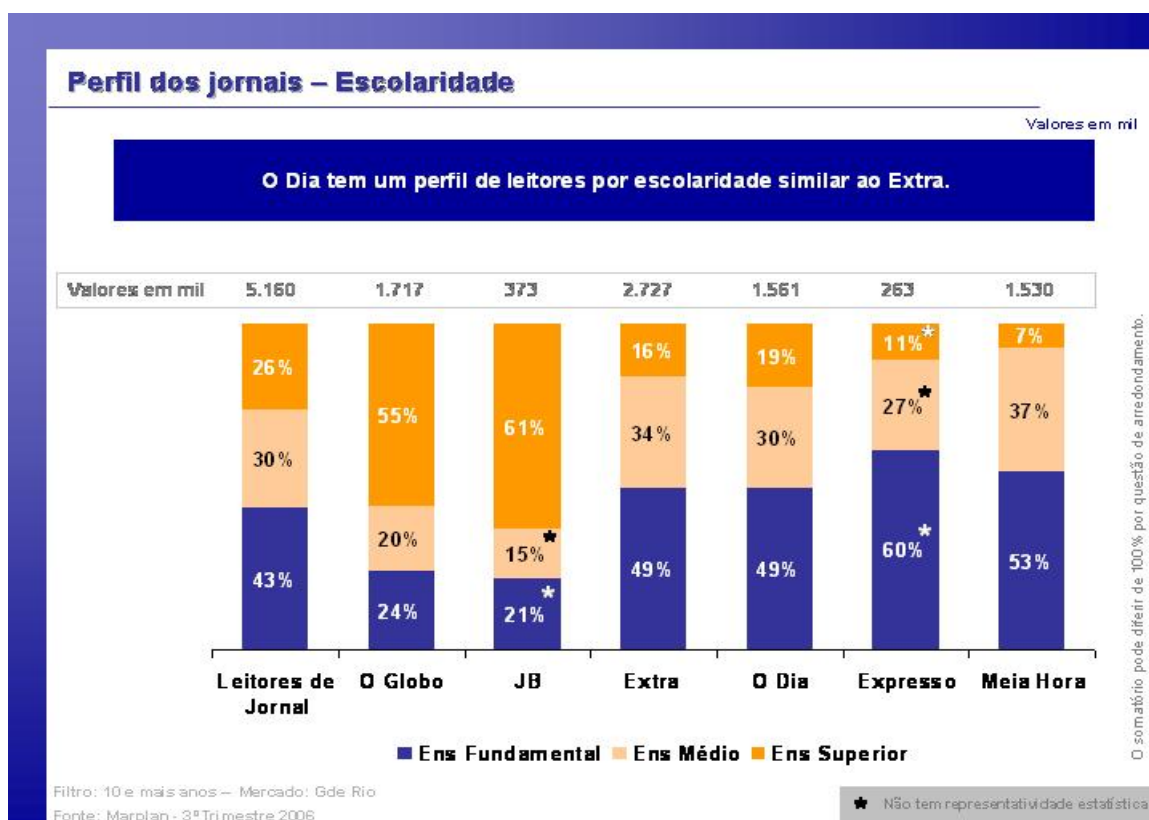
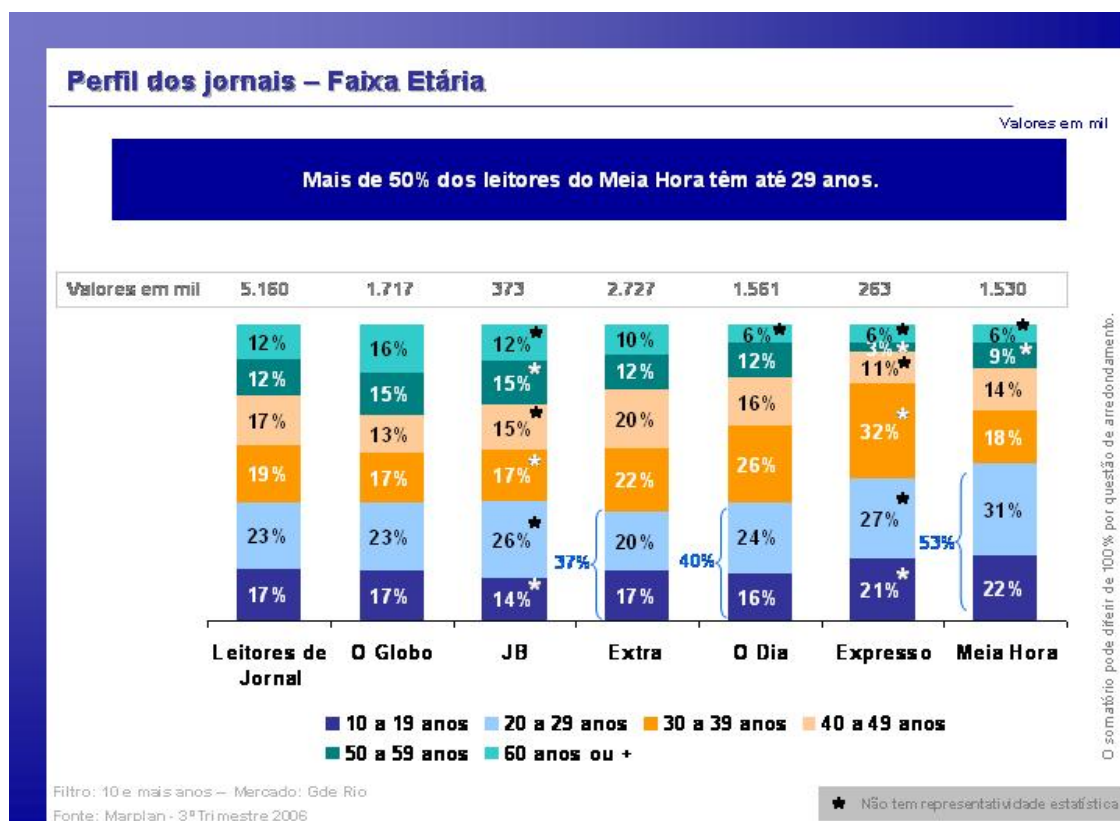
<i>O Dia</i>		
	Dezembro/04	Janeiro/05
Domingo	234.490	235.455
Segunda	135.153	123.424
Terça	137.004	134.635
Quarta	148.069	143.202
Quinta	159.111	159.577
sexta	132.064	132.248
Sábado	125.335	122.550

Fonte: CARVALHO, Marinilda. **O futuro está no passado.** Campinas: Observatório da Imprensa, 2005b. Disponível em:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=3181MQ002>
 Acesso em 03/11/2005.

ANEXO E – Perfil Comparativo do Leitor do *Extra* – Instituto Marplan / Categorias Sexo e Classe Social



ANEXO F – Perfil Comparativo do Leitor do *Extra* – Instituto Marplan /
Categorias Faixa Etária e Escolaridade



ANEXO G –Matéria 07/06/07 Polícia mata oito em operação

EXTRA • Quinta-feira 7 de junho de 2007

GERAL 15

GUERRA DO RIO

Polícia mata oito em operação

Caçada a traficante na Favela do Jacarezinho também deixa seis feridos. Armas e drogas são apreendidas

■ PAULO CARVALHO
pauloc@extra.inf.br

Uma caçada ao traficante Alexander de Jesus Carlos, o Choque, acusado de chefiar o tráfico de drogas na Favela de Mangueiras, terminou com oito mortos — segundo autoridades, bandidos — e quatro policiais feridos na manhã de ontem. A operação foi realizada por agentes da Polinter, com o apoio do 3º BPM (Méier), na Favela do Jacarezinho. Dois moradores foram atingidos por balas perdidas, mas não correm risco de vida.

Vinte e cinco agentes da Polinter e um grupo de policiais militares foram recebidos a bala assim que entraram na favela. Além de Choque, eles procuravam Sandra Helena

Choque, que teria sido baleado no rosto, escapa de cerco

Pinto de Góis, de 36, foram transferidos para o Hospital Central da PM. Um agente da Polinter também foi baleado.

Um dos moradores feridos foi identificado como José Ferreira, de 75 anos. Ele levou um tiro na mão esquerda. O outro foi baleado na barriga.

Para conseguir sair da favela, policiais tiveram de pedir reforço. Ao fim da operação, foi feita uma apreensão de quatro pistolas (uma delas de fabricação israelense), dois revólveres, duas granadas, 3 mil papelotes de cocaína e munição.

Com a saída da polícia do Jacarezinho, um grupo de moradores ameaçou fechar a Avenida Dom Hélder Câmara. Porém, foram contidos por PMs. Policiais disseram que Choque estava escondido na favela no momento da operação. Ele teria um ferimento a bala no rosto, causado durante uma operação no Complexo do Alemão, no mês passado.

Até o fim da noite três mortos haviam sido identificados: Jorge Vinícius da Silva, Juliano de Lima e Wagner Luiz.



POLICIAIS MILITARES deixam o Jacarezinho, onde Choque, acusado de chefiar tráfico na Favela de Mangueiras, estaria escondido.

Ferreira Gabriel, a Sandra Sapatão, também acusada de tráfico. Na Rua da Feira, ocorreu o primeiro tiroteio. Dois homens que estavam em uma moto roubada atiraram nos policiais. Ambos foram baleados e morreram.

Outros seis homens que, segundo a polícia, estariam armados e espalhados em lajes, também foram atingidos pelos policiais. Eles foram retirados da favela num veículo blindado e levados para o Hospital Salgado Filho, no Méier, onde acabaram morrendo. Entre as vítimas estaria um traficante conhecido como Snoopy.

O sargento Antônio Carlos Pereira, de 43 anos, foi ferido por estilhaços de granada no peito, na virilha e na perna esquerda. Ele foi operado no Salgado Filho. Dois outros PMs levaram tiros: o soldado Ronaldo da Costa Silva, de 29 anos, e o capitão Edson Alexandre



DRUGAS APREENDIDAS: polícia diz que mortos eram bandidos

PM baleado na Vila Cruzeiro

■ Mais um PM foi baleado, ontem, na guerra entre policiais e traficantes no Complexo do Alemão. O soldado Wagner Luiz de Almeida, de 31 anos, levou um tiro na coxa direita durante um patrulhamento de rotina na região. Com ele, sobe para 62 o número de pessoas baleadas na Vila Cruzeiro desde que a polícia começou a fazer operações no local. Nos confrontos, que já completaram 35 dias, 17 morreram.

De acordo com policiais do 16º BPM (Olaria), uma equipe do batalhão estava fazendo patrulhamento de rotina na Rua A, na Vila Cruzeiro, quando a Blazer na qual estava Wagner Luiz foi atingida por disparos de traficantes.

Houve em seguida uma intensa troca de tiros e moradores tiveram de correr para se proteger de balas perdidas.

O policial militar foi levado para o Hospital Getúlio Vargas, na Penha, e, em seguida, transferido para o Hospital Central da PM, no Estácio. Segundo médicos, ele não corre risco de vida.

Escolas sem alunos

Após o confronto, não houve novas operações da polícia na Vila Cruzeiro. Alguns policiais fizeram apenas patrulhamento em três acessos ao complexo da favela. As escolas funcionaram normalmente, mas muitos alunos não foram à aulas com medo de trocas de tiros.

Para impedir uma reação violenta de moradores à ocupação da PM no complexo, lideranças comunitárias estão se reunindo desde a noite de terça-feira. Elas tentam encontrar meios para diminuir os índices de violência crimes na região e evitar possíveis abusos por parte da polícia.

A ideia inicial do grupo era organizar uma passeata pela paz, mas essa opção está praticamente descartada. Presidentes de associações de moradores disseram que medidas radicais serão tomadas, mas não as revelaram.

www.jornalextraonline.com.br

► Infográfico: Veja a cronologia da guerra na Vila Cruzeiro



ANEXO H – Capa jornal Extra 08/06/07

EXTRA

INFORMAÇÃO RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2007 • ANO X • NÚMERO 3.311

www.jornalextraonline.com.br

R\$ 1

ARRASTÃO DE SOBEL FOI ALÉM DA GRAVATA: TEVE CACHECOL E CAMISA



Imagens do rabino Henry Sobel furtando gravatas em Palm Beach, na Flórida, ganharam a internet. Na sequência, ele passa pelo balcão, pega a gravata e põe no bolso. Depois, fora da loja, é parado por uma policial que tinha sido avisada.

Mas isso não teria sido o único deslize de Sobel nos EUA. Segundo a polícia americana, em outras duas ocasiões, em 1995 e 2003, ele teria passado a mão num cachecol e numa camisa no hotel em que ficara hospedado. **PÁGINA 14**

Onde encontrar uma comidinha gostosa na rua

Um roteiro muito especial dos "podrões" que servem um cardápio variado em trailers e vans estacionados nas ruas e feiras do Rio, de São Gonçalo e da Baixada Fluminense.

Show na Barra

Nas dicas de shows, o destaque é Elymar Santos, que se apresenta no Garden Hall.



CAPITÃO GUIMARÃES TAMBÉM ERA ACIONADO

Vereador avisava a Anísio sobre ações da polícia

Grampo da PF revela que Marival Gomes, de Niterói, passava informações para os bicheiros. **PÁGINA 9**

RETRATOS DA VIDA

Ivan dá surra em Mateus em 'Paraíso tropical'

Muitos carismos pararam para ver a briga entre os atores Gustavo Lello, o Mateus, e Bruno Giugliano, o Ivan, na praia do Leme. **PÁGINA 6**



PERIGO NO AR

Tráfego é ameaça para vôos turísticos

Turistas em visita ao Rio de Janeiro estão evitando fazer vôos panorâmicos de helicópteros na rota do Alto da Boa Vista, por causa da proximidade com as favelas da Tijuca. Os pilotos reclamam que o número de viagens para o Cristo Redentor no trajeto está diminuindo, porque os passageiros ficam assustados com a quantidade de mortos. **PÁGINA 11**

JOGO EXTRA



OS JOGADORES DESFILAM pelo Aterro do Flamengo num carro dos bombeiros.

O Rio se veste de tricolor



CARLOS ALBERTO faz a festa no vôo de volta ao Rio

Milhares de pessoas acompanharam a chegada dos campeões da Copa do Brasil. Desde o início da manhã, a sede do Fluminense, em Laranjeiras, foi tomada pela torcida. A equipe desfilou num carro do bombeiros e, eufóricos, os dirigentes já falam em título do Brasileiro.

Cesar Maia quer mais dedicação de professor

O prefeito Cesar Maia afirmou ontem que os professores precisam se empenhar mais para garantir o sucesso da aprovação automática. "É natural eles reagirem, pois é preciso mais dedicação", disse ele, se referindo aos protestos dos professores contra o atual sistema da prefeitura. **PÁGINA 5**

PAULO COELHO

Esteja sempre aberto para as novidades da vida **DIVERSÃO EXTRA**

ANTONIO CARLOS

Vanessa Camargo dá dicas para o fim de semana **DIVERSÃO EXTRA**

EXTRA, EXTRA

Estado vai receber lote de equipamentos hospitalares **PÁGINA 4**

DOMINGO

SUPER CURINGA PARA VOCÊ COMPLETAR SUA COLEÇÃO

Bala perdida fere na Vila Cruzeiro: é a 63ª vítima

PÁGINA 10

Caos se repete nos aeroportos durante feriado

PÁGINA 17

HOJE

COLEÇÃO Sessão Dupla

EXTRA + R\$ 14,99 = 1 DVD

LÍDER

O JORNAL MAIS LIDO DO BRASIL

EXTRA

HOJE

62 PÁGINAS

1º caderno... 20 PÁGS.
Jogo Extra... 12 PÁGS.
Diversão... 24 PÁGS.
Classificados... 6 PÁGS.

Não podem ser vendidos separadamente

DE CLASSIFICAÇÃO E O JORNAL EXTRA ENCLAVAM PRIMEIRA, SEGUNDA E QUARTA FEI

PRIMEIRA EDIÇÃO

ANEXO I –Editorial 08/06/07

Sexta-feira 8 de junho de 2007 • EXTRA

ATAQUE E DEFESA

A sociedade continua esperando explicações da Câmara de Vereadores de Niterói com relação à idéia de isentar de IPTU um empreendimento imobiliário do contraventor Antonio Petrus Kalil, o Turcão. Não basta voltar atrás e retirar a proposta de votação. Para começo de conversa, é um absurdo que tal idéia tenha sido cogitada. Quem, em sã consciência, acreditaria que a Câmara estaria cumprindo seu papel de representante dos interesses do povo se isentasse de imposto o negócio de um bicheiro?

Retirada a proposta, cabe agora à presidência da Câmara apurar e esclarecer à população quem foi o responsável pela absurda idéia. Por enquanto, permanece o disse-me-disse e ninguém quer assumir publicamente a súbita "generosidade" com o contraventor — lesando os cofres públicos, é claro. Aliás, é até compreensível que ninguém queira se responsabilizar. Afinal, deve ser difícil explicar aos eleitores porque um hotel, de propriedade de um bicheiro, seria de utilidade pública. O povo, sem dúvida, não ia gostar da explicação.

ANEXO J – Matéria 08/06/07 Mais uma vítima inocente

GERAL Sexta-feira 8 de junho de 2007 • EXTRA

A GUERRA DO RIO

Mais uma vítima inocente

Dona-de-casa da Vila Cruzeiro é ferida por bala perdida após blindado da PM entrar na favela

ISABEL BOECHAT
isabel.boechat@extra.inf.br

■ A guerra entre policiais e traficantes na Vila Cruzeiro voltou a deixar feridos. No final da manhã de ontem, a dona-de-casa Aline Nascimento, de 29 anos, levou um tiro no ombro enquanto lavava roupa na laje de sua casa. Ela foi atingida logo depois que o veículo blindado da Polícia Militar entrou na favela. No entanto, não houve troca de tiros entre policiais e traficantes. Com ela, sobe para 63 o número de feridos em 36 dias de confrontos na área.

O marido de Aline, o funcionário da Comlurb José Carlos de Andrade, de 42 anos, disse que estava no trabalho quando soube que a mulher havia sido baleada.

— Não posso afirmar como foi que aconteceu. Ela estava lavando roupa e de cos-

tas para a rua. Ela não viu o civeirão subir. Estamos em uma situação muito difícil — contou José Carlos.

Aline foi levada por um vizinho para o Hospital Getúlio Vargas, na Penha. Ela foi medicada, passa bem e não corre risco de vida.

Rotina alterada

Uma moradora da Vila Cruzeiro, que preferiu não se identificar, disse que a rotina das pessoas está completamente alterada em função dos confrontos. Ela, que tem três filhos, conta que alguns de seus vizinhos foram para a casa de parentes por causa dos constantes tiroteios.

— Saio cedo do trabalho. Como sou diarista, não faço mais o dia completo para chegar em casa cedo. As crianças estão sem escola, a comunidade abandonada. Precisamos voltar à normalidade.

DIÁRIO DA GUERRA
36. 63. 21.
dias feridos mortos

► **BALEADA**
Aline Nascimento, de 29 anos, foi baleada ontem. O tiro atingiu seu ombro esquerdo.

► **FUTEBOL DA PAZ**
A quadra de futebol da Vila Cruzeiro ficou tomada por moradores e jogadores de 12 times locais, que se reuniram num pedido para que a comunidade volte à vida normal.

► **CAVEIRÃO**
Pela manhã, o blindado circulou pela comunidade, mas não houve confronto entre policiais e traficantes da Vila Cruzeiro.

BLINDADO DA PM entra na Vila Cruzeiro: apesar de não ter havido confronto, moradora foi baleada quando lavava roupa



Antes dos tiros, um torneio pela paz

Moradores organizam campeonato de futebol, na busca de lazer em meio aos confrontos

■ Em uma tentativa de trazer o lazer de volta à comunidade da Vila Cruzeiro, os moradores, junto com sua associação, organizaram ontem o Torneio da Paz. Doze times de futebol entraram na disputa. Segundo o presidente da Associação de Moradores da Vila Cruzeiro, Luiz Cláudio dos Santos, o objetivo é trazer de volta à comunidade a descontração e momentos felizes mesmo que diante da violência.

— Desde o início dos confrontos não tivemos lazer nenhum. Acho esse torneio bom. Ajuda a diminuir a violência — disse Anderson Reis dos Santos, de 24 anos, que se inscreveu em um dos times, o Barreira Complexo da Penha.

Quadra vazia

Um outro participante do torneio, Alex Luiz, de 31 anos, lamentou a situação atual na comunidade.

— Tínhamos esses momentos todos os domingos. O prejuízo é sempre nosso. Essa quadra ficou vazia por muito tempo, algo que, antes de começarem esses confrontos, nem imaginávamos que pudesse acontecer.

GUERRA, MAS SÓ pela bola: futebol como um caminho para fazer a vida voltar ao normal



MORTE EM MAGALHÃES BASTOS

PMs acusados de matar jovem

Moradores dizem que morte de estudante seria retaliação por denúncias feitas ao comando do batalhão de Bangu

■ MARCELO GOMES
marcelo.gomes@extra.fm.br

Um dia depois de denunciarem supostos excessos de policiais ao comando do 14º BPM (Bangu), moradores da Favela Curral das Equas voltaram a acusar integrantes da unidade militar por mais um crime: a morte de um estudante de 18 anos. Maurício Martins Carneiro teria sido morto durante uma incursão da polícia na última quinta-feira, de acordo com relatos de parentes e amigos feitos durante o enterro do jovem, ontem, no Cemitério do Murungu, em Realengo.

Para os moradores, o crime seria retaliação à reunião, na véspera, entre líderes comunitários e o comandante do 14º BPM, coronel Paulo César Lopes, que recebeu um documento que denunciava a má conduta de PMs. Mas a polícia tem outra versão: o rapaz teria morrido durante uma suposta troca de tiros na favela de Magalhães Bastos. Ele estaria envolvido com o tráfico.

Mão quebrada

Durante o enterro, a mãe de Maurício, a dona-de-casa Elisângela Martins, de 52 anos, precisou ser amparada por parentes. Segundo ela, o rapaz trabalhava lavando carros e havia quebrado a mão direita recentemente, o que tornaria inviável a hipótese de que ele trocou tiros com os PMs.

Os policiais disseram que Maurício estava com um revólver 38. Como alguém vai enfrentar, com um revólver, um bando de policiais com fuzis?

Além disso, meu filho estava com a mão quebrada. Mesmo se fosse handido, não teria como trocar tiros — desabafou Elisângela. — Eles matam e depois colocam uma arma na mão da vítima para dizer que houve tiro. Eles são covardes. Agora, estou com medo, porque ainda tenho uma filha de 9 anos para criar e um neto de 1 ano, filho de Maurício.

Sete vítimas

Moradores disseram que Maurício foi morto na entrada de um beco na Rua Princesa Leopoldina, em frente ao Ciep Osvaldo Aranha.

— Ele estava jogando futebol no Ciep e ia para casa, beber água. Foi quando dois PMs pularam o muro de uma casa próxima e renderam o rapaz. Os PMs mandaram todos se afastarem. Em seguida, ele foi morto — disse um morador.

O presidente da Associação de Moradores do Curral das Equas, Sérgio Vinha, disse que Maurício é o sétimo jovem morto do mesmo modo por PMs nos últimos dois meses.



DESESPERO NA HOJA DA DESPEDIDA: os parentes do estudante lamentam a sua morte durante operação da PM no Curral das Equas



MAURÍCIO: morte suspeita

Vítima teria sido presa duas vezes por tráfico

Após o enterro do estudante, os moradores fizeram um protesto na Rua Princesa Leopoldina, que dá acesso à Favela Curral das Equas. Com fitas e cartazes, eles acusaram diretamente dois policiais do 14º BPM de terem cometido o crime. Eles chegaram a anotar os números de ordem dos dois

veículos que teriam sido usados pelos policiais que participaram da morte de Maurício. No documento entregue ao comando do 14º BPM, os moradores acusam os policiais de invadirem as suas casas para roubar dinheiro e pertences, além de abusar sexualmente de mulheres.

O coronel Paulo César Lopes disse que instaurou um procedimento para verificar a legitimidade da operação policial. Segundo ele, consta no livro de ocorrências do batalhão que o rapaz morreu após trocar tiros com os PMs.

— disse Lopes, acrescentando que Maurício tem duas passagens por tráfico na 34ª DP (Bangu).

ANEXO M – Matéria 10/06/07 Receitas para o sucesso

PROMOÇÃO

Domingo 10 de junho de 2007 • EXTRA

DICAS DE OURO

Receitas para o sucesso

Nova coleção do EXTRA ajudará leitor a conquistar oportunidades e a enfrentar situações em casa e no trabalho

■ O EXTRA vai dar uma mãozinha para os leitores aprenderem, por meio do autodesenvolvimento, a enfrentar seus problemas do dia-a-dia, buscando novas oportunidades para questões sociais, familiares e profissionais. A receita estará nas bancas na próxima quarta-feira, quando o jornal lançará a coleção "Sucesso pessoal". Ao todo, serão oferecidos aos leitores oito livros de dicas com os seguintes temas: "Como fugir das dívidas"; "Como e quando dizer não"; "Como estimular a memória"; "Como identificar oportuni-

dades"; "Como viver melhor e ser mais feliz"; "Como construir uma imagem positiva"; "Como usar bem o seu tempo" e "Como enfrentar a timidez".

Colecionar é simples

Para adquirir a coleção é simples: basta comprar a edição do EXTRA de quarta-feira e pagar apenas mais R\$ 4,99 durante oito semanas. Em cada livro, de 48 páginas, será possível aprender dicas práticas para enfrentar situações vividas no cotidiano, tanto em casa como no mercado de trabalho.

Além de idéias para tornar a vida menos complicada, as publicações trazem sugestões práticas. Na edição "Como identificar oportunidades", o leitor será auxiliado a identificar chances e a tomar decisões acertadas. No livro "Como e quando dizer não", será a vez de aprender a dizer não a um amigo, a um parente ou ao chefe. A obra vai estimular o leitor a usar a palavra negativa com sinceridade, segurança e coragem para afirmar suas razões. Todas as outras edições também trazem orientações sobre procedimentos

para resoluções de conflitos.

A coordenadora editorial da coleção "Sucesso pessoal", Isabel Moraes, lembra que o objetivo dos livros é ser uma ferramenta para que cada leitor descubra suas potencialidades e providencie soluções para impasses. Ela lembra, no entanto, que o resultado das dicas práticas expostas no livro depende da seriedade com que cada leitor vai encará-las.

— As pessoas são capazes de muitas ações que não têm consciência. Por isso, o sucesso da leitura está diretamente relacionado

à vontade de cada um de colocar as dicas em prática — diz.

Leitura democrática

A estudante de administração Carla Paes, de 29 anos, vê na nova promoção uma oportunidade para que um número maior de leitores possa ter acesso a livros que ajudam as pessoas a ter uma vida mais feliz e produtiva.

— É uma ótima chance para quem não tem acesso a livros, disponíveis no mercado, que tratam desses assuntos e geralmente custam muito caro — opina.

NAS BANCAS



Lançamento 13/06



Lançamento 20/06



Lançamento 27/06

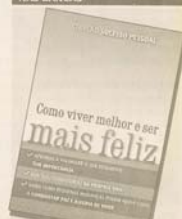


Lançamento 04/07



PARA A ESTUDANTE Carla Paes, a coleção ajudará o leitor a ter uma vida mais produtiva: "Esses livros em geral são caros"

NAS BANCAS



Lançamento 11/07



Lançamento 18/07



Lançamento 25/07



Lançamento 01/08

Dicas para fugir das dívidas e pechinchar

■ O tema do primeiro livro da coleção "Sucesso pessoal", que estará nas bancas na próxima quarta-feira, é "Como fugir das dívidas". O objetivo desta obra é ajudar o leitor a controlar o próprio dinheiro, evitar dívidas ou se livrar delas. Na obra, o leitor encontrará sugestões desde como negociar e fazer acordos até os procedimentos para "limpar" o nome dos cadastros de proteção ao crédito.

O volume traz também sugestões sobre como comparar preços e até mesmo pechinchar, um ato que demonstra que o consumidor é inteligente e valoriza o que tem. No livro, as dicas estão

divididas em dez capítulos. No decorrer da coleção, será possível encontrar ainda dicas para aumentar o círculo de ami-

Primeira edição estará nas bancas a partir da próxima quarta-feira

zades e elevar a satisfação pessoal, atravessando a vida com a admiração e o respeito de todos ao redor. Quem tem dificuldades

para conseguir fazer todas suas atividades no corre-corre do dia-a-dia, receberá dicas para driblar a falta de tempo.

Os tímidos, com dificuldades para fazer amigos e demonstrar capacidade no trabalho ou na escola, também poderão desfrutar de orientações. Nesta edição, será mostrado quantas oportunidades são desperdiçadas por causa da timidez. Já na edição relacionada à memória, será possível conhecer e aprender a desenvolver a própria mente, tornando-a mais ágil e poderosa, capaz de guardar números, nomes e fatos com mais facilidade.

VEJA COMO COLECIONAR

► **NOVA COLEÇÃO**
A partir da próxima quarta-feira, o leitor do EXTRA poderá começar a adquirir os livros da coleção "Sucesso pessoal" nas bancas.

► **CONTEÚDO**
Serão oferecidos aos leitores oito livros com dicas para o auto-desenvolvimento. Cada obra traz dicas práticas sobre temas sobre planejamento financeiro, conquista de oportunidades, timidez e estímulo à memória.

► **PARA PARTICIPAR**
Para começar sua coleção, basta

comprar a edição do EXTRA de quarta-feira e pagar apenas mais R\$ 4,99. A promoção terá duração de oito semanas. Em cada livro, será possível aprender dicas práticas para enfrentar situações do dia-a-dia.

► **PRIMEIRO LIVRO**
"Como fugir das dívidas" é o tema da primeira obra da coleção. O objetivo é ajudar o leitor a controlar o próprio dinheiro.

► **OUTRAS EDIÇÕES**
O livro "Como identificar oportuni-

dades. A edição "Como construir uma imagem positiva" auxilia no aumento do círculo de amizades. O livro "Como usar bem seu tempo", ajudará o leitor a planejar os compromissos. Já a obra "Como e quando dizer não" vai ensinar como dizer não com segurança. No livro "Como enfrentar a timidez", os tímidos aprenderão a avaliar as situações em que se sentem impotentes. Já "Como viver melhor e ser mais feliz" incentiva o leitor a conduzir a própria vida com responsabilidade. Com a obra "Como estimular a memória", o leitor vai desenvolver a própria mente.

ANEXO N - Matéria 10/06/07 Prato feito: barato e com o preço congelado

Domingo 10 de junho de 2007 • EXTRA

36 ECONOMIA

SEU BOLSO

Prato feito: barato e com preço congelado

Com o arroz e o feijão mais baratos, PF não é reajustado nos bares há mais de dois anos

■ ANTERO GOMES
agomes@extra.inf.br

Comer um prato feito a R\$ 3,50, quem se arriscaria? Cada vez mais gente é a resposta. Sobretudo depois que os dois principais produtos do PF — o arroz e o feijão — apresentaram quedas significativas de preço, que já chegaram a 20,35% desde janeiro de 2004, de acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Já nos baldões, o preço do PF é o mes-

mo há pelo menos dois anos. Quando está a trabalhar no Rio, o livreiro Leandro Avelar, de 47 anos, diz ser fiel ao prato feito. Só raramente, quando tem mais dinheiro sobrando, procura um tradicional self-service. Frequentador do Bar Kathleen, na Rua do Riachuelo, consegue comer bem e barato, a R\$ 3,50. — Acaba valendo comer na rua quando peço o PF. Em casa, eu gastaria mais.



PARA O LIVREIRO Leandro Avelar, o prato feito é sinônimo de comer bem e barato, por R\$ 3,50

Lucro fica maior para os comerciantes

■ Carla Barroso, a sorridente proprietária de 42 anos do Bar Kathleen, vem revertendo em lucro os preços baixos do arroz e do feijão. Ela só vende PF. São 90 por dia, R\$ 3,50 cada. É um dos mais baratos do Centro do Rio. Por R\$ 1,30 a mais — uma fortuna para o consumidor desse tipo de refeição —, um cliente pode comprar o mesmo PF em outro bar, a alguns metros do Bar Kathleen.

— Qualquer PF é R\$ 3,50. Esse preço continua o mesmo há dois anos. Entretanto, com a queda do preço do arroz e do feijão, aumentou a minha margem de lucro de 10% para 20%. Também vendo muito mais — diz Carla que, barateira, ainda oferece para acompanhar a refeição uma jarra de suco de abacaxi.

De acordo com um estudo da FGV, o arroz e o feijão ficaram 4,75% mais baratos em abril, se comparados a janeiro deste ano. Os preços estão, inclusive, mais baratos do quem em 1994, na virada do Plano Real.



O ARROZ TEVE queda de preço de 4,72% em quatro meses

► FGV
Arroz branco (-4,72%); arroz parbolizado (-2,69%); feijão cariocinha (-4,80%); feijão preto (-13,52%); mamão comum (-17,33%); pão francês (-0,52%); açúcar refinado (-

7,46%); açúcar cristal (-5,26%); carnes bovinas (-3,94%); azeite de oliva (-3,76%); óleo de soja (-2,72%);
► FECOMÉRCIO
Açúcar refinado kg (-7,12%); arroz 5kg

(-2,41%); banana prata, quilo (-1,86%); biscoito, 200g (-0,33%); carne bovina de peito, kg (-4,16%); carne bovina de segunda, kg (-1,89%); carne seca, kg (-5,85%); creme dental, 90g

(-0,36%); feijão, kg (-12,54%); frango, kg (-3%); macã, kg (-31,01%); macaráo, 500g (-0,20%); óleo de soja, 900ml (-0,49%); queijo prato, kg (-2,07%); sabão em pó, kg (-0,9%).

FABIO COSTA

ANEXO O - Matéria 12/08/07 O caminho das pedras para evitar receber um não do INSS

26 ECONOMIA Domingo 12 de agosto de 2007 • EXTRA

A ESPERA DA CONCESSÃO

O caminho das pedras para evitar receber um 'não' do INSS

Previdência recusa 54% dos benefícios solicitados. Saiba por que e como evitar entrar nessa estatística

■ **MAX LEONE**
max.leone@extra.inf.br

■ Todos os meses, milhares de segurados do INSS têm o pedido de benefício negado por motivos que vão desde a falta de comprovação da contribui-

ção previdenciária (caso de aposentadorias) até o parecer contrário de peritos (benefícios por incapacidade). Segundo o último boletim estatístico do ministério, de junho, 285 mil pedidos de aposentadorias e de outros benefícios não fo-

ram concedidos. Ou seja, 54% de 535 mil requerimentos. Além disso, mais de 214 mil auxílios-doenças e aposentadorias por invalidez (69%) acabaram não-liberados, de um estoque de 313 mil.

Com base nas causas que levam o INSS a dizer não aos segurados — que vão desde a falta de comprovação do tempo de contribuição necessário até a ausência de documentação —, o EXTRA preparou um guia com regras e documentos exigidos pela Previdência Social (quadro ao lado).

— É preciso verificar a documentação e buscar informação no 135. Ligando, o segurado sabe que se ele não levar uma determinada documentação não será atendido e não poderá dar entrada no processo. Fica sabendo também que requisitos ele precisa atender para requerer o benefício — explicou o presidente do INSS, Marco Antônio Oliveira.

No Rio, 21 mil pedidos de auxílios-doença foram negados. É o caso da auxiliar de cozinha Dalva da Silva Cunha, de 62 anos, que teve o benefício indeferido após ter recebido um salário mínimo (R\$ 380) por um ano.

— Tenho problema de coluna cervical e fico tonta quando abixo a cabeça. Não posso pegar peso. O médico disse que posso trabalhar e indeferiu meu pedido — disse.

parecer contrário dos peritos. Em São Paulo, isso ocorre em 65% dos casos.

► **CARÊNCIA**
A falta de comprovação de período de carência também é motivo para barrar a concessão de aposentadorias: 8,6%, no Rio, e 9,9%, em São Paulo.

► **INCAPACIDADE**
No Rio, 64% dos auxílios-doença são negados por

DALVA, AO LADO DO NETO Júlio César Cunha: benefício negado

OS MOTIVOS

► **APOSENTADORIA**
A falta de tempo de contribuição até 16 de dezembro de 1998 corresponde a 48% dos indeferimentos, no Rio, e a 44%, em São Paulo.

► **INCAPACIDADE**
No Rio, 64% dos auxílios-doença são negados por

TIRE SUAS DÚVIDAS

O passo a passo para garantir seu benefício



APOSENTADORIAS

- Carteira de trabalho.
- Carnê com comprovação das contribuições previdenciárias.
- Comprovante de vínculo empregatício.

Outros fatores referentes à documentação:
Falta de regularização dos vínculos por parte dos empregadores. As empresas não registram ou registram os empregados com atraso.

1) O principal motivo para indeferimentos de aposentadorias é a falta de contribuição necessário para cada tipo de benefício. Confira as exigências:

Aposentadoria por idade
Têm direito ao benefício os trabalhadores urbanos do sexo masculino, aos 65 anos, e do sexo feminino, aos 60

AUXÍLIO-DOENÇA



O benefício é concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. Para ter direito, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência Social por, no mínimo, 12 meses. Esse prazo não será exigido em caso de acidente de qualquer natureza (por acidente de trabalho ou fora do trabalho). Para concessão de auxílio-doença, é necessária a

2) No caso específico da empregada doméstica, a carteira é assinada, mas as contribuições previdenciárias pagas com atraso dificultam o reconhecimento da carência.

3) Falta de contribuição:
O segurado precisa ter um ano de

ANEXO P – Capa jornal Extra 14/08/07

EXTRA

R\$ 1

INFORMAÇÃO RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2007 • ANO X • Nº 10.000 • www.jornalextraonline.com.br

GRACYANNE EXIGE E BELO TIRA TATUAGEM DE VIVIANE ARAUJO DO BRAÇO




A única marca de Viviane Araújo que restou na vida de Belo está no fundo da piscina da mansão onde os dois viveram. A tatuagem no antebraço esquerdo, com o nome da antiga paixão, Belo retirou ontem, a
pedido da noiva, Gracyanne Barbosa. Ela já dissera "que não aguentava mais ver o nome de Viviane no marido". O pagodeiro transformou o nome num desenho tribal com flores. **PÁGINA 6**

AMANHÃ

Selo-curinga do

WAR

= 1 JOGO

Recorte o seu selo no alto da página

CHEGARAM OS

MINIJOGOS DO EXTRA

A DIVERSÃO QUE VAI PARA ONDE VOCÊ FOR.

FEITO EXCLUSIVAMENTE PARA O EXTRA




FUNCIONALISMO MUNICIPAL

Pacotão da prefeitura vai melhorar a vida de 156 mil servidores

- ▶ Aposentados agora vão receber pagamento no dia 1º de cada mês
- ▶ Crédito imobiliário terá juros mais baixos e prazo maior para quitação
- ▶ Ajuda escolar para filhos de até 6 anos será de R\$ 200. **PÁGINA 14**

JOGO EXTRA



Dodô: é tudo contra o Botafogo

BEBETO DE FREITAS e Dodô: o craque fez duras críticas à arbitragem do Brasileiro

■ Elvécio Zequetto e o auxiliar Admilson Pinheiro foram afastados pela CBF. Eles apoiavam o Botafogo contra o Figueirense e foram criticados por Dodô.

Cliente economiza se trocar de banco

É cada vez maior o número de clientes com dívidas que estão trocando de banco, atraídos por vantagens oferecidas pelas
instituições financeiras. O EXTRA publica um levantamento no qual mostra quando é vantajoso fazer a mudança. **PÁGINA 13**

AMANHÃ

Coleção Minha Primeira Biblioteca Larousse

EXTRA + R\$ 8,99 = 1 LIVRO

AMANHÃ

NOVA CHANCE PARA QUEM PERDEU O SELO CAMISETA. RECORTE O SELO CURINGA E GARANTA A SUA CAMISETA! AVAREZA / GENEROSIDADE

LÍDER

O JORNAL MAIS LIDO DO BRASIL

FOTO: PÓLO MARANHÃO 1º SEMESTRE 2007

AMANHÃ

Paulo Coelho

Devemos acreditar na força do pensamento

SESSÃO EXTRA

ANTÔNIO CARLOS

Max Fercondini fala sobre a novela 'Sete pecados'

SESSÃO EXTRA

GERSON

Sem profissionalização, a arbitragem não vai evoluir

JOGO EXTRA

AMANHÃ

Miss Brasil ensaia para a dança no gelo do Faustão

PÁGINA 4



HOJE

58 PÁGINAS

1º caderno... 16 PÁGS.

Jogo Extra... 12 PÁGS.

Sessão Extra... 10 PÁGS.

Vida Garça... 8 PÁGS.

Classificados... 6 PÁGS.

Não podem ser vendidos separadamente

DE CLASSIFICAÇÃO E O JORNAL EXTRA

DIFUSÃO: REVISTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

PRIMEIRA EDIÇÃO

Terça-feira, 14 de agosto de 2007 • EXTRA

VIVA MAIS

ALERTA NA REDE PÚBLICA

Cirurgias de (mais) risco no Brasil

Número de cardíacos que morrem no país após serem operados é duas vezes maior que o aceitável

■ Quem se submete a uma cirurgia cardíaca num hospital público do Brasil corre o dobro de risco de não sobreviver após o procedimento do que se fosse operado em hospitais de referência dos Estados Unidos e da Inglaterra. A conclusão é de um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais.

De acordo com o professor Antonio Luiz Ribeiro, 8% dos pacientes que passaram por esse tipo de cirurgia em hospitais

da rede pública brasileira, entre 2000 e 2003, morreram antes de receber alta. Nos centros de referência dos países desenvolvidos, o índice considerado aceitável é de 4%. Se os hospitais nacionais tivessem alcançado a mesma meta, 4.000 pessoas poderiam ter sido salvas.

Pacientes mais graves

Segundo a pesquisadora Regina Xavier, do Instituto Nacional de Cardiologia

tais e o treinamento dos profissionais deve ser melhorado. Regina admite que a demo-stra em se conseguir realizar exames e outros procedimentos acaba acarretando a piora dos pacientes. E muitas operações que poderiam ser evitadas acabam sendo necessárias.

— É claro que isso também impacta a mortalidade — diz a médica, afirmando que a fila de espera por uma cirurgia no INC é muito grande.

Um dos que engrassam essa fila é José Paes Martins Filho, de 57 anos, que aguarda há um ano pela operação.

— Em julho de 2006, fiz um cateterismo. A médica disse que eu teria que fazer de três a cinco pontos de safena. Desde então, estou esperando. Viver assim é viver perigosamente. É viver com medo, o tempo todo ligado nos horários dos remédios. É uma tensão que me deixa ainda mais doente.



JOSÉ está na fila por cirurgia

URUGUAIAN/AG22.01.2005

ANEXO R - Matéria 14/08/07 Em vez da repressão, a ajuda

Terça-feira 14 de agosto de 2007 • EXTRA

GERAL

LIGAÇÕES PERIGOSAS

Em vez da repressão, a ajuda

Cabo que deveria coibir a prostituição ligou do serviço secreto para falar sobre festa com 'criancinhas'

■ **MARCOS NUNES**
nunes@extra.inf.br

Um cabo que tinha a tarefa de coibir a prostituição na orla da Barra da Tijuca foi o homem que usou o telefone do serviço secreto (P2) do 31.º BPM (Recreio dos Bandeirantes) no dia 11 de agosto, para falar sobre uma festa com "criancinhas" para

cem policiais do batalhão — JM), o tenente-coronel Franco Nunes, ter conversando pela linha telefônica do 31.º BPM com Sandra Lopes Arruda.

Palácio Guanabara
Ela e seu companheiro, o PM Adelfino Correia, lotado no Palácio Guanabara, foram presos na sexta-feira, acusados de comandar um

esquema de prostituição infantil na Barra da Tijuca. O cabo prestou depoimento por uma hora. Ele, no entanto, negou estar envolvido no esquema.

A versão dele é a de que realmente fez a ligação. Mas o cabo não afirma que tenha qualquer envolvimento com o fato. Como já se esgotou o prazo da prisão au-

declarou que Adelfino também era conhecido por integrar uma milícia da comunidade da Tijuquinha, na Barra da Tijuca.

Policiais da 1.ª DPJM realizaram buscas no armário do cabo. Franco Nunes admitiu que alguns objetos foram apreendidos, mas o oficial preferiu não revelar qual foi o material encontrado.

coronel Franco Nunes.

Integrante de milícia
Durante o interrogatório, o cabo disse que trabalhou com Adelfino por cinco meses, no 31.º BPM. O policial

Conselhos para envolvida em prostituição

Em seu depoimento, o cabo disse ter conhecido Sandra Lopes Arruda há dois anos, em uma casa de festas do Recreio dos Bandeirantes. O policial admitiu saber que a mulher estava envolvida em um esquema de prostituição. Em vez de prendê-la, o PM teve outra reação: há três meses, segundo sua próprias declarações, ele apenas a aconselhou a largar a "turada", em que estava.

Conheço a Sandra há dois anos e, certa feita, cheguei a ouvir dela que iria morar com algumas meninas que faziam programas", disse o PM em depoimento.

Tô sabendo'

Apesar de ser flagrado no grampo telefônico, feito com autorização judicial, o



SANDRA LOPES ARRUDA e o PM Adelfino Correia, acusados de comandar um esquema de prostituição infantil na Barra da Tijuca.

MEMÓRIA
PROSTITUIÇÃO

Programas no frio e sob chuva

Excitadas telefônicas feitas com alcorobação da Justiça, Adelfino Correia e o PM Adelfino Correia e Sandra Lopes Arruda mantinham pelo menos 12 moças presas a um esquema de prostituição com atuação estabelecida horária, presos e regras de comportamento para as jovens, que trabalhavam principalmente na Avenida Sernambetiba. As investigações mostraram ainda que as garotas eram obrigadas a fazer programas mesmo no frio e sob chuva para cobrir suas posturas divididas com alienação e moralidade.

ANEXO S – Matéria 15/08/07 Alunos da rede municipal não terão conceito

EDUCAÇÃO

Alunos da rede municipal não terão conceito

Apesar do decreto contra a aprovação automática, prefeitura orienta professor a avaliar sem notas

■ **LETÍCIA VIEIRA**
leticia.vieira@extra.inf.br

■ Dúvidas, desinformação, ordens desencontradas. A duas semanas do conselho de classe, alunos e professores das escolas municipais não sabem que regras estão valendo para a avaliação do aprendizado. A volta dos conceitos ótimo e insuficiente e da possibilidade de reprovação no fim do ano foi determinada pelo Decreto 618, de autoria do vereador Doutor Jairinho (PSC), no dia 13 de junho. Mas quem está em sala de aula diz que a lei ainda não pegou.

— Fomos informados pela coordenação da escola de que a resolução caiu por conta do decreto, mas a orientação é não darmos conceitos, devemos fazer relatórios dos alunos — disse um professor de ciências de uma escola de Campo Grande.

Para um professor de matemática, a saída foi contar aos alunos que não teria condição de avaliá-los.

— Até passamos provas, mas tenho cerca de 250 alunos. Não há condições de fazer relatórios sobre todos eles — reclamou.

Alunos preocupados
As mudanças constantes têm preocupado os alunos.

— Sabemos que voltou o conceito I (insuficiente), mas não sei direito se está tudo normal, se voltou a recuperação — disse a estudante da 8ª série Karen da Silva Lourenço, de 15 anos.

Kelly da Conceição, de 13 anos, aluna da 8ª série, sente os prejuízos no seu aprendizado: — Eles fazem a gente de boneco. Não sabemos o que está valendo, isso acaba prejudicando o desempenho da gente.



KELLY (À ESQUERDA): "Não sabemos o que está valendo"

Cesar Maia diz que lei não vale

■ Apesar de discordar do decreto que anulou a resolução da Secretaria municipal de Educação responsável pela ampliação dos ciclos, o prefeito Cesar Maia ainda não se decidiu sobre a necessidade de entrar na Justiça para derrubar a lei da Câmara de Vereadores.

— A lei não tem eficácia porque o regime de ciclos é definido pela Lei de Diretrizes e Bases e, portanto, a legalidade do ato da secretaria é total — disse Cesar Maia.

Briga judicial
Segundo o prefeito, por ter sido reeditado em junho, o decreto se refere a uma resolução que não existe mais.

O autor do decreto, vereador Doutor Jairinho, afirma que o prefeito deveria ter contestado a lei na Justiça.

— Se ele discordava da lei, deveria ter entrado na Justiça. Como não foi tomada qualquer medida judicial, a resolução da secretaria está suspensa — disse o vereador, que afirma não terem sido feitas mudanças na reedição da resolução.

A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria de Educação não quiseram se pronunciar sobre a polêmica.

Paralisação e protesto no Centro

■ Os professores da rede municipal param hoje por 24 horas, para protestar contra o não cumprimento pela Secretaria de Educação do Decreto Legislativo 618 — que barrou a aprovação automática nas escolas — e contra os baixos salários da categoria. Já os profissionais das escolas estaduais farão greve de 48 horas reivindicando uma proposta do governo de reajuste salarial.

Hoje, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) promove um protesto em frente à Câmara de Vereadores, a partir do meio-dia. Os professores devem acompanhar a votação do plano de carreira da categoria, encaminhado pelo prefeito Cesar Maia que deverá ser votado hoje.

O Sepe encaminhou emendas ao projeto, pedindo um plano unificado para professores, mudanças na carga horária, aposentadoria por tempo de serviço com remuneração integral, entre outras propostas.

ANEXO T – Matéria 15/08/07 Não é brinquedo, não

ECONOMIA

EXTRA • Quarta-feira 15 de agosto de 2007

MADE IN CHINA

Não é brinquedo, não

Fabricante anuncia recall de 850 mil produtos no Brasil. Pollys, Barbies e Batmans apresentam risco às crianças



FUNCIÓNARIA DE UMA loja de brinquedos arruma uma caixa da Barbie na prateleira, uma das unidades incluídas no recall

RIO E NOVA YORK • Depois de até todinho ser recolhido das prateleiras, os pais brasileiros foram surpreendidos ontem por um recall de Barbies, Pollys e Batmans. A Mattel Inc. anunciou a substituição de nada menos que 18,6 milhões de brinquedos em todo o mundo, devido ao risco de as crianças engolirem ímãs presentes nos produtos — todos fabricados na China. Somente no Brasil, são cerca de 850 mil unidades.

Os produtos envolvidos (veja a relação no quadro abaixo) contêm pequenos ímãs. A empresa já havia feito um recall por causa de ímãs em novembro do ano passado. O anúncio de ontem também abrange 136 mil carros Pixar Surge (do filme "Carros"), por causa de chumbo na pintura, mas esses não chegaram ao Brasil.

No país, a substituição atingiu 850 mil itens, vendidos desde 2002. Desse total, a empresa estima que 650 mil já estejam nas mãos dos consumidores — que podem trocar o produto ou receber o dinheiro de volta. Estão incluídos produtos da linha Polly com ímãs aparentes, a série do conjunto Barbie e Tigger, e um sortimento de figuras mágicas do Batman.

Engolir um ímã não tem problema. O problema é a criança engolir dois. Pode acontecer de um ímã ficar preso na parede do intestino e

Os brinquedos foram fabricados entre janeiro de 2002 e janeiro deste ano. Se as crianças engolirem mais de um ímã, eles podem se prender e perfurar o bloquear os intestinos, segundo a Comissão de Segurança de Produtos de Consumo

americana. No caso da tina com chumbo, como bebês e crianças pequenas sempre levam de brinquedos à boca, há risco de ingestão. A longo prazo, há danos neurológicos

— As empresas vão à China em busca de mão-de-obra e sumidor brasileiro estaria sen-

materiais mais baratos, mas a segurança está sendo sacrificada — disse Rachel Weintraub, diretora de Segurança de Produtos da Federação de Consumidores da América.

E, na hora da troca, o consumidor brasileiro estaria sen-

do discriminado. Esta é a conclusão da coordenadora executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilene Lazzarini.

— A primeira coisa errada é que, quando se coloca o endereço www.mattel.com.br, o site

que entra é todo em inglês. Ela critica a burocracia que o consumidor enfrentará.

— Nos EUA, o consumidor liga para o 0800 e imediatamente recebe o número de um voucher que lhe dá o direito de ir a uma loja trocar o produto.

Falta de segurança e burocracia para o consumidor

CONFIRA A LISTA DE PRODUTOS RECOLHIDOS

OLIVEIRA

ANEXO U – Matéria 18/08/07 – Enquanto o milagre não vem

GERAL

Sábado 18 de agosto de 2007 • EXTRA

SEM EDUCAÇÃO

FOTOS DE RICARDO COSTA



ANDERSON DE SOUZA, de 14 anos, foi ao Ciep Hilda Silveira Rodrigues, em Nova Iguaçu. No primeiro dia de greve dos professores, ele não sabia se teria ou não aulas. De geografia, já não teve

Enquanto o milagre não vem...

Alunos sofrem em meio à queda-de-braço travada entre o governo e os professores da rede pública

LETICIA VIEIRA

leticia.vieira@extra.net.br



■ Seis meses após o início das aulas, Anderson Rocha de Souza, de 14 anos, assistiu antontem à primeira aula de geografia do ano. A notícia de que finalmente

havia chegado professor deu lugar à decepção de mais um dia sem aulas, pela paralisação de 48 horas da rede estadual. Ontem, à porta do Ciep Hilda Silveira Rodrigues, em Nova Iguaçu, no primeiro dia de greve, o estudante da 8ª série não sabia se voltaria novamente para casa sem estudar.

— Teria a primeira aula de geografia, mas o profes-

sor decidiu fazer paralisação. É complicado (a greve), porque acaba prejudicando os alunos. Se não tiver aula de português, acabo voltando mais um dia para a casa sem estudar — desabafou.

A incerteza sobre a falta de aulas foi o sentimento revivido pelos alunos das escolas estaduais ontem. Após um primeiro semestre sem pro-

fessores, o ano letivo foi novamente interrompido. Desta vez, com a paralisação dos professores, insatisfeitos com a proposta de reajuste salarial oferecida pelo governador Sérgio Cabral (de 25%, parcelado em 24 vezes).

Escolas paradas

Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de

Educação (Sepe), de 30% a 40% das escolas da capital pararam suas atividades, e 60% não funcionaram no interior. Para a Secretaria estadual de Educação, 1% das unidades aderiu à greve.

Na Avenida Abílio Augusto Távora (Estrada de Madureira), em Nova Iguaçu, uma das regiões onde os professores concursados demoraram mais

tempo para chegar, grande parte das escolas funcionou normalmente. No Rio, o Colégio Estadual Visconde de Cairu, no Méier, e o Herbert de Souza, na Tijuca, estiveram quase totalmente parados.

Jéssica da Silva, aluna do 2º ano do ensino médio do Ciep Máximo Gorki, em Marapicú, anunciou que vai mudar de escola se houver greve lá.

Eles querem reposição das perdas salariais

■ A coordenadora-geral do Sepe, Beatriz Lugão, afirmou que a greve foi o último recurso dos professores para conseguir um reajuste compatível com as perdas salariais em 11 anos. Neste período, a categoria fez cinco paralisações de longo prazo.

— Desde o início do ano, tentamos negociar com o governo. Participamos de um grupo de trabalho para resolver a crise da falta de professores, discutir um aumento emergencial de 26% e a incorporação do Nova Escola. Em maio, o governador prometeu divulgar uma tabela de aumento, mas não o fez. Agora, anuncia este reajuste. O governo nos levou a essa paralisação — disse.

Passeata

Na próxima terça-feira, os profissionais de educação fazem passeata até o Palácio Guanabara, com concentração no Largo do Machado, às 10h. Outras categorias foram convidadas. No mesmo dia, às 14h30m, ocorrerá uma nova assembleia em local próximo ao palácio, que ainda será definido.

O DRAMA DE QUEM ESTUDA EM NOVA IGUAÇU



ALUNAS DO CIEP Máximo Gorki reclamam das paralisações

“ Já ficamos muito tempo sem professor. Se tiver greve, muito de escola ”

Jéssica da Silva
Estudante



NO INSTITUTO, MAIS de 50% dos professores aderiram à greve

“ Tenho receio de greve. O movimento não pode tomar rumo político ”

Márcia Costa
Professora

Movimento, sim! Mas sem política

■ Em um dos colégios com maior adesão de grevistas, em Nova Iguaçu, uma professora de prática pedagógica ainda não conseguiu decidir se irá participar do protesto. Para Márcia Maria Costa, do Instituto de Educação Rangel Pestana, onde mais da metade dos professores parou, a maioria das greves ganhou conotação apenas política.

— No início da profissão, participei de muitas greves. Era uma das primeiras a me apresentar. Com o tempo, senti que a razão do protesto estava sendo esvaziada. Hoje, tenho receio de greve. Estou avaliando para ver se o movimento não vai tomar um rumo apenas político — disse.

CORTE DE PONTO DOS SERVIDORES NA PÁGINA 13

www.jornalextraonline.com.br

● Ouça o áudio dos professores da rede pública estadual.



ANEXO V – Matéria 18/08/07 – Em duas cidades, protestos contra a TAM e o governo

Sábado 18 de agosto de 2007 • EXTRA



NALU MACHADO: nariz de palhaço para exprimir sua revolta

Em duas cidades, protesto contra a TAM e o governo

PORTO ALEGRE E SÃO PAULO • No aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, de onde saiu o voo 3054 da TAM, entidades civis e parentes das vítimas gaúchas participaram de ato público vestidos de preto, com car-

tazes, faixas e mensagens de protesto contra o governo federal. Cerca de 150 parentes de vítimas da tragédia com o Airbus da TAM também fizeram ontem manifestação no Aeroporto de Congonhas.



HEBE CAMARGO na Catedral da Sé, em São Paulo: protesto

Ato do movimento 'Cansei': Hebe vai, mas atriz dá bolo

SÃO PAULO • O ato do movimento "Cansei", realizado em São Paulo, reuniu cerca de 1.500 pessoas, segundo a PM, ou 5.000, conforme o presidente da OAB de São Paulo, Luiz Flávio D'Urso. Ao fim do ato, um grupo de

menos de cem pessoas protestou gritando "Fora Lula". Ivete Sangalo e a apresentadora Hebe Camargo participaram do ato. Já Regina Duarte e Ana Maria Braga, que confirmaram presença, não apareceram.

Casal Garotinho elegível de novo

BRASÍLIA • O ministro do Tribunal Superior Eleitoral Carlos Ayres Brito suspendeu temporariamente a sentença que tomou inelegíveis os ex-governadores Anthony e Rosinha Garotinho, e os obrigou a pagar multa de R\$ 106 mil, cada. Em despacho publicado anteontem, o ministro concedeu liminar pedida pelo deputado Geraldo Pudim, que teve a cassação decretada no mesmo processo. Os três foram condenados pelo TRE do Rio e tiveram recurso negado na semana passada. Segundo os juízes fluminenses, o grupo prometeu usar a máquina do estado para asfaltar ruas em Sapucaia, em troca de votos para Pudim.

Velhinhos corajosos

SÃO PAULO • José Bento Bragato, de 72 anos, e Laura Ambrósio Bragato, de 69, são realmente corajosos: eles conseguiram impedir que dois ladrões assaltassem a sua casa em Penápolis, a 491 quilômetros de São Paulo. Segundo José, enquanto a esposa estava nos fundos da casa, ele viu que um assaltante estava dentro da residência. Ele conseguiu tirar a arma do bandido, que saiu correndo. Um outro ladrão, que se escondia atrás de um vaso de plantas, também tentou fugir, mas foi detido por José. Laura ouviu o barulho e ajudou o marido a segurar o homem até que a polícia chegasse.